

Wilma Ferreira de Jesus

PODER PÚBLICO E MOVIMENTOS SOCIAIS

APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Uberlândia - 1982-2000

Dissertação apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Antônio de Almeida.

Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia - 2002

AGRADECIMENTOS

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ao grande amigo e professor Antônio Almeida que, com sua orientação atenta e segura, em nenhum momento impôs suas posições teóricas ou delineou o caminho desta pesquisa, possibilitando que ela fosse realizada com total liberdade e independência.

A todas as pessoas que se dispuseram a dar depoimentos acerca do trabalho desenvolvido à frente das entidades, além dos que me ajudaram na obtenção das fontes de pesquisa. Sem querer cometer injustiças, agradeço, de maneira especial, ao Senhor Eurípedes da Associação de Moradores do Conjunto Alvorada, à Claudiana, das Creches Comunitárias e Associadas de Uberlândia, ao Juarez, do Conselho de Entidades Comunitárias. Também quero agradecer, com carinho, ao Lopes e à Terezinha Leles, que gentilmente me cederam alguns preciosos documentos elaborados para reflexão interna da a gestão do prefeito Zaire Rezende (1983-1988), que muito contribuíram para enriquecer minhas reflexões.

Ao companheiro e chefe Gilmar Machado, pelas inúmeras vezes que me liberou de minhas tarefas em seu gabinete, para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa. Sem sua compreensão e colaboração, seguramente, eu teria tido muito mais dificuldades para concluí-la.

A todos os companheiros de trabalho, especialmente à grande amiga Valéria que, sempre solícita e sensível às minhas dificuldades, se desdobrou para cobrir minhas ausências do trabalho.

Aos meus irmãos e irmãs, cunhados e cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, torcida organizada, que vibrou junto comigo após cada etapa vencida.

À memória de meu pai, que infelizmente, não viveu para ver esta pesquisa concluída. À minha mãe que mesmo com o enorme sofrimento devido à enfermidade que o levou ao falecimento de meu pai, se manteve forte e acolhedora, rezou e torceu, para que eu conseguisse chegar ao final da pesquisa.

Ao Meu Bem (Paulo), pelo estímulo, carinho e cumplicidade durante muitos anos de convivência, especialmente quando da realização deste trabalho.

Aos integrantes dos movimentos sociais, especialmente de Uberlândia, fonte inspiradora das indagações que estimularam a realização desta pesquisa.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	04
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

O PAPEL DO IMAGINÁRIO GRANDILOQUENTE NA DISSIMULAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS	14
---	-----------

CAPÍTULO II

DAS DIFICULDADES E CARÊNCIAS DA POPULAÇÃO À EMERGÊNCIA DOS MOVIMENTO SOCIAIS	43
Associação de Moradores do Conjunto Alvorada.....	52
Creches Comunitárias e Associadas de Uberlândia.....	64
Conselho de Entidades Comunitárias	76

CAPÍTULO III

PODER POLÍTICO E MOVIMENTOS SOCIAIS – APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
FONTES DE PESQUISA	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150

INTRODUÇÃO

A realização desta pesquisa, além de cumprir exigências acadêmicas, objetivou também dar respostas a uma série de indagações que foram fluindo da minha experiência enquanto militante nos movimentos sociais, nas pastorais sociais da Igreja católica e no Partido dos Trabalhadores, especialmente, a partir do início da década de 1980. Esse é o “*lugar social*”¹ de onde partiram as minhas reflexões e que nortearam os caminhos seguidos durante a realização deste trabalho. A satisfação em concluí-lo deve-se, principalmente, ao fato de poder oferecer alguma contribuição à reflexão de outras pessoas que acreditam na organização social como um dos caminhos que levem à construção de novas relações sociais.

Como militante e, posteriormente, como pesquisadora das relações entre movimentos sociais e a administração pública em Uberlândia, muitas indagações vieram a tona. Salta aos olhos o fato de que desde 1888 (período da emancipação política de Uberlândia) até 1982, todas as administrações que estiveram à frente do executivo municipal mantiveram características bastante semelhantes na forma de conceber a gestão pública. Governada por militares, ruralistas, farmacêutico, advogado, jornalista e empresários, independente da classe social da qual eles se originaram, a linha política seguida esteve sempre voltada para fortalecer e expandir o capital econômico e financeiro, como os setores do comércio e da indústria e a especulação imobiliária. Sendo assim, as alternâncias de poder se deram ao longo de quase cem anos, mais em torno do nome de pessoas ou de grupos familiares do que em torno de propostas ou projetos para a cidade como um todo.

Desde o final do século XIX, quando Uberlândia era ainda um pequeno lugarejo, seus habitantes já vislumbravam um futuro promissor. Sonhando em ser, um dia, uma cidade notável, eram sempre realçados os aspectos positivos do lugar, como a

¹ CERTEAU, Michel de. A operação histórica, in: LE GOFF, J. & NORA, P. (Orgs). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, págs. 17 a 48.

localização estratégica, as “*características geográficas (relevo, clima, hidrografia e topografia)*”² e a potencialidade e arrojo dos seus habitantes. Cidade constantemente projetada para o futuro, os ideais de progresso e desenvolvimento davam a tônica para a busca incessante e obstinada de todos os benefícios que pudessem contribuir para torná-la moderna e para ocupar um lugar de destaque no cenário nacional. Esse foi o grande mote que justificou todas as ações político-administrativas dos seus governantes.

Embora a maioria da população não tenha usufruído igualmente desse modelo administrativo, as desigualdades sociais (a mendicância, a violência, o crime, os jogos de azar, a prostituição, as favelas e outros) foram, ao longo da história da cidade, dissimuladas pelo imaginário grandiloquente e ufanista. Analisando as principais fontes históricas (jornais, livros, revistas, documentos oficiais e outros), é possível perceber que a memória da cidade, além de não evidenciar as contradições sociais como um problema que exigisse solução por parte dos seus administradores, também deixa transparecer que não houve opositores a esse modelo. Uma leitura mais desatenta pode levar a uma compreensão de que, aparentemente, não existiu em Uberlândia nenhuma forma de organização popular que denunciasse a insatisfação dos seus habitantes com aquele modelo administrativo. Evidenciando as características de um povo honesto, ordeiro e trabalhador os movimentos, de contestação, as greves, as organizações clandestinas dos partidos de esquerda e outros foram, praticamente, ignorados pelos construtores da memória da cidade.

Em 1982, esse quadro se modificou, tendo em vista que o candidato a prefeito Zaire Rezende (PMDB) disputou as eleições com uma proposta política de governar a cidade voltada para atender, prioritariamente, às questões sociais e aberta à participação popular. Para uma população que há anos vivia sufocada pelo regime da ditadura militar

² DANTAS, Sandra Mara. *Veredas do progresso em tons altissonantes – Uberlândia (1900-1950)* Dissertação de Mestrado em História – UFU/2001.

implantado no Brasil desde 1964, naquele momento, aquela era uma proposta inusitada, ainda mais numa cidade que há uma década e meia (1967-1982), permanecia governada por apenas duas pessoas: Renato de Freitas e Virgílio Galassi. Embora esses governantes fizessem parte de grupos diferentes, em nada se diferenciavam em termos de concepção administrativa e de projeto. Sendo assim, a conjuntura política, naquele momento, foi altamente propícia para que o candidato Zaire Rezende alcançasse a vitória e viesse a governar a cidade entre 1983 e 1988.

Em termos estruturais, ou seja, em termos de melhoria da qualidade de vida dos moradores, os avanços da gestão do prefeito Zaire Rezende foram tímidos (para não dizer insignificantes) diante da situação de desigualdade social que se impunha sobre a maioria da população de Uberlândia. Não há como negar, todavia, que ocorreram avanços no sentido de suscitar entre os seus habitantes o desejo de participar e opinar sobre as ações político-administrativas. Não obstante, certamente, aquela administração não teria sido tão marcante se, em 1989, o ex-prefeito Virgílio Galassi (um dos maiores expoentes políticos dos setores conservadores de Uberlândia) não tivesse sido reeleito pela terceira vez, e o grupo, do qual ele era um dos maiores representantes, não tivesse permanecido à frente da administração municipal durante mais doze anos seguidos (1989-2000). Uma análise mais atenta sobre esse processo possibilita perceber que não se trata de um mero retorno, pois a volta do grupo virgilista ao poder contou com significativas mudanças de procedimentos, comparativamente, em relação a períodos anteriores.

Uma das questões patentes é que, analisando vários orçamentos da prefeitura de Uberlândia, até 1982, os investimentos nas áreas sociais não faziam parte das prioridades administrativas. Principalmente no que diz respeito a questões ligadas à saúde pública, moradia e até educação, a dotação de verbas no orçamento era irrisória se

comparada a outras prioridades que fomentaram o comércio e a indústria, enfim, que fortaleceram o capital econômico. Na gestão do prefeito Zaire Rezende, essas questões passaram a ser tratadas de forma diferenciada. Além do aumento da dotação de verbas para um maior investimento nessas áreas, aquela gestão passou a tratar as questões sociais como uma política de governo e não como obra de caridade conforme os governos anteriores. Quando, a partir de 1989, o prefeito Virgílio Galassi retornou à prefeitura, embora a construção de grandes obras (viadutos, largas avenidas e outras que faziam parte da sua concepção para gerir a cidade de Uberlândia) tenha continuado como prioridade, muito do que foi iniciado no governo de Zaire Rezende (creches, postos de saúde, atividades culturais, investimentos em saneamento básico, asfaltamento dos bairros periféricos, administração dos distritos entre outros), não foi interrompido mas, pelo contrário, ampliado.

A administração do Prefeito Zaire Rezende também se diferenciou na forma de lidar com a população em geral, mais notadamente, com os movimentos sociais. A organização dos setores populares que, até então, fora praticamente ignorada pelas gestões anteriores, como também pelos memorialistas e por outras fontes historiográficas da cidade, assumiu um lugar de destaque. Esse governo não queria ser somente representativo. Ele advogaria a tese de ser também participativo. Em vista disso, foi criada a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, cuja tarefa principal seria fomentar e organizar a participação popular no governo. Buscando proximidade com a população, o prefeito e os secretários iam aos bairros para ouvir as reivindicações da população. Os membros da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social procuravam as lideranças dos bairros para estimular a organização das associações de moradores. Além disso era nítido o apoio, inclusive material, a outras formas de organização popular, por exemplo: creches comunitárias, associações de mulheres, de

negros, oposição sindical. Por iniciativa do governo, foi criado o Conselho Municipal de Transportes Coletivos para que a população opinasse sobre o aumento das tarifas de ônibus coletivos. Posteriormente, aquele conselho transformou-se no CEC (Conselho de Entidades Comunitárias, composto por variadas representações populares e sindicais) e passou a opinar sobre outras questões que envolviam a administração. Ou seja, embora existissem entidades sociais (associações de moradores, creches comunitárias e outras que foram criadas por iniciativa da própria comunidade), naquele período o surgimento de grande parte das associações de moradores que surgiram deveu-se ao estímulo da administração municipal.

Também nesse aspecto, o retorno do senhor Virgílio Galassi e do seu grupo político ao poder, a partir de 1989, foi diferente em relação às gestões anteriores. As entidades populares, especialmente as associações de moradores, não foram ignoradas como anteriormente, e ocorreu até uma aproximação. Principalmente a partir da segunda metade do governo do prefeito Virgílio Galassi (1989-1992), a grande maioria das associações de moradores, alguns movimentos de negros e de mulheres espalhados pela cidade e o CEC (Conselho de Entidades Comunitárias), tornaram-se aliados da administração pública municipal.

O que mudou nesse processo? Os movimentos populares ou os integrantes do poder público constituído?

Desvendar a trama que envolve o relacionamento entre os movimentos sociais e o poder político local foi o principal objetivo desta pesquisa. Sob o ponto de vista dos interesses defendidos por cada um dos lados, pretendeu-se investigar quais elementos podem ser considerados determinantes para que ora eles fossem aliados, ora opositores, ou, por vezes, as duas posições ao mesmo tempo. Outra preocupação que também

esteve presente ao longo do trabalho diz respeito às implicações desse relacionamento para o conjunto da população uberlandense.

Numa leitura de caráter militante, seria fácil condenar os integrantes dos movimentos sociais por se deixarem cooptar. Poder-se-ia também concluir que as forças conservadoras têm o poder de manipular as pessoas e que se utilizaram desse artifício para ganhar o apoio dos movimentos sociais. Sem desconsiderar tais argumentos, as reflexões, como historiadora, levam-me a refletir que tais explicações são superficiais e correm o risco de subestimar os integrantes dos movimentos populares envolvidos, na sua capacidade de fazer opções isenta-los das responsabilidades por seus atos e por suas escolhas e, sobretudo, coloca-los numa situação de vítimas.

Sendo assim, tornou-se necessário evitar desenvolver a pesquisa a partir dessas concepções previamente concebidas, sob pena de incorrer em sérios equívocos. Como afirmou Carlo Ginsburg: o conhecimento histórico não pode se restringir ao que se evidencia na superfície dos fatos. Pelo contrário, a riqueza pode estar exatamente no que é negligenciável, descartável aos olhos do investigador. Ao dissecar os fatos e lidar com as fontes, o pesquisador pode encontrar pistas que podem levá-lo até mesmo a mudar o caminho da pesquisa.

Isso não quer dizer, contudo, que devam ser ignoradas ou desconsideradas as compreensões que motivaram a investigação - no caso em questão, seria a militância nos movimentos populares e no partido político. Pelo contrário, a teoria e a experiência de forma conjugada, podem fazer fluir elementos obscuros que talvez não se colocariam ao se lidar apenas com as fontes.

Com essa compreensão, a pesquisa foi desenvolvida a partir de um posicionamento crítico em relação ao objeto e às fontes, procurando seguir os caminhos que foram sendo apontados a partir das investigações. Sem querer qualificar os réus ou

as vítimas, os culpados ou os inocentes, procuramos compreender, para além dos interesses econômicos e políticos – seguramente importantes, para não dizer definidores de posicionamentos individuais e coletivos -, como a experiência e a prática cotidianas contribuíram para expressar concretamente as concepções e a percepção de mundo dos agentes envolvidos. Como já dizia Tompson,

(...)
*“a evidência histórica tem determinadas propriedades. Embora lhe possam ser formuladas quaisquer perguntas, apenas algumas serão adequadas. Embora qualquer teoria do processo histórico possa ser proposta, são falsas todas as teorias que não estejam em conformidade com as determinações da evidência. (...) a interrogação e a resposta são mutuamente determinantes, e a relação só pode ser compreendida como um diálogo.”*³

Em termos de organização final dos capítulos e utilização das fontes de pesquisa o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro deles - O papel do imaginário grandiloquente dissimulando as desigualdades sociais - buscou compreender nas ações político-administrativas dos governantes de Uberlândia, bem como no imaginário grandiloquente e ufanista construídos sobre a cidade, quais os objetivos a serem alcançados com vistas a atender seus projetos políticos, econômicos e sociais. Foram utilizadas como fontes para este capítulo as obras dos memorialistas Pedro Pezzutti, Tito Teixeira e Antônio Pereira, revistas da: Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, jornais de circulação local, atas da Câmara Municipal e projetos de lei, tanto de autoria do executivo como do legislativo; entrevistas realizadas pelo Projeto Depoimentos do Arquivo Público Municipal, além das dissertações de mestrado e doutorado que tratam da história de Uberlândia.

No segundo capítulo – Das dificuldades e carências da população à emergência dos movimentos sociais – buscaram compreender nos elementos conjunturais e nas reais condições de vida da população, os motivos que levaram a população a se organizar nos

³ TOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1981, pág. 50

movimentos sociais, especialmente, no início da década de 1980. Foram escolhidas como objeto de investigação, três entidades de Uberlândia, quais sejam: Associação de Moradores do Conjunto Alvorada, as Creches Comunitárias e Associadas de Uberlândia e o Conselho de Entidades Comunitárias. O critério de escolha das mesmas se deveu a alguns motivos. O primeiro foi o fato de as três entidades terem sido organizadas no mesmo período histórico (1982-1985), portanto, influenciadas pela mesma conjuntura política e econômica, vigentes no país naquele momento. O segundo critério foi devido às diferenças do trabalho e do público envolvido. Por último, porque as três entidades mantiveram um relacionamento com os governos municipais no período investigado. Isso permitiu perceber os pontos comuns e divergentes na forma de agir de cada uma delas, diante do poder público. Foram utilizados como fontes de pesquisa, boletins informativos, especialmente de associações de moradores, livros de atas, recortes de jornais locais, documentos diversos pertencentes às entidades, monografias ou outros trabalhos que tratam sobre o tema e entrevistas.

O terceiro capítulo – Poder Político e Movimentos Sociais – aproximações e distanciamentos - objetivou, à luz das investigações do primeiro e do segundo capítulos, compreender como se deu o relacionamento dos movimentos sociais de Uberlândia com o poder público municipal, no período de 1982 a 2000, bem como as implicações desse relacionamento para a população em geral. Para cumprir tais objetivos, foram fundamentais como referências de pesquisa, alguns documentos internos de análise e de avaliação do governo Zaire Rezende, além de atas da Câmara Municipal, recortes de jornais, enfim, todas as outras fontes indicadas para capítulos anteriores.

Também foram realizadas algumas entrevistas com dirigentes das entidades investigadas no terceiro capítulo. Embora não tenha sido um recurso prioritário, as entrevistas foram de grande valia para as reflexões que foram suscitadas a partir dos

documentos. Aproveitando a fala de Alessandro Portelli, “*a importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir*”.⁴ No documento escrito, o investigador observa um fato cristalizado em um determinado momento da história. A versão das fontes orais, por sua vez, apresenta o passado em movimento, reinterpreta o fato, reavalia e o transmite a partir do momento histórico em que o entrevistado vive. Como o investigador está trabalhando com pessoas, é necessária muita perspicácia e sensibilidade para conseguir fazer fluir da fala do entrevistado os elementos mais subjetivos, muito ricos para a interpretação dos fatos. Nesse sentido, o investigador deve procurar manter um certo distanciamento para que o pesquisado não expresse apenas o que o ele quer ouvir, mas possibilite suscitar elementos que talvez nem mesmo ele (o entrevistado) ainda tivesse percebido.

Alguns estudos realizados acerca de memória e história⁵ têm feito críticas veementes à historiografia, devido à utilização desse recurso em grande escala como tem acontecido nas últimas décadas. Por isso mesmo vale um alerta para o fato de que isso pode denotar, muitas vezes, menos um recurso metológico e mais a existência de pobreza teórica. Não é nosso objetivo aqui travar esse debate, mesmo porque ele demandaria uma profunda análise. Penso contudo, que é importante reconhecer que muitas vezes a memória histórica, especialmente as fontes orais, são utilizadas de forma indiscriminada, visando apenas a consolidação de projetos políticos.

⁴ PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Trad. Maria Therezinha Janine Riberio. São Paulo, CEDIC/PUC, mimeo, 1995.

⁵ Inúmeros são os trabalhos científicos que abordam esse tema. Dentre eles podem ser citados: SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais, in: *Razão e Paixão na Política*, São Paulo, Brasiliense; BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*, 1896 – reeditado pela Editora Martins Fontes, 1999; HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Biblioteca Vértice, 1990.; NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares de memória, in: *Projetos de História*, São Paulo, 1993, págs. 7-28.

No decorrer de todos os capítulos, as fontes (citações, entrevistas, boletins e outros) foram utilizadas como recurso para enriquecimento das discussões que estavam sendo desenvolvidas, mantendo-se sua forma original, inclusive com erros ortográficos. Nosso objetivo com essa metodologia, foi garantir a fidelidade ao pensamento dos autores, principalmente no que diz respeito às entrevistas, e às contradições de sua produção.

CAPÍTULO I

O papel do imaginário grandiloquente na dissimulação das desigualdades sociais

“Todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço. A sua organização espacial atribui um lugar privilegiado ao poder explorando a carga simbólica das formas (o centro opõe-se à periferia, o ‘acima’ opõe-se ao ‘abaixo’ etc). A arquitetura traduz eficazmente na sua linguagem própria, o prestígio que rodeia um poder, utilizando para isso a escala monumental, os materiais ‘nobres’ etc.

Bronislaw Baczko

Uma análise crítica dos elementos constitutivos da trama histórica da cidade de Uberlândia, particularmente, os que estão diretamente ligados às práticas do poder político, leva à constatação de que esta cidade sempre foi um espaço privilegiado para implementação de medidas que beneficiaram diretamente os setores mais abastados da população. No campo das representações, seu progresso e desenvolvimento são difundidos como resultado da cumplicidade de um povo honesto, ordeiro e firme no propósito de construir uma cidade grandiosa. Como fica evidenciado na fala do ex-prefeito Virgílio Galassi, notório representante dos setores conservadores da cidade,

“Uberlândia em sua origem, não está alicerçada em grandes fortunas, mas no trabalho da gente que aqui se fixou, trazendo como referência sua profissão. Nosso caminho foi de pedra, forçando um crescimento único, para que seu fruto pudesse ser usufruído por tantos outros. Reconhecemos que nossa trajetória é única e por isso inconfundível entre milhares de outras histórias. Os primeiros passos foram lentos, porém seguros, fazendo com que a vida acontecesse rápida, nos moldes que vivenciamos hoje. Uberlândia fruto de trabalho responsável.”⁶

Assim foi construído, ao longo da história de Uberlândia, um ideário de cidade próspera, moderna e predestinada ao progresso, que contou com seus cidadão pacatos, disciplinados numa cumplicidade, aparentemente, inquestionável. Nestas perspectivas, *“organizaram-se os fundamentos básicos da sociedade uberlandense, baseados no*

⁶ Virgílio Galassi - Prefeito Municipal de Uberlândia - Projeto Nossas Raízes - Secretaria Municipal de Cultura – Arquivo Público Municipal – 2000-2005 – Agosto/2000

trabalho, na disciplina e na subordinação dos espaços de produção. O poder disciplinar, ao perpassar por toda a sociedade uberlandense, procuraria definir o lugar de cada um no processo da produção social”⁷

Mas, ao contrário do que afirma Galassi, Uberlândia não era a única cidade com esses atributos. Vários estudos acerca de outros centros urbanos revelam que modernidade e progresso são conceitos emergentes em um momento no qual , tanto no Brasil como em outros países da Europa e América do Norte, a reorganização urbana visava atender as necessidades econômicas e políticas⁸, e, portanto, já fazia parte do projeto político administrativo nacional. O final do século XIX, período em que ocorre a emancipação de Uberlândia⁹, foi marcado pela criação de leis sanitárias, investimento dos governantes em implantação de redes de esgoto, melhorias do percurso de rotas comerciais; enfim, foi um momento em que as cidades estavam sendo repensadas e planejadas, não somente no Brasil, mas também em várias partes do mundo. Já não era mais possível conviver com o esgoto a céu aberto, com a imundície que provocava todo tipo de doenças. Era necessário racionalizar a ocupação do espaço urbano.

O trabalho de Robert Moses Pechman sobre o processo de urbanização do Rio de Janeiro naquele período confirma essa assertiva. Ele diz:

“Desde 1870 o tema da remodelação do Rio vinha à baila (...) Seja no plano da saúde, do urbanismo, do saneamento, da arquitetura, do comportamento, da moda, nada ficava fora da crítica que ia construindo a nova imagem do Rio. E o principal alvo dessa crítica foi o modo de vida das camadas populares, visto como retrógrado, tradicional, atrasado e pouco civilizado. Numa palavra, era

⁷ RODRIGUES, Jane de F. *Trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – setor de serviços – 1924-1946*. Dissertação de Mestrado em História – USP, São Paulo, 1998, pág. 47.

⁸ Esta questão é também tratada no livro de CHALHOUB, Sidney: *Cidade Febril – Cortiços e epidemias na corte imperial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

⁹ Alguns escritos sobre a história de Uberlândia divergem quanto à data exata em que a cidade foi emancipada. O ensaio sobre a onomástica da cidade, escrito por CARNEIRO, Roberto. *A cidade e seus nomes – de Arraial de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra a Uberlândia*, 1996, consta que a Lei 4643 de 31/08/1888 eleva a freguesia de São Pedro de Uberabinha à categoria de cidade. Todavia o trabalho de RODRIGUES, Jane de F. *Trabalho ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – O setor de serviços – 1924-1964, op. cit.*, diz que Uberlândia. foi elevada à categoria de cidade em 1892, coincidindo com a data da primeira sessão ordinária da Câmara Municipal, realizada em 07/04/1892.

preciso reformar o Rio através de um projeto urbanístico que se pautasse por uma visão do papel civilizatório da cidade. E um dos elementos centrais desse projeto civilizatório foi a reconstrução da imagem e do imaginário da cidade. A imagem real, concreta, expressa numa nova paisagem urbana, emoldurada por uma nova arquitetura, num espaço renovado, e a imagem representação, construção de um imaginário sobre si mesma, inscrito numa nova visão de dominação que tem a cidade como locus do poder.”¹⁰

Assim, naquele período, havia uma inexorável relação entre a idéia de modernidade e a reorganização do espaço urbano. As transformações advindas da Revolução Industrial tinham, na cidade, um espaço de grande inserção.

Mas a singularidade da história da cidade de Uberlândia reside no fato de que, embora estando localizada em uma região que, naquele período, era considerada como constitutiva do sertão mineiro e que seus primeiros administradores, em sua maioria, fossem originários dos setores rurais, suas ações político-administrativas já estavam voltadas para atender as demandas da nova sociedade.¹¹ As primeiras leis elaboradas e aprovadas pela Câmara Municipal denotaram estas tendências quando foi criado o Código de Posturas, que, dentre outras questões tratava da construção e do asseio das casas e das vias públicas. De acordo com aquelas leis,

(...)

“todos os proprietários e inquilinos, nas povoações, são obrigados a caiar e pintar as suas casas de 2 em 2 anos, bem como a caiar os seus muros. O fiscal lhe marcará o prazo de 1 a 3 meses, findo os quaes imporá a multa de 10\$”¹²

E ainda,

(...)

“deixar correr imundicies ou aguas servidas pelos esgotos e boeiros. Os boeiros e esgotos, por onde se escoam as aguas servidas, serão feitos por quem

¹⁰ PECHMAN, Robert Moses. Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio na formação da modernidade, in: *Cidade & História – Modernização das cidades brasileira nos séculos XIX e XX*. UFBA, ANPUR, 1992, pág. 37

¹¹ Essas informações podem ser confirmadas em inúmeros trabalhos elaborados acerca da história da cidade. Dentre os mais recentes podemos citar: Material elaborado pelo projeto Saudade tem História – 1818-1910 das Secretarias Municipais de Serviços Urbanos, Cultura e Educação (sem data de publicação); SILVA, Antônio Pereira da. *As Histórias de Uberlândia.*, Volume I, Uberlândia, 2000. De forma mais elaborada e com maiores detalhes ver a obra de TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central – História da Criação do município de Uberlândia*. 1º Volume, 1ª Edição, Uberlândia, Gráfica Ltda Editora Uberlândia, 1970.

¹² Estatutos e Leis, Título II, Cap. II, artigos, 46 e 63 – São Pedro de Uberabinha/MG Typ. Livraria Século XX de Arédio de Souza, Uberaba – 1903, pág. 11 – Arquivo Público Municipal.

*delles precisar, de modo que as aguas não passem descoberto pelas ruas, praças ou terrenos particulares: multa de 20\$, alem de responder a infrator pelas despesas que a Camara fizer com a limpeza.*¹³

Esse mesmo estatuto trata também da disponibilização de verbas no orçamento municipal, para a realização de obras públicas que visem ao embelezamento da cidade, demonstrando ser esta um questão prioritária para os administradores.

*“A Camara, na medida dos impostos que arrecadar e pela verba ‘obras Públicas’ promoverá o calçamento, illuminação e arborização das ruas e praças desta povoação, começando pelas mais importantes poor seu transitio e commercio.*¹⁴

Sob o ponto de vista da ocupação do espaço urbano, aquele era um modelo que trazia no seu âmago um princípio excludente, já que tais exigências nem sempre eram possíveis de serem cumpridas pelas camadas populares. A opção de organizar a cidade sob essa ótica deixava de levar em conta as reais necessidades dos seus habitantes como um todo. Conseqüentemente, os maiores benefícios acabaram sendo canalizados para uma pequena minoria da população, pois, à medida que a cidade foi se constituindo, também foram se constituindo bairros periféricos e favelas sem infra-estrutura que garantisse aos residentes uma melhor qualidade de vida, explicitando cada vez mais as desigualdades sociais. Ou seja, embora a imagem de cidade moderna englobe todos os seus habitantes, na verdade ela se constrói de forma segmentada. Este processo “natural” de exclusão social, inexoravelmente, acaba por privilegiar um pequeno grupo de habitantes, o qual usufrue dos equipamentos que lhe possibilitam melhor qualidade de vida, enquanto a grande maioria padece de sua ausência. Discutindo como se deu a ocupação do centro da cidade, o arquiteto Fernando Luiz Araújo Sobrinho comprova essa assertiva dizendo que *“o espaço urbano de Uberabinha*¹⁵ *passa a ressaltar, a partir da sua emancipação política, uma estrutura espacial estratificada em termos de*

¹³ Idem, pág. 13.

¹⁴ Idem, pág. 16

¹⁵ Em 1903, período em que aquelas leis foram elaboradas a cidade ainda se chamava Uberabinha.

*classes sociais. Ocorre a expulsão da população de menor poder aquisitivo e racialmente discriminada, que é obrigada a se retirar da área central da cidade”.*¹⁶

Para melhor compreender a implementação desse projeto, forçosamente, devemos nos reportar ao papel do imaginário grandiloqüente na construção do processo histórico de Uberlândia, tendo em vista que, mesmo com as evidentes desigualdades econômicas e o processo de ocupação não ter garantido qualidade de vida para todos, o deslumbramento pela cidade (então exaltada por sua beleza) permeia a fala da maioria dos seus habitantes. O trabalho de Sandra Mara Dantas aponta esse como um importante elemento que justificou e consentiu “*as práticas políticas, econômicas, sociais e culturais dos sujeitos uberlandenses. (...) Incorporando a idéia de progresso como tentativa de negar os vestígios do passado e confirmação de novas práticas que explicassem as novas concepções de mundo, a cidade abriga múltiplos sonhos e representações.*”¹⁷ Sonhos e representações que permitiram a personificação do amor pela cidade, possibilitando, a reprodução constante de uma idéia supostamente homogênea entre seus habitantes, como se seus benefícios do referido progresso fossem usufruídos igualmente por todos. “*Essa representação permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade,*”¹⁸ concebendo “*a divisão social e a divisão política sob a forma dos amigos*”¹⁹ da cidade “*é dos inimigos a combater; combate que engendrará ou conservará a unidade, a identidade e a indivisibilidade.*”²⁰

“*A construção da imagem da cidade manifesta-se em um esforço de revelação e ocultação. Revelação consistindo em dar visibilidade aos aspectos que confirmam o projeto político (sejam imagens concretas ou metafóricas), e ocultação de indícios que*

¹⁶ SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo. *Produção do espaço e evolução urbana da área central de Uberlândia*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. UNB, Brasília/DF, 1998, pág. 33

¹⁷ DANTAS, Sandra Mara. *Veredas do progresso em tons altissonantes – Uberlândia (1900-1950)*, Op. Cit. Pág. 10.

¹⁸ CHAUI, Marilena. *Brasil – Mito fundador e sociedade autoritária*. Coleção História do Povo Brasileiro. Ed. Fundação Perseu Abramo – 2000, pág. 7

¹⁹ Idem, pág. 7

porventura possam maculá-lo.”²¹ A fala do Sr. Alexandrino Garcia, proprietário da Companhia Telefônica do Brasil Central (CTBC) proferida na Câmara Municipal de Uberlândia, em finais dos anos 1960, ilustra essa assertiva. Dentre outras coisas, ele diz:

*“Reafirmando minha convicção de que, neste fecundo Brasil, e muito especial neste, hoje, meu querido torrão que é Uberlândia, todos têm oportunidades idênticas, uma vez que saibam oferecer em holocausto ao progresso o espírito de sacrifício, a determinação de trabalhar, a firmeza de caráter, e, principalmente, a inquebrantável fé em Deus.”*²²

Essa expressão, além de refletir o pensamento dos detentores do poder político e econômico da cidade, é muito significativa também por revelar, uma junção entre imaginário grandiloquente, o amor pela cidade (*Uberlândia - Polo de desenvolvimento e primeira grandeza*²³ - *meu querido torrão*) e os fundamentos liberais acerca do trabalho e da propriedade.

*“Cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. Podemos dizer que o trabalho do seu corpo e a obra das suas mão são propriamente seus. Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho, juntando-se-lhe algo que lhe pertence e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele.”*²⁴

Sendo assim, o fato de a Companhia Telefônica do Brasil Central (CTBC), da qual o Sr. Alexandrino era proprietário, ter crescido e ampliado seus serviços de telefonia para vários estados brasileiros, tornando-se uma das maiores empresas do ramo em Minas Gerais, pode ser naturalmente explicado, visto que em Uberlândia *“todos tem oportunidades idênticas, uma vez que saibam oferecer em holocausto ao progresso, o espírito de sacrifício a determinação de trabalhar”*. Ou seja, *“no campo do imaginário, a convivência entre miséria e a opulência é compreensível porque*

²⁰ Ibidem, pág. 8

²¹ DANTAS, Sandra Mara. Veredas do progresso em tons altissonantes. Op. Cit. pág. 39

²² CÂMARA MUNICIPAL, Uberlândia. Ata de sessão especial de 07 de setembro de 1967, livro nº 04, pág. 200-201 – Arquivo Público Municipal.

²³ Uberlândia – A GRANDE RAZÃO. Revista elaborada pela Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo, 1978 – Arquivo Público Municipal.

acredita-se que o sucesso e o poder são obtidos somente por quem tem garra, determinação e competência. Assim, as contradições são dissimuladas através do discurso da ordem e do progresso, bem como da apologia ao valor trabalho. O poder econômico e social parece ser resultado do esforço individual de quem quis e lutou para vencer na vida.”²⁵

Todavia, quando nos reportamos ao contexto social da cidade de Uberlândia, o que, vemos na prática é que para além do suposto espírito de sacrifício e determinação para o trabalho, as ações políticas e administrativas do governo municipal foram determinantes para o crescimento não somente da CTBC, como também de outras empresas instaladas no município. O Coronel Carneiro por exemplo, elogiado como um dos grandes visionários do progresso e do desenvolvimento da cidade, quando prefeito conseguiu trazer para Uberlândia várias benfeitorias, dentre as quais a energia elétrica. Como afirma Selmane,

“José Teófilo Carneiro (...) lutava obstinadamente por suas idéias avançadas. Pode-se hoje afirmar tranqüilamente que ele foi o estaqueador do desenvolvimento econômico da cidade. Por seu empenho, sua influência, sua insistência, os trilhos da Mogiana rasgaram o desértico cerrado da zona de Uberlândia, a ponte Afonso Pena consolidou os elos econômicos que amarraram o sudoeste goiano ao Triângulo Mineiro, a energia elétrica tocou os primeiros motores que iniciaram a corrida industrial que transformou ‘Maravilha’ (nome que ele queria para Uberlândia) no maior contribuinte mineiro de impostos sobre produtos industrializados.”²⁶

Há que se considerar que esses realmente foram grandes feitos para a cidade. A instalação da usina de energia elétrica por exemplo, foi fundamental para melhorar o setor comercial, atrair empresas, além de propiciar conforto aos habitantes. Todavia, para o próprio Teófilo Carneiro, esse foi um negócio altamente lucrativo, visto que a

²⁴ WEFFORT, Francisco C. *Os clássicos da política - Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, O Federalista* – Volume 1, Editora Ática, São Paulo/SP, 1998.

²⁵ JESUS, Wilma Ferreira. O imaginário social na relação entre o poder público e os movimentos comunitários, in: *Cadernos de pesquisa do CDHIS, nº 27, ano 13, 2000, 10.*

²⁶ OLIVEIRA, Selmane F. de. *Crescimento urbano e ideologia burguesa. Op. Cit.*, pág. 48.

referida usina era de propriedade de sua família. Isto, entretanto, acabou sendo tratado como um fato irrelevante, pois, aparentemente, tudo foi feito em nome do “amor” que o empreendedor sentia pela cidade.

Refletindo sobre os fatores que possibilitaram o grande destaque ocupado pela cidade no momento atual, Maria Clara T. Machado afirma que isto se deve, em grande medida, ao “*processo de industrialização que, sustentado por um sistema interligado de rodovias por parte do Estado, conectou regiões econômicas do país, contribuindo para urbanizá-la de acordo com sua forma de inserção no processo de divisão do trabalho.*”²⁷ Outros estudos sobre a história de Uberlândia consideram a sua localização como um privilégio que propiciou esse entrecruzamento e, conseqüentemente, seu progresso e desenvolvimento. Essa visão contudo é questionável. Algumas cidades da região do Triângulo, como Uberaba, Araguari e outras também fazem parte deste mesmo roteiro, e qualquer uma delas poderia ter sido opção para o entroncamento de distribuição de estradas para outros estados da união. Uberaba, por exemplo, no início do século passado já era uma cidade que centralizava o comércio da região. A seguinte fala do Professor Osvaldo Vieira Gonçalves pode confirmar essa afirmação:

*“Quando se criou o município de Uberabinha, São Pedro, que depois veio a ser Uberlândia, todo o comércio do sertão, (como nós chamávamos aí), de Goiás, Mato Grosso, feito em carros de boi, em, em tropas de burro come tudo o mais, era feito em Uberaba. Uberaba era o centro comercial e um centro comercial muito importante, porque, já naquele tempo, possuía casas comerciais de grande gabarito, muito mesmo, bem sortidas e muito bem organizadas, sabe? Porque Uberaba sempre foi uma cidade muito importante.”*²⁸

Na verdade, é impossível deixar de reconhecer a capacidade dos primeiros governos municipais em vislumbrar o futuro e desenvolver suas ações visando a atingir seu objetivo, qual seja: fazer da cidade um centro comercial e industrial do Triângulo

²⁷ MACHADO, Maria C. Tomás. *A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada – Uberlândia - 1965-1980*. Dissertação de mestrado em História, USP, 1990.

²⁸ Professor Osvaldo Vieira Gonçalves, em entrevista concedida ao Projeto Depoimentos da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, em 25 de janeiro de 1990.

Mineiro. O professor Osvaldo, inclusive, nomina algumas famílias que se beneficiaram diretamente com essas iniciativas, após a vinda da estrada de ferro da Companhia Mogiana.

“Agora, com a chegada da estrada de ferro aqui, aconteceu que algumas casas de Uberlândia foram se armando: Arlindo Teixeira, Rezende, Casa Rezende, Antônio Rezende, né, e outras. José Nonato, Carmo Giffone, e outras foram também se desenvolvendo e crescendo e, com isso aos poucos esse comércio foi deixando Uberaba e passando para... para Uberlândia, né? É muito importante essa parte, essa organização comercial. E nesse ponto, o povo de Uberlândia sempre foi de tendências não só criativas como expansionistas. E não aconteceu, por exemplo, com Araguari, que era maior que Uberlândia, possuía duas estradas de ferro, uma de chegada, que era a Mogiana, e outra de saída, a Estrada de Ferro Goiás, e naturalmente, algumas casas comerciais importantes também, e não se desenvolveu, viu? Continua naquela sua situação. Talvez pela negligência do próprio povo, que não procurou mercados fora. Agora, Uberlândia, não. Desde cedo a sua população buscou expandir-se. Por exemplo, Fernando, Alexandre, e ... construiu a estrada de rodagem daqui para Ituiutaba, Itumbiara, Catalão, e isso favoreceu demais o desenvolvimento da cidade. E, em vez de carros de bois, começavam a transitar por aí pequenos caminhões, automóveis e tudo mais, o que deu lugar a uma maior atividade no comércio da... de Uberlândia.”²⁹

Ao fazer a comparação com a falta de iniciativa do povo de Araguari, o Professor Osvaldo demonstra como os comerciantes sabiam o que queriam, e mais, como fazer para alcançar os objetivos traçados. Não por acaso portanto, a viabilização de construção de estradas *“foi um dos principais projetos uberlandenses³⁰* no início do século XX. Importante dizer que os proprietários das casas comerciais por ele citadas como beneficiárias da estrada de ferro eram, naquele período, próximos ou, até mesmo, diretamente ligadas a influentes políticos da cidade.

Mais um exemplo dessa estratégia foi tratado no trabalho de Selmane Felipe de Oliveira, quando aborda o empenho dos políticos e empresários da cidade no processo de interiorização da capital brasileira. Ele afirma que *“Uberlândia sempre apoiou esta luta, e mais do que isso, tinha esperanças de ser o local escolhido para a capital*

²⁹ Professor Osvaldo Vieira Gonçalves, em entrevista concedida ao Projeto Depoimentos da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, em 25 de janeiro de 1990.

³⁰ OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento Urbano e Ideologia Burguesa*. Op. Cit, pág. 47.

federal.”³¹ Apesar desse objetivo não ter se efetivado, a escolha pelo planalto central, em Goiás, satisfez esse grupo plenamente. O fato de a cidade ter sido incluída no rol de possibilidades facilitou a mobilização dos políticos e empresários junto ao governo federal, para garantir a construção de estradas que ligassem às regiões industriais de São Paulo e Rio de Janeiro à capital do Brasil, passando por Uberlândia.

*“Uberlândia se colocava como a porta do Brasil novo, do Brasil que caminha para Brasília. Para atingir este objetivo, uma questão se apresentava como fundamental: a ligação da cidade com Brasília, sobretudo através de rodovias. Neste sentido, vários esforços foram feitos, como a ida de uma comissão de representantes uberlandenses ao Rio de Janeiro, em 1956, reivindicando uma rodovia que ligasse a cidade a nova capital federal, passando por Araguari e Catalão. Em 1957 os deputados Rondon Pacheco (de Uberlândia) e Wagner Estevão (de Goiás) apresentaram emenda no Congresso para que fossem destinados dez milhões de cruzeiros do orçamento da União para a construção desta rodovia. A Associação Comercial reforçou esta reivindicação, com pedidos para que o traçado Ribeirão Preto-Uberaba-Uberlândia-Araguari-Catalão-Cristalina fosse incluído como um dos caminhos para Brasília.”*³²

Assim, *“investimentos federais passam a ser canalizados para Uberlândia como forma de viabilização da integração nacional contida no projeto desenvolvimentista do governo Juscelino Kubstchec.”*³³ Essas iniciativas possibilitaram a transformação de Uberlândia no maior pólo catalisador de produção de mercadorias da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a partir da década de 1960. As empresas atacadistas agradeceram. No início dos anos da década 1960 a empresa Armazéns Martins, por exemplo, não passava de uma pequena distribuidora de secos e molhados. No final da década de 1980, já havia se tornado a maior empresa do ramo no Brasil. No mesmo período também expandiram-se: Armazém do Comércio, Armazém Peixoto e outros, dando à cidade o título de “capital brasileira do atacado”. Em meados da década de 1990, a Revista Exame em uma matéria o seguinte trecho:

“Se uma empresa precisa distribuir os produtos que fabrica para todo o país, a cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, pode ser a melhor opção como

³¹ Idem, pág. 43

³² Ibidem, pág. 47

³³ MACHADO, Maria Clara T. *A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada – Uberlândia - 1965-1980* - Op. Cit. pág. 25

*local. (...) Terceira colocada no ranking das melhores cidades para investir, Uberlândia está situada no cruzamento de cinco rodovias. Num raio de 150 quilômetros, mais três outras estradas ligam a região a todo o país. 'Sem dúvida, nossa maior vantagem é o eixo rodoviário, com estradas que nos ligam a todas as regiões'. Diz Alair Martins do Nascimento, dono da Martins Comércio, Importação e Exportação, maior atacadista do país, com faturamento de 1,2 bilhão de dólares este ano. A localização estratégica da cidade faz com que Uberlândia sedie os negócios do atacado. Lá estão instalados a Armazém do Comércio com faturamento de 500 milhões de dólares, e o grupo Peixoto, que movimentou 370 milhões de dólares no ano passado. Juntos, os atacadistas atendem a 10.000 localidades em todo o país.*³⁴

Sendo assim, a localização estratégica de Uberlândia foi importante, mas não foi somente este aspecto que determinou o rápido desenvolvimento da cidade. Outras iniciativas de igual importância foram tão decisivas quanto a construção de estradas. Uma das mais expressivas foi a grande mobilização, durante mais de uma década, das forças políticas, entidades empresariais e de ampla parcela da população, no sentido de garantir a criação do Distrito Industrial na cidade, antes, cotado para ser instalado em Uberaba. Cartas, encontros, reuniões, congressos regionais conversas individuais, tudo foi feito para demonstrar que Uberlândia estava muito mais credenciada que a cidade vizinha para receber as indústrias. Essa luta alcançou toda a década de 1960. Em 1970, o deputado estadual de Uberlândia, Rondon Pacheco, foi nomeado governador de Minas Gerais, pelo então presidente da república, Emílio Garrastazu Médice. Cheque mate! Como governador, em 1971, ele criou a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais. A partir de 1972, os serviços de terraplenagem da área destinada à instalação das indústrias se iniciaram no Distrito Industrial de Uberlândia.

Concomitantemente à luta pela criação do Distrito industrial, os políticos e os empresários trataram de ir criando as condições necessárias para a formação de profissionais para trabalhar nas indústrias. Uma das escolas pioneiras na instituição de cursos profissionalizantes, naquele período, foi o Ginásio Américo Renné Giannetti, por sugestão da Associação Comercial.

³⁴ Revista EXAME – 22 de novembro de 1995 – pág. 159

A intensa mobilização de políticos como Homero Santos, em Brasília, para garantir a federalização da Universidade, não foi por amor à cidade, nem muito menos pela defesa da qualidade da educação. Eles sabiam que a sua efetivação significava um salto de qualidade em produção de mão-de-obra para o setor industrial. A fala do prefeito Virgílio Galassi no editorial da revista A Grande Razão, elaborada pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio com o objetivo de atrair as indústrias, confirma esses objetivos:

“Completando o grande ciclo de fatores físicos e sociais para a grande arrancada da industrialização, estamos investindo pioneiramente no setor de Recursos Humanos. O Município criou uma Autarquia Municipal específica para implementação de todos os programas de formação de mão de obra especializada suprimindo assim toda a demanda solicitada ao Ensino profissionalizante que ao lado dos 25 (vinte e cinco) cursos de nossa Universidade Federal assegura a grande estrutura Social e Técnica para a industrialização.”³⁵

Um dos principais motivos que levaram a Cargill Agrícola a se instalar na cidade, nos anos de 1980, foi exatamente a qualidade da mão de obra disponível.

“A Cargill, que planeja investir mais 100 milhões de dólares a fim de duplicar sua capacidade de produção, decidiu-se por Uberlândia atraída também pela qualidade da mão de obra disponível na cidade. ‘Em Uberlândia conseguimos encontrar gente especializada sem precisar transferir ninguém’. Diz Barroso.”³⁶

Além disso, as indústrias contaram com vários incentivos e vantagens oferecidos pelo poder público para que se estabelecessem na cidade, tornando-se isto um investimento altamente lucrativo.

“Os incentivos fiscais do Município envolvem, para projetos industriais, isenção de impostos municipais pelo prazo de 10 anos, isenção de alvará para construção etc. Na área de estímulos oficiais, existe a legislação que permite a doação parcial ou total da área inicial do projeto, realização parcial dos serviços de terraplanagem e garantia de infra-estrutura física necessária (abastecimento de água, saneamento, águas pluviais, rede energética e de telecomunicações, transporte coletivo etc.”³⁷

³⁵ Revista GRANDE RAZÃO. Secretaria Municipal de Indústria e Comércio. Uberlândia/MG, 1978.

³⁶ Revista EXAME. Op. Cit. pág. 160

³⁷ Revista GRANDE RAZÃO. Op. Cit. pág. 4

Em comemoração aos 100 anos de Uberlândia, a revista Flash trouxe uma reportagem sobre todos os prefeitos desde 1888. Explanando sobre o trabalho desempenhado por cada um deles, diz que Augusto César (administrador de 1888-1895) “doou à Companhia Mogiana de Estrada de Ferro o terreno necessário à construção de sua Estação de embarque e desembarque.”³⁸ Isso demonstra que este tipo de expediente sempre foi utilizado na cidade, para beneficiar a ampliação do comércio e da indústria. Além desses poderiam ser enumerados vários exemplos de iniciativas com os mesmos objetivos entre outros: a instalação de uma unidade do Exército; a construção do Aeroporto e muitos outros.

A utilização do poder público como um espaço privilegiado para beneficiar interesses econômicos também se expressa na especulação imobiliária. Alguns estudos locais desenvolvidos nas áreas de geografia, arquitetura e história demonstram como a construção de casas populares em bairros periféricos, a escolha da localização e o próprio crescimento da cidade visaram beneficiar ora um grupo, ora outro que administrava a cidade.³⁹ Desde a sua fundação até a segunda metade da década de 1970, não havia, em Uberlândia, uma legislação específica acerca dos loteamentos urbanos. Somente em 1976, foi promulgada a Lei 2.584, a qual estabelecia um mínimo de obrigações (prover as áreas loteadas com rede água, esgoto e eletrificação) por parte dos loteadores. Em 1982, a mesma lei foi reformulada⁴⁰ “*isentando o loteador de construir a rede de esgoto quando o loteamento [fosse] popular e [estivesse] localizado fora do raio de 4.000 m a contar da praça Sérgio Pacheco*⁴¹, *caindo então na responsabilidade*

³⁸ Revista FLASH, ano 1, nº 10, setembro/1988 – Uberlândia/MG.

³⁹ Ver sobre essa questão em: SOARES, Beatriz R. *Habitação e produção do espaço em Uberlândia*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1988, MOREIRA, Helvécio Domingos. *Formação e desenvolvimento dos bairros periféricos em Uberlândia*, Monografia, UFU, 1991, e SOBRINHO, Fernando Luiz. *A Produção do Espaço e Evolução Urbana da Área Central de Uberlândia/MG*. Op. Cit.

⁴⁰ A cidade era administrada pelo prefeito Virgílio Galassi.

⁴¹ A praça Sérgio Pacheco, a partir de meados da década de 1970, quando foi construída, aos poucos tornou-se uma espécie de centro geográfico da cidade, pois, após sua construção, a cidade se expandiu em

*do município prover tal serviço. Como as áreas centrais, dentro deste raio, [estavam] praticamente loteadas e ocupadas,*⁴² tais benefícios daquele momento em diante, ficariam a cargo do município. Para Alem, o “ *controle econômico e político sobre o solo urbano [teve] maior importância quando a cidade [se tornou] centro de produção e acumulação econômica. Pode-se dizer que deter capital imobiliário [foi] decisivo na composição das elites políticas locais, ao longo de toda a história de Uberlândia.*”⁴³ De acordo com Alvarenga, “*um levantamento realizado nos arquivos da Prefeitura, dos loteamentos executados no período que vai de 1960 até 1985, [revelou] a concentração do solo urbano nas mãos de 5 ou 6 grandes imobiliárias*”⁴⁴, cujos proprietários residiam em Uberlândia e, não raro, foram ou ainda eram detentores de algum cargo de poder político, seja no executivo ou legislativo. “*O mapeamento das áreas loteadas*” [revelou] “*que tão somente a parte central da cidade e periferia circundante [eram] escassamente povoadas, com grandes extensões que*” atingiam “*médias de 0 a 10 habitantes. Vale dizer, que havia uma estocagem de lotes que [propiciava] o controle do mercado imobiliário com grande margem de manipulação de preços e condições.*”⁴⁵

Naturalmente, tudo era feito de forma aparentemente despretensiosa, em nome do progresso e do desenvolvimento da cidade e, principalmente, do povo de Uberlândia. Conforme essa linha de argumentação, os grandes edifícios com apartamentos luxuosos enobrecem a cidade, valorizam o bairro onde são construídos, e todos ganham. Da mesma forma, são inquestionáveis os benefícios advindos da construção de um conjunto

seu entorno. De certa forma aquele espaço já era uma referência da cidade, visto que nele estava instalada a antiga estação ferroviária que após demolida foi transformada em uma imensa praça pública. Posteriormente, foi construído, nas imediações o Fórum Abelardo Pena e, na década de 1990, o terminal central de ônibus coletivo.

⁴² ALVARENGA, Nísia Maria. *As Associações de Moradores em Uberlândia – Um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PUC/SP, 1988, págs. 73 e 74.

⁴³ ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia, in: *História & Perspectivas*, Revista do Curso de História – UFU, nº 4 jan/jun 1991, pág. 86.

⁴⁴ ALVARENGA, Nísia Maria. *As Associações de Moradores em Uberlândia – Um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade*. Op. Cit. 77

habitacional distante da cidade, pois as casas são mais baratas e possibilitam que os assalariados tenham o seu teto. O fato de ficar distante e beneficiar diretamente os especuladores imobiliários, à medida que as redes de água, luz, asfalto, para chegar até elas passam futuros loteamentos das imobiliárias, é perfeitamente natural. Esse portanto, acaba sendo um grande feito da administração municipal, visto que tais medidas beneficiam diretamente aos mais pobres.

Os discursos oficiais, os meios de comunicação e as falas da população encontram as justificativas para o crescimento da cidade e a conquista do seu espaço no cenário nacional na localização geográfica privilegiada, na fertilidade de suas terras, no trabalho incansável de sua gente para produzir riqueza e progresso. Alguns afirmam ser isso uma dádiva divina. Um artigo publicado no Jornal Progresso de 15 de dezembro de 1907, diz que *“Uberlândia tem certos elementos que parecem aqui fixados como por um destino talhado pela Divina Providência, a fim de que a vitória desta cidade seja uma realização dentro da órbita do progresso crescente que ella experimenta.”*⁴⁶

O imaginário grandiloquente da cidade vincula a imagem “benevolente”, “dedicada” e “cuidadosa” dos administradores aos seus habitantes. A fala da empregada doméstica Dona Castorina Maria de Jesus deixa isso evidente em entrevista concedida ao Projeto Depoimentos da Secretaria Municipal de Cultura. Perguntada sobre quem teria sido o melhor prefeito da cidade, ela não tem dúvida em afirmar que foi Tubal Vilela:⁴⁷

⁴⁵ Idem, 77.

⁴⁶ RODRIGUES, Jane de Fátima S. *Trabalho ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – o setor de serviços – 1924-1964*, Op. Cit. pág. 37.

⁴⁷Tubal Vilela foi prefeito de Uberlândia de 1952 a 1956 um dos pioneiros e mais tradicionais empresários no ramo imobiliário da cidade. Em 1952, fundou a Imobiliária Tubal Vilela S/A, construtora do Edifício Tubal Vilela. Em 1959, fundou a Tubal Vilela S/A – Hotéis Comércio e Indústria, construtora do Hotel Presidente, que é até os dias de hoje, um dos mais luxuosos da cidade. Posteriormente, passou a

*“ele é que fez a pobreza de Uberlândia. O que, hoje a pobreza tem, casa, Qua... quase todo mundo tem casa e tudo. Depois dessas de, de, dele... dela, que ele pôs esse negócio de vender à prestação. Era meio apertado, porque quando a gente passava às vez três, quatro mês e não pagava, quando a gente ia lá pagar, a caderneta já era de outro na frente. (...) o meu mesmo foi passado pra outro. (...) meu marido adoeceu, teve doente mais de mês. Então eu não pude pagar a prestação. Passou duas prestação ou três, quando eu fui lá pagar já era outra caderneta já. Mas isso, quem fazia isso era o corretor, pra ganhar dinheiro”.*⁴⁸

Perguntada se havia perdido as prestações já pagas, ela confirmou que sim e continuou:

*“Ai eu chorei, falei que Jesus ia cobrar deles... (risos). Quem acha que, só Deus é que sabia como é que eu ganhei aquele dinheiro que eu dei... e pra perder aquele dinheiro”.*⁴⁹

Dona Castorina adquiriu outro terreno de outra imobiliária. Neste caso ela acabou sendo beneficiada. Depois de pagar algumas prestações, foi isentada do restante das parcelas, por solicitação da esposa de seu patrão Fernando Vilela da Silva, que era proprietário dessa última. Na sua opinião, foi Deus quem teve piedade dela pois, mesmo tendo perdido as prestações pagas pelo terreno da outra imobiliária, por outro lado ajudou-a a ganhar um outro. Apesar da justificativa para o atraso do pagamento e de não ter sido restituída nem perdoada, em nenhum momento ela responsabiliza o proprietário. Pelo contrário, ao dizer que era o corretor que queria ganhar dinheiro, ela isenta o Sr. Tubal Vilela de qualquer culpa. Ela adquiriu o terreno, perdeu o dinheiro das prestações que havia pagado, foi obrigada a comprar um outro, e, posteriormente, construir sua casa em forma de mutirão. Mesmo assim, o mérito foi do prefeito que ajudou a população pobre a adquirir suas casas.

investir no ramo das telecomunicações, sendo proprietário da principal emissora de TV da cidade, a qual, desde a década de 1970 é afiliada à Rede Globo de televisão.

⁴⁸ Castorina Maria de Jesus – Entrevista concedida ao Projeto Depoimentos – Divisão de Patrimônio Histórico - Arquivo Público – Secretaria Municipal de Uberlândia. (Não constam a data e nem que fez a entrevista)

⁴⁹ Idem.

Um outro exemplo da imagem grandiloquente da cidade vinculada à benevolência dos seus administradores foi o caso do Sr. Dantas Ruas. Também em entrevista para o Projeto Depoimentos ele afirmou que se sentia muito honrado por ter sido escolhido para ser um dos depoentes pois *“apenas coloquei um pequeno grão de areia no monumento chamado Uberlândia. E a quem eu adoro, embora não seja daqui.”*⁵⁰ Dizendo-se muitíssimo grato a Uberlândia, que o acolheu da melhor forma possível quando aqui chegou, agradeceu aos amigos que o ajudaram na construção de sua casa, possibilitando-lhe envelhecer com dignidade.

*“O lote foi me dado por Virgílio Galassi. Presente. A planta foi feita pelo engenheiro, que já faleceu Hélvio Felice. Os tijolos me foram dados pela Icel, na época o dono, Meri José Alexandre. As esquadrias, Oliveira Ind. e Comércio. Todo o sistema elétrico, pela TV Triângulo, na pessoa de Tubal Siqueira. Os tacos, o grupo Martins, Armazéns Martins, inclusive os tacos e o sinteco. A Constrular me deu todos os... é... os... a, aparelho sanitário, essa coisa toda. O Calábria, me deu as pias de mármore. Tudo isso, não posso esquecer os companheiros sem te lembrar uma firma que hoje não existe mais, a firma ... a firma de tratores do Rubens Magnino, pagou os operários e o Mestre de Obras durante um mês. Enfim, eu acredito que quase nada, eu gastei aqui. Então eu tenho que gostar desta terra. O teto que me abriga hoje na minha velhice foi presente da cidade de Uberlândia, através de seus filhos mais representativos.”*⁵¹

As pessoas e/ou empresas citadas fazem parte de um mesmo grupo na cidade. Ou são lideranças políticas como a família Gifone e o prefeito Virgílio Galassi que também são proprietários de empresas imobiliárias, ou aliados que defendem iguais interesses.

D. Castorina nasceu em Santa Maria (Município de Uberlândia), em 16 de julho de 1907. Dantas Ruas em Pedra Azul/MG em 29 de maio de 1922. Ela, filha de descendentes de escravos e empregada doméstica. Ele, neto e filho de fazendeiros e vendedores de gado, os quais apesar de terem perdido boa parte da fortuna com a quebra

⁵⁰ Entrevista de Altamirando Dantas Ruas, concedida a Paulo Eduardo de Oliveira Torres, dia 17 de março de 1992, para o Projeto Depoimentos executado pela seção do Arquivo Público da Secretaria Municipal de Uberlândia.

⁵¹ Idem.

da bolsa de Nova York, em 1929, puderam garantir aos filhos o estudo em boas escolas de Salvador. Vindo para Uberlândia Dantas Ruas foi vereador na década de 1960 e exerceu, durante muitos anos, a profissão de locutor de rádio e TV em vários órgãos de comunicação. Apesar da origem de classe e expectativas de vida diferentes, o que permeia a fala dos dois personagens é o sentimento de gratidão à cidade e aos seus “benevolentes” administradores.

Em termos político-administrativos,

“parece que a elite local não admitia que o processo urbano fugisse ao seu controle direto e até mesmo pessoal, o que reforçava a contradição entre poder institucional e poder pessoal nas relações sociais cada vez mais diversas na cidade. Ou seja, ao forjar uma cidade com perfil moderno, em uma perspectiva burguesa, a elite local tinha que conceber o espaço urbano e sua administração como coisa pública, mas não o faz sob pena de perder a eficácia da dominação pessoal nas relações sociais.”⁵²

Embora esteja correta essa reflexão de Alem, considero que ela não se restringe somente aos interesses econômicos. A questão é que, na sua essência, essa forma de se relacionar com a população está ancorada em uma visão autoritária, paternalista e, fundamentalmente, de privilégios que garantem status e poder. Isso pode ser observado na fala do Professor Osvaldo Vieira Gonçalves, quando ele relata sobre um episódio ocorrido entre o prefeito Joanico (João Severiano Rodrigues da Cunha 1912-1922) e o seu pai, Coronel Severiano Rodrigues da Cunha, que, anteriormente, também já havia sido prefeito de 1898-1900, e, depois, no período de 1904-1907. Conta ele que uma das primeiras medidas de Joanico ao assumir a prefeitura foi regularizar a cobrança de impostos e mandar notificar cada um dos indivíduos inadimplentes.

“Um dia chega lá o Severiano bravo com ele com o papel na mão e gritando: Então é pra isso que a gente faz política, é pra pagar imposto!? Você não sabe que quem é político não paga imposto não? Falando com o Joanico. Ele, o Joanico, chamou o secretário, que naquele tempo era tesoureiro também,

⁵² ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. Op. Cit. pág. 88

piscou pra ele e disse: você fez muito mal em mandar cobrar imposto para, do coronel Severiano, sabe? Você não sabe que chefe político não paga imposto, não? Você foi muito atrevido em... passou uma descompostura, mas piscando pra ele, sabe? E, pegou a notificação e ragou. Quando o Severiano saiu, ele pegou um dinheiro, entregou, eu... não tinha banco aqui naquele tempo ainda e entregou pro secretário pra pagar o imposto do pai. Não sei como o Severiano descobriu isso, sabe. E um dia, eu passo perto da casa do Severiano, ali na Praça da Igreja e encontro ele, do Severiano não, do Joanico, o Severiano na porta gritando, com uma garrucha na mão querendo matar o Joanico (risos) porque o Joanico pagou o imposto dele (mais risos).⁵³

O público e o privado se confundem. A cidade para estes administradores é como se fosse uma grande casa, com inúmeros filhos que lhes devem obediência e, mais que isso, respeito. Essa reação do Coronel Severiano com o filho prefeito sugere que nas gestões em que ele esteve à frente da administração, provavelmente esta prática deve ter sido implementada não somente para ele, mas para toda a família e amigos.

O outro episódio que exemplifica essa questão ocorreu na gestão do prefeito Zaire Rezende (1982-1988), quando foi implantado o IPTU progressivo.⁵⁴ Um dos objetivos dessa medida amenizar os impactos da especulação imobiliária na cidade. A reação veio com toda força. A imprensa reagiu e teceu duras críticas contra essa medida. Os donos de imobiliárias recusaram-se a pagar os impostos e ficaram inadimplentes. Durante a campanha eleitoral de 1988, a progressividade do IPTU foi um dos principais

alvos de crítica ao candidato apoiado pelo Prefeito Zaire. Como se a população da cidade tivesse sido prejudicada igualmente, os demais concorrentes mostravam-se indignados com a exploração. Um dos candidatos naquele pleito era o ex-prefeito Virgílio Galassi, também proprietário de imobiliária. Sendo vitorioso, assumiu o cargo

⁵³ Professor Osvaldo Vieira Gonçalves, em entrevista concedida ao Projeto Depoimentos da Secretaria Municipal de Cultura em 25 de janeiro de 1990.

⁵⁴ A implantação do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) progressivo é um método utilizado para taxar as propriedades para fins de especulação imobiliária. Isto é, os imóveis são taxados progressivamente a cada ano que ficar vazio para simples valorização.

em 1989. O primeiro projeto por ele enviado para a Câmara instituiu o perdão de 50% da dívida dos inadimplentes do IPTU e mais prazo para renegociar o restante da dívida. O projeto foi aprovado pela maioria dos vereadores. O que se percebe é que o mesmo princípio que norteou a ação do Coronel Severiano foi utilizado pelo Prefeito Virgílio Galassi quase 100 anos depois.

Até aqui vimos como as práticas políticas estiveram combinadas entre o poder pessoal dos comerciantes, empresários, proprietários de imóveis urbanos ou rural e o poder institucional, sendo este último instrumento privilegiado do primeiro. Aparentemente, parece ser contraditória a convivência entre os ideais de cidade moderna e progressista e uma mentalidade paternalista, autoritária e centralizadora dos agentes políticos. Não obstante, *“ao lado da construção ideológica de uma sociedade voltada para a produção material, percebe-se também o discurso da obediência e da harmonia, como fatores imprescindíveis para o desenvolvimento”*⁵⁵ almejado. Ao tratar a instituição pública como uma extensão de suas casas e propriedades, o agente político estabelece com a população a relação de um pai que sabe o que é bom para os filhos, para os amigos, para os empregados, para os vizinhos.

Assim, compreende-se porque o prefeito Virgílio Galassi manifestou-se tão veementemente contrário à participação popular nas administrações, quando foi indagado sobre a postura do governo Zaire Rezende com relação aos movimentos sociais. Em entrevista à revista Flash, ele diz:

“Eu sou contra a democracia participativa, porque acho que o povo não participa nada. O povo é simplesmente conversado. Esta é que é a verdade. É um processo infinito de conversação, que não produz nada. A verdade é que as obras das democracias participativas (...) geralmente são poucas. É um tipo de administração que fica na periferia da cidade, num trabalho de lavagem cerebral e que na verdade, faz pouca coisa. O asfalto que faz é cobrado, a rede

⁵⁵ RODRIGUES, Jane de Fátima S. *“Trabalho, Ordem e Progresso: Uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – Setor de Serviços – 1924-1946”*. Op. Cit. pág. 47

*de águas e esgoto, a rede elétrica que faz é cobrado. Então até aí, não inovou nada. Não fez nada.*⁵⁶

Além de demonstrar ser contrário à participação da população nas decisões governamentais (o pai sabe o que é bom para os filhos), diz também o que na sua opinião é necessário ser feito para resolver os problemas da pobreza na cidade.

*“Mas as grandes obras, as grandes bases de emprego, isto nós não temos conseguido através de todas as administrações de democracia participativa. Acho que isto é uma coisa ideológica, não tem nenhum sentido real de desenvolvimento e não elimina (como é anunciado) o processo de pobreza. Porque a pobreza só termina quando você dá a ela um choque de riqueza. O antídoto de pobreza é riqueza”.*⁵⁷

De 1888 até 1981, todos os prefeitos, independentes do partido a que pertenciam tiveram suas administrações fundamentadas nesses princípios, e o Sr. Virgílio Galassi tornou-se um dos seus maiores representantes. Sendo eleito prefeito quatro vezes⁵⁸, ele consolidou um projeto em andamento desde a fundação da cidade, tendo recebido no final do século XX, o título de prefeito do século. A reportagem a seguir resume o significado de suas administrações para a consolidação do imaginário de grandeza, quando Uberlândia comemorou 100 anos de emancipação política:

*“Virgílio Galassi, com um estilo dinâmico, cumpriu duas gestões: (...) ficando conhecido por obras marcantes como: os conjuntos habitacionais Luizote de Freitas, o conjunto Poliesportivo Parque do Sabiá (incluindo o majestoso Estádio), as grandes avenidas como a Rondon Pacheco e a João Naves de Ávila, os trevos dos entroncamentos dessas duas avenidas; Ceasa e muitas outras. Nas suas gestões Uberlândia cresceu em todos os segmentos, notadamente na área industrial com a implantação de indústrias do porte da Cia. de Cigarros Souza Cruz, Daiwa do Brasil, Fujiwara (hoje ABC Inco), Cetrin (hoje Basfrigo), entre tantas. Virgílio teve a seu crédito, um dos momentos de maior desenvolvimento na história de Uberlândia.”*⁵⁹

Assim como na revista, esse discurso é reproduzido também entre os habitantes.

Alem chama a atenção para essa questão dizendo que

⁵⁶ Revista FLACH - Ano 1, nº 003 – Fevereiro/1988, pág. 26.

⁵⁷ Idem, pág. 26

⁵⁸ Virgílio Galasse administrou a cidade de 1970-1973; 1977-1982; 1988-1992 e 1996-2000.

⁵⁹ Revista FLACH - Uberlândia, ano 1, nº 10, setembro, 1988, pág. 13.

(...)

“o poder das representações está ainda por ser avaliado em toda sua extensão, porque elas não se limitam às matérias de cunho historiográfico, literário e jornalístico, mas se incorporaram às falas cotidianas dos habitantes. Tornaram-se parte comum das muitas memórias coletivas locais. Dito de outra forma, os diversos grupos de imigrantes que foram aportando à cidade ao longo de sua história teriam apenas se incluído em uma experiência social predestinada, concebida como triunfo desde a fundação da cidade e, por isso, irrecorrível, obrigatoriamente aceitável por todos.”⁶⁰

Por tudo o que até aqui foi apresentado, parece ser inquestionável o papel do imaginário grandiloquente no sentido de dissimular tanto as desigualdades sociais quanto os benefícios do poder político em Uberlândia. É necessário todavia, analisar que para sua construção e efetivação no interior da sociedade uberlandense dois elementos foram decisivos. O primeiro deles foi a imprensa. Não pretendemos aqui demonstrar a dimensão do papel da imprensa (escrita, falada e televisada) no sentido de exprimir e difundir os ideais de grandeza da cidade, bem como no estabelecimento de códigos de comportamento da população em geral e na formulação de modelos dos bons políticos. Essa é uma tarefa muito bem cumprida no trabalho de Fábio Piva Pacheco.⁶¹ É importante evidenciar contudo, que a os órgãos de imprensa tiveram um papel decisivo, como instrumentos formadores de opinião e colocaram-se ao longo da história da cidade como aliados do projeto e dos agentes políticos até então explicitados.

O segundo elemento importante foi a construção da memória histórica. No trabalho desenvolvido acerca do poder local e representações coletivas em Uberlândia, Alem faz a seguinte afirmação:

(...)

“um estudo crítico das fontes históricas mais comuns de Uberlândia com o objetivo de desvendar as principais práticas do poder das elites, denuncia um esforço notável para transformar a própria história em um instrumento de dominação.”⁶²

⁶⁰ ALÉM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. Op. Cit. pág. 80

⁶¹ PACHECO, Fábio Piva. *Mídia e Poder: representações simbólicas do autoritarismo na política – Uberlândia – 1960/1990*. Dissertação de Mestrado em História, UFU, 2001.

⁶² ALÉM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. Op. Cit. pág. 79.

Alguns exemplos ilustram e confirmam a reflexão de Alem. O Professor Osvaldo Vieira Gonçalves (já citado anteriormente) diz no prefácio do livro de Tito Teixeira, que trata da criação de Uberlândia:

“Realmente, no livro de Tito Teixeira, ao lado dos acontecimentos estão os homens, os homens que ajudaram a construir Uberlândia e que transformaram uma região quase agreste em um dos mais prósperos rincões do Brasil. (...) Além disso, é obra que se deve ser conservada para consultas, quando se deseje estabelecer a verdade relativa a homens e fatos do passado, nesta região de nossa pátria (...) Acredito que há de ser muito bem recebido o livro de Tito Teixeira. Ele revela muita coisa que ficaria sepultada no esquecimento, não fosse seu esforço de pesquisador consciencioso e dedicado.”⁶³

Ao dizer que quem desejar estabelecer a verdade deve consultar o referido livro, Sr. Osvaldo coloca a visão de Tito Teixeira como sendo inquestionável, como se a história fosse única e incontestável.

O Sr. Roberto Carneiro, por sua vez, escreve um ensaio recuperando a história da criação do nome de Uberlândia, como algo absolutamente excepcional e digno do povo que habita este município:

“Enquanto os outros nomes tiveram sua origem em devoções e topônimos locais e surgiram, ao que parece, de maneira despreocupada, o nome Uberlândia tem sua história diferente e veio para substituir o “incômodo” diminutivo de Uberaba.

Sua etimologia encontra raiz no português castiço — ‘ubere’ (fecundo, abundante, farto...) e no germânico ‘land’ (terra, território). (...) Essa etimologia híbrida homenageia a própria terra, numa expressão de orgulho, fé e esperança nos seus destinos. Hibridismo sonoro que nos enche a boca ao pronunciá-lo, principalmente se quem falar é uberlandense, nativo ou de adoção, não importa.”⁶⁴

⁶³ TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central. História da Criação do município de Uberlândia*. 1º Vol. 1ª edição – Uberlândia, 1970.

⁶⁴ CARNEIRO, Roberto. *A cidade e seus nomes – de Arraial de Nossa Senhora da Carmo e São Sebastião da Barra a Uberlândia*. Ensaio sobre a onomástica de Uberlândia. UFU, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação), 1970.

Além dos memorialistas, a imprensa local também cumpriu um papel primordial na constituição da memória da cidade. A mesma linha de reflexão do Sr. Roberto Carneiro pode ser observada na matéria a seguir:

“Próspera e desenvolvimentista, a metrópole do Triângulo Mineiro reflete a força de trabalho de sua gente. Ela desponta aos olhos dos inquietos como a Eldorado do Cerrado, atraindo pessoas de todas as partes do país em busca de uma vida melhor.”⁶⁵

Em 1980, foi criado na cidade o Jornal Primeira Hora. Sua linha editorial era de oposição à administração do Prefeito Virgílio Galassi, ao contrário do Jornal Correio de Uberlândia, que trata esse posicionamento como algo absolutamente incompreensível e inadmissível.

“Entendemos que o periódico aqui se implantou para guerrear, esquecendo que um veículo de comunicação de uma cidade, deve e tem obrigação de fomentar o progresso e o desenvolvimento, trazendo a tona críticas que realmente precisam ser construtivas e de alerta às autoridades constituídas.(...)”

Criticar uma administração municipal como esta que rege Uberlândia como já dissemos aqui, é contar piada e virar piada. As obras do administrador Virgílio Galassi que ele sempre faz questão de dividir com os seus auxiliares diretos, são dignas de uma cidade de liderança como a nossa. (...)

Sua primeira batalha, perdida por sinal, foi contra a construção do Estádio Municipal. Os charmosos redatores (...) não conhecem a história desta cidade, a dedicação de seu povo, o sacrifício dos empresários, o carinho e o denodo dos que para aqui vieram para somar esforços e, por isso, acham que tudo nesta administração está contra os princípios morais que devem nortear uma comunidade. (...)

A última chacota deles para com a administração municipal foi de tachar a Rondon Pacheco de “OBRA DO SÉCULO”, ilustrando a reportagem com a galeria que sofreu erosão. Mas eles não disseram que essa galeria foi construída a mais de 9 anos, e ela, como todas que existem, estão sujeitas a uma falha técnica da própria firma empreiteira e, quando isso acontece, o jeito é refazer o que foi malfeito e malcuidado. (...) Criticar a construção da Avenida Rondon Pacheco (...) é querer dar um diploma de burro ao Prefeito e aos seus munícipes, transformando esta cidade em um cocheira, uma vez que, o jornal da oposição, cada vez que tenta ferir-nos, deseja também nos conduzir à qualificação de quadrúpedes, em varais de carroça. (...) Destruir, arrasar, criticar, fomentar desavenças, é tranqüilo para quem tem a vil missão de vilipendiar os seus semelhantes. O difícil é saber amar, respeitar e até perdoar.”⁶⁶

⁶⁵ Revista É IDEIA. Uberlândia, ano 17, nº 2, setembro/outubro, 1996, pág. 8

⁶⁶ Jornal Correio de Uberlândia, 31/03/1982, ano 45, pág. 1 (Coluna opinião)

Embora o Jornal Primeira Hora tenha sido criado com o objetivo explícito de fazer contraposição ao poder vigente e visando a eleição do prefeito Zaire Rezende nas eleições de 1982, essa matéria do Jornal Correio de Uberlândia tem um significado singular. A forma agressiva e, até grosseira do redator da Coluna Opinião do Jornal Correio, serve de parâmetro para demonstrar como os órgãos de imprensa e os defensores do modelo de governo e de cidade reagiam diante dos que se manifestavam insatisfeitos e teciam críticas àquele modelo. Esses eram veementemente rechaçados e desqualificados como “bárbaros”, que para cá vieram para trazer a desordem e a baderna.

Todavia, apesar de toda a retórica no sentido de apresentar a cidade como um “oásis” brasileiro em termos de qualidade de vida, as contradições e desigualdades sociais eram evidentes como em qualquer parte do país. A miséria, a mendicância, as favelas, a prostituição, a violência também faziam parte do seu cenário, embora tenha sido feito um grande esforço para esconder, e até mesmo ignorar, tais problemas. Não obstante, por vezes, era inevitável que algumas medidas paliativas fossem tomadas pelos administradores visando acalmar e amenizar o incômodo. Isso pode ser percebido no projeto de lei nº 179/72 enviado à Câmara pelo poder executivo o qual autorizava a doação de 100 lotes de terrenos do município com a finalidade de alojar favelados com a seguinte justificativa:

“O Projeto de Lei que tenho a honra de submeter a consideração de V. Exa. e demais membros dessa Casa, procura alcançar uma medida de grande alcance social: Dar condições ao favelado de possuir a sua casa, desde que atendidas estas medidas acauteladoras por parte do poder público, evitando que pessoas mal intencionadas passem por favelados, procurando burlar a nossa vigilância.”⁶⁷

⁶⁷ Projeto de Lei nº 179/72, enviado à Câmara de Vereadores pelo então prefeito Virgílio Galassi.

Tal doação era mais que justa tendo em vista que as áreas invadidas pertenciam às imobiliárias da cidade.

“São inúmeras as reclamações que, diariamente, chegam ao nosso conhecimento da invasão de lotes pertencentes às Imobiliárias por favelados.”⁶⁸

Na perspectiva dos princípios liberais vigentes no Brasil, *“todo o governo não possui outra finalidade além da conservação da propriedade”*.⁶⁹ Assim, era necessário facilitar e apoiar o trabalho das entidades filantrópicas, para que elas pudessem viabilizar a construção das casas dos favelados, doando os terrenos.

(...)

“o Município dispõe de áreas de terrenos pertencentes ao seu patrimônio e pretende doar até 100 lotes a pessoas consideradas, realmente faveladas. Caberá pois, às entidades beneficentes a grande tarefa de soerguimento de seus assistidos dentro de um plano que melhor lhes aprouver. Ao município lhe competirá tão somente a doação do imóvel.”⁷⁰

As previsões de gastos no orçamento de 1981 para o ano de 1982 também servem de exemplo para ilustrar os investimentos prioritários dos administradores. Naquele ano, foram canalizados 11,6% para o gabinete do prefeito, 12,2% para a Secretaria Municipal de Governo, 48,4% para a Secretaria Municipal de Obras e 11,6% para a Secretaria de Serviços Urbanos. Para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura foram orçados apenas 6,8% e para a Secretaria Municipal de Ação Social e Saúde a insignificante cifra de 1,1%.⁷¹

Longe de ser uma particularidade de Uberlândia, evidentemente, reconhecendo as peculiaridades próprias de cada região, a forma de lidar com as questões sociais era em grande medida uma realidade comum às cidades brasileiras. Com efeito no final dos anos de 1970 e início da década de 1980 do século XX, algumas mudanças começaram

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ WEFFORT, Francisco C. *Os Clássicos da Política*. Op. Cit.

⁷⁰ Idem.

a ser observadas. Em pleno regime de ditadura militar, vigente no país desde 1964, começava a se esboçar uma proposta diferente de exercício do poder político. O PMDB – partido de oposição que abrigava em seu interior toda a esquerda inclusive os partidos clandestinos – surge no cenário nacional, com uma proposta administrativa centrada, sobretudo, na participação popular e com as atenções voltadas para amenizar os problemas sociais. Isto pode ser observado em algumas cidades como Piracicaba, em São Paulo, e Lages, em Santa Catarina. Em um país tradicionalmente governado com princípios autoritários e em uma cidade em que a maior parcela da população carecia das condições mais elementares para viver a vida com um mínimo de decência, aquela parecia ser uma grande novidade. Organizada nos movimentos populares, sindicais, religiosos, culturais e outros a população brasileira começou a lutar por melhores condições de vida.

Foi nesse clima que, em 1982, surgiu a candidatura de Zaire Rezende para prefeito em Uberlândia. Empunhando a bandeira de luta pela democracia e convocando a população para participar, ele foi eleito e governou a cidade de 1983 a 1988.

Sem dúvida, foi um governo que se diferenciou em dois aspectos fundamentais: primeiramente, na abertura para a participação da popular. Em segundo lugar, demonstrou um maior comprometimento com os problemas sociais priorizando um maior atendimento à educação, saúde, moradia e outros. Não obstante, a expectativa criada foi muito maior do que o que foi efetivamente concretizado em termos de melhoria na qualidade de vida da população. A frustração foi inevitável e os moradores de Uberlândia optaram por voltar ao passado. Em 1988, Virgílio Galassi foi reeleito e retornou à prefeitura para exercer seu terceiro mandato.

Mas este retorno não mera reedição. A construção de grandes obras, como por exemplo o pomposo centro administrativo, as grandes avenidas e os viadutos tiveram

⁷¹ Programa de governo do candidato a prefeito de Uberlândia Zaire Rezende (PMDB), 1982, pág. 25.

prioridades orçamentárias. Não há como deixar de reconhecer contudo que houve mudanças de posturas, principalmente, no que diz respeito ao tratamento dos problemas sociais. O que antes era tratado com medidas paliativas e como benevolência por parte da administração obteve maior atenção. Vários projetos iniciados no governo Zaire continuados como a construção de unidades de atendimento de saúde, de escolas e creches.

Mas a mudança de postura mais significativa da nova administração Virgílio Galassi foi o contato com os movimentos sociais. É certo que os motivos dessa aproximação não se colocam em contraposição à sua fala (desconsideração da democracia participativa), mas à necessidade de criar uma imagem de governo com ares mais democráticos. Tal postura foi importante para quebrar a resistência dos integrantes dos movimentos sociais, por outro, estreitar uma maior aproximação entre ambos. Essa proximidade amenizou a oposição, e mais, significou uma adaptação ao novo momento histórico que não tolerava mais posturas ditatoriais e autoritárias.

Virgílio Galassi ficou na prefeitura de 1988 a 1992, elegeu seu sucessor Paulo Ferolla da Silva (1993-1996) e se reelegeu pela quarta vez em 1996, disputando uma eleição apertadíssima novamente, com Zaire Rezende como principal adversário.

Analisar o caráter desses movimentos sociais e, fundamentalmente, a sua aproximação com o poder público municipal, inclusive quando liderado pelos setores conservadores, é o desafio que nos propomos enfrentar nos dois capítulos a seguir.

CAPÍTULO II

Das dificuldades e carências da população à emergência dos movimentos sociais

*E os pobres?
Até os ensandecidos quererão saber.
E se ninguém perguntar a pedras Gritarão:
E os pobres? E os pobres?*

Adélia Prado

No primeiro capítulo deste trabalho tentamos mostrar como o ideário de progresso e desenvolvimento foi um instrumento largamente utilizado para respaldar as

iniciativas dos agentes políticos que governaram a cidade de Uberlândia, sob a perspectiva do fortalecimento de uma determinada visão sobre o urbano. Sendo assim, a organização do espaço urbano é também resultado de uma opção política-administrativa, ou seja, de um projeto social.

Assim como em Uberlândia os poucos investimentos do orçamento designados para áreas sociais como saúde, educação, transporte coletivo, lazer, moradia, saneamento básico, somados à política de fortalecimento de especulação imobiliária são características marcantes do processo de urbanização no Brasil. Com a população privada dos mais elementares equipamentos que lhe possibilite viver decentemente, em vários momentos o *“conflito urbano surge enquanto expressão e resposta da coletividade às contradições geradas pelo próprio desenvolvimento urbano”*.⁷²

Vários estudos sobre os movimentos sociais têm demonstrado que não basta uma necessidade coletiva para gerar um movimento social. *“É necessário que haja determinadas articulações destas necessidades com a conjuntura de classes e as estratégias políticas”*⁷³ para fomentar a organização. Isso não quer dizer, entretanto, que a população aceite a dominação passivamente, pois resistência não se dá somente nos espaços institucionais de poder. Ela pode ocorrer de várias outras formas. E. P. Tompson tratou essa questão com muita propriedade, quando abordou a resistência da plebe inglesa contra os senhores, dizendo que *“mesmo quando a besta parecia estar adormecida, as sensibilidades irritáveis de uma multidão libertária definiam, no mais amplo sentido, os limites do que era politicamente possível.”*⁷⁴

⁷² Gohn, Maria da Glória. *Reivindicações Populares Urbanas*. Coleção Teoria e Prática Sociais. Editora Autores Associados/Cortez Editora, São Paulo/SP, 1982, pág. 14. Ver mais sobre essa questão em Castells, M. *La cuestión Urbana*”, Siglo Veintiuno, México, 1978; *Movimiento dos Pobladores y Lucha de clases en el Chile de la Unidad Popular*, SIAP, 1974

⁷³ Idem, pág. 14.

⁷⁴ TOMPSON, E. P., *Costumes em Comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional* – São Paulo, Cia. das Letras, 1998, pág. 57.

Não há como negar, contudo, a inexorável relação existente entre a situação de carência e o surgimento de movimentos sociais⁷⁵, embora nem sempre estes tenham como pressuposto inicial a contestação da ordem conjuntural. Por visarem objetivos imediatos, em geral, esses movimentos são reivindicativos e cobram do Estado, representado principalmente pelo poder executivo (nacional, estadual ou municipal), ações efetivas para resolver determinados problemas coletivos. Não raro essas organizações acabam por desempenhar tarefas que originariamente são do Estado devido a sua ausência no sentido de resolvê-las. Tais organizações podem ser efêmeras. Isto é, depois de algum tempo de mobilização, resolvendo ou não os problemas que afligem os seus organizadores, ocorre o afastamento dos agentes inicialmente envolvidos, e o movimento tende a ser extinto por pura inanição ou, quando não, passa a exercer tarefas que nem sempre condizem com os objetivos iniciais. Outrossim, mesmo quando são passageiros, os movimentos sociais remontam potencialidades presentes na *“invenção de novos padrões organizativos”*, [na] *“criação de novos laços de sociabilidade, de novos valores sociais”*, [na] *“recuperação da dimensão coletiva da vida social”*, na *“conquista da cidadania”* [inclusive abrindo] *“a possibilidade de questionamento da obediência irrefletida internalizada pelas maiorias dominadas”*⁷⁶ Mas essa é uma questão que no próximo capítulo voltaremos a abordar com maior profundidade.

Em Uberlândia, as principais fontes historiográficas (livros, jornais, documentos oficiais etc) têm induzido alguns pesquisadores a concluir que *“a luta política”*, ocorrida ao longo de sua história, *“se restringiu sempre às facções da classe dominante tendo como alvo central o controle do poder municipal, a Prefeitura e a Câmara*

⁷⁵ Cf. ALVARENGA, Nísia. *As associações de moradores em Uberlândia – um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade*. Op. Cit.

⁷⁶ Idem, pág. 20

Municipal, elos de contato com a política estadual e nacional".⁷⁷ Essa não deixa de ser uma tese interessante, quando se parte do pressuposto de que a "luta política" se dá somente no campo institucional. Entretanto ela se enfraquece mediante o princípio de que todas e quaisquer ações dos homens são políticas. "*O político toca a muitas outras coisas. Não é um fato isolado.*"⁷⁸ Por isso mesmo a política pode se expressar com maior ou menor intensidade nos vários movimentos da sociedade; por exemplo: na cultura, nas artes, nas pequenas organizações coletivas ou individuais, temporárias ou eventuais.. Claude Lefort discute essa questão com muita propriedade, sinalizando os equívocos dos teóricos que "*localizam a política no registro de uma superestrutura, cuja fundamentação seria divisada ao nível, suposto real, das relações de produção.*"⁷⁹ Sua discordância quanto a essa metodologia reside no fato de que tais estudiosos "*definem seu objeto de conhecimento a partir da construção ou da delimitação do fato político, considerado como fato particular, distinto de outros fatos sociais particulares: econômico, jurídico, estético, científico ou então puramente social, no sentido em que a palavra designa os modos de relação entre grupos ou classes.*"⁸⁰ Tal postura restringe e delimita o campo da disputa política, tornando sob esse ponto de vista, os espaços institucionais de poder como único lugar onde a sociedade se expressa e traça seus rumos. Pensar o político de uma forma mais ampla exige-se um certo desprendimento, "*uma ruptura com o ponto de vista da ciência em geral e, particularmente, com o ponto de vista que veio a se impor por meio do que se designa ciências políticas e sociologia política.*"⁸¹ No caso específico de Uberlândia é necessária ainda uma postura crítica diante das fontes, sob pena do investigador vir a apenas confirmar uma história

⁷⁷ Ibidem, pág. 69.

⁷⁸ RÉMOND, René. O retorno do político in: *Questões para a história do presente* - Bauru, SP: EDUSC, 1999, pág. 58

⁷⁹ LEFORT, Claude. *Pensando o político – ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pág. 25

⁸⁰ Idem, pág. 25

⁸¹ Ibidem, pág. 25

aparentemente homogênea acerca do processo histórico. Investigando sobre a construção das representações coletivas e história política de Uberlândia, Alem chama a atenção para esse fato dizendo ser explícito e visível o grande esforço que sempre se fez para “*transformar a própria história em um instrumento de dominação.*”⁸²

A mesma constatação pode ser observada no trabalho de Jane de Fátima Rodrigues, no seguinte comentário sobre as fontes:

*“Nossa recordação sobre a possível lembrança de movimentos contrários a essa ordem estabelecida data, apenas, do ano de 1959, com o movimento denominado ‘Quebra-Quebra’, que agitou a cidade. Afora isto, a laboriosidade do povo uberlandense se colocou acima das lembranças das greves ocorridas durante as décadas de 40 e 50; das agitações e prisões políticas dos anos 50; do mandonismo e da sujeição aos caciques políticos e da possibilidade de organização classista-partidária do operariado uberlandense.”*⁸³

A reflexão de Rodrigues confirma que os memorialistas da cidade perceberam e valorizaram a movimentação da sociedade e a “disputa política” uberlandense apenas pelo viés da classe dominante. Os setores populares e as pequenas organizações não foram evidenciadas, porque, sob aquele ponto de vista, não foram relevantes na construção do processo histórico da cidade.

Todavia, mesmo quando se parte desse pressuposto, uma investigação mais atenta demonstra que os setores populares participaram intensamente do processo político municipal. D. Olívia Calábria, militante do PCB – Partido Comunista Brasileiro confirma essa tese em entrevista concedida ao Projeto Depoimentos da Secretaria Municipal de Cultura, afirmando:

“Mas aí então, aqui em Uberlândia foi criado um movimento operário. Então esse cinema que eu tava falando pra vocês, ali em frente à Prefeitura, que eu me esqueci o nome dele, ali era um.... transformou-se num salão muito grande, então ali é que nós fazíamos as reuniões dos trabalhadores. E algumas

⁸² ALÉM, João Marcos. Representações Coletivas e História Política em Uberlândia. Op. Cit. pág. 79

⁸³ RODRIGUES, Jane de Fátima S. Trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – o setor de serviços – 1924-1964. Op. Cit. pág.8

peessoas sabiam que era, que eu era comunista. Sabiam. Então eles me convidavam porque eu era muita tagarela e eles falavam: “Olivia é que tá boa pra isso”, né. E eu tinha amizade com eles. (...) Isso foi naquele período de 37 a 40, foi um movimento mais sério, né, porque entrou o Estado Novo e aí era tudo calado, né?”⁸⁴

De 1948 a 1954, mesmo com toda a campanha anticomunista desencadeada no país, o PCB elegeu quatro vereadores em Uberlândia, em curto período de legalidade. Durante a ditadura militar a partir de 1964, especialmente no período do AI-5, existiram várias organizações clandestinas na cidade. No início dos anos 1950, militares ligados ao governo federal denunciaram em órgãos de imprensa do Estado e da União que Uberlândia(MG) e Anápolis (GO) eram dois ativos centros de tráfico clandestino de armas para guerrilheiros. Essas notícias incomodavam os setores que construíam a idéia da população ordeira e disciplinada; por isto mesmo *“os jornais locais revelavam uma preocupação no sentido de manter a ordem na cidade, desmentindo que Uberlândia fosse foco de subversão, face às notícias que eram veiculadas fora do município.”*⁸⁵

Tratando sobre a trajetória dos movimentos sociais no Brasil, Ruth Corrêa Leite Cardoso demonstra como a produção científica acerca dos movimentos sociais no Brasil discutem essa forma de organização dividindo-a em dois momentos. A primeira fase que ela denomina de emergência heróica dos movimentos se deu na basicamente em na década de 1970 e início da década de 1980.

“A idéia de espontaneísmo, junto com a idéia de autonomia, era realmente fundamental nas interpretações que se construíram sobre esses fenômenos, aparecia com grande força a idéia de que haveria uma mudança na cultura política. Dessa forma, a grande contribuição dos movimentos sociais seria trazer uma mudança na cultura política. Mudança que vinha exatamente do fato de autonomia dos movimentos quebrar com as relações clientelísticas, com o modo de atuação do sistema político tradicional. Como a participação

⁸⁴ Olívia Calábria. Entrevista concedida para o Projeto Depoimentos da Secretaria Municipal de Cultura a Vânia Lúcia Rezende Canelot e Jane de F. S. Rodrigues, dia 19/01/1990 no Teatro Rondon Pacheco, Uberlândia/MG. Na mesma entrevista D. Olívia trata da organização de mulheres, das mobilizações de trabalhadores em sindicatos, da organização clandestina do PCB etc.

⁸⁵ RODRIGUES, Jane de Fátima S. *Trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – o setor de serviços – 1924-1964*. Op. .Cit. pág. 142

representava essa mudança, ela era quase fazendo um chavão, uma participação anti-Estado, antipartido, anti-sistema político em geral, sendo o Estado realmente visto como um inimigo.”⁸⁶

Exemplo disso são os movimentos de luta contra a carestia, os clubes de mães, os grupos de jovens, os grupos de mulheres e inúmeros outros que surgiam a partir da mobilização espontânea e sem preocupação jurídico-institucional. Num estudo sobre os movimentos sociais dos anos 70, na região da grande São Paulo, Eder Sader faz a seguinte observação sobre a sua organização:

“Sua história nessa década transcorre fora do reconhecimento estatal. (...) Os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque eles eram ignorados nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de uma carência.”⁸⁷

A segunda fase que se dá à partir dos primeiros anos de 1980 (segundo Cardoso é a fase da institucionalização), está inserida no contexto do processo de redemocratização do país.

“Cria-se uma nova relação entre os movimentos e os partidos políticos, por um lado, e entre os movimentos e as agências públicas em geral, por outro. (...) Começa a haver uma outra forma de participação que leva esses movimentos a se relacionarem mais diretamente com as agências públicas. (...) Esse processo foi aos poucos abrindo várias brechas e criando uma nova relação. Foi o grande momento em que todos os conselhos de participação começaram a ser criados, desde o conselho da mulher até o conselho da criança, criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Há uma ampliação no modo de gerir as áreas de políticas públicas com a aceitação e abertura de espaços novos onde os movimentos sociais entram.”⁸⁸

Começam a delinear-se assim, novas formas de organizações populares, pois além de haver uma maior preocupação com a formalização jurídica, observa-se também um relacionamento diferenciado com o Estado e com os partidos políticos.

⁸⁶ CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais, in: DAGNINO, Evelina (org.) *Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994, pág.82.

⁸⁷ SADER, Eder. *Quando os novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. 2ª Ed. Paz e Terra – São Paulo/SP – págs. 198-199.

Toda essa movimentação se deu em um período singular, não somente do Brasil mas de toda a América Latina. As décadas de 60 e 70 do século XX, ficaram marcadas como um período duro para a população Latino Americana, pois quase todos os países do continente estavam submetidos a governos militares e ditatoriais. No Brasil, os militares assumiram o poder em 1964 e governaram o país com “mão forte” por mais de vinte anos.

Além da falta de liberdade, a população latino americana sentia na pele as imposições e os efeitos da dinâmica da economia capitalista internacional, a qual impunha uma política de *“progresso e de riqueza para poucos e desequilíbrio sociais, tensões políticas e pobreza para os muitos.”*⁸⁹ A migração, o êxodo rural, a especulação imobiliária, a má distribuição de renda, a periferização das grandes cidades e o alto índice de desemprego foram algumas das conseqüências dessa política.

Em meio a essa conjuntura marcada pela mão dura do Estado, cuja população era submetida ao silêncio e á conseqüente ausência de liberdade de expressão, a Igreja Católica foi naquele período, um instrumento fundamental para fomentar a indignação do povo sofrido e desesperançoso. Estimulada pelos novos ares advindos do Concílio Vaticano II, realizado nos primeiros anos da década de 60, começou a emergir do seu interior um maior comprometimento com as causas sociais. *“A década de 60 viu a concepção e a gravidez da praxis e da idéia de libertação.”*⁹⁰ E foi na América Latina que começou a ser gestada a Teologia da Libertação.

⁸⁸ CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. Op. Cit. pág. 83.

⁸⁹ BOFF, Leonardo. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis, Editora Vozes, 1980, pág. 17.

⁹⁰ Idem, pág. 9.

“A década de 70 está sendo marcada na América Latina, nascedouro da teologia da libertação, pelo predomínio da ideologia da Segurança Nacional com conseqüências que atingiram significativamente quadros de Igreja.”⁹¹

Assim, a Igreja Católica tornou-se uma importante aliada na luta contra a ditadura militar e como uma grande estimuladora da organização da população em busca de melhores condições de vida.

“A teologia da libertação em regime de catividade tem outras tarefas do que em tempos de gozo das liberdades conquistadas. Há que semear, preparar o terreno, manter firme a esperança, consolar as vítimas, minorar as dores e lutar a favor dos direitos humanos violados. (...) Esta libertação se faz com inspiração nitidamente evangélica; nasce da meditação, da colocação em comum e da prática das palavras do Evangelho, dos exemplos de Cristo e dos primeiros cristão. São as comunidades eclesiais de base, grupos de bairro, movimentos de operários de jovens. Ensaia-se uma libertação muito humilde, porém efectiva, porque se mudam as atitudes, a praxis de vida, as relações de sociabilidade e o projeto de fundo da sociedade e também da Igreja institucional.”⁹²

No Brasil, o clamor da população pela abertura do regime e pelas eleições diretas para presidente da república no final da década de 1970 e início de 1980 ressoou em todo o país. No interior da Igreja foram organizados a Pastoral Operária, as Comunidades Eclesiais de Base, os grupos de jovens engajados com o projeto de mudanças sociais, os clubes de mães e outros. A luta por melhores salários e melhores condições de vida se fortaleceu nos sindicatos de trabalhadores, nas associações de bairro, no movimento contra a carestia. Enfim, aquele foi um momento de emergência dos movimentos sociais.

Assim como em todo o Brasil, Uberlândia também foi marcada pelas mesmas contradições impostas pelo sistema econômico e pela ditadura militar; da mesma forma, sofreu influência da Igreja Católica e de outros movimentos e/ou partidos políticos clandestinos.

⁹¹ Ibidem, pág. 9.

⁹² Ibidem, pág. 9-10.

Marcadas pela pluralidade, mas também por objetivos e características comuns, começaram a surgir, no interior da sociedade brasileira, várias formas de mobilização e organização popular. Num primeiro momento (final dos anos de 1970), elas surgem fragmentadas e como formas autônomas de expressão e luta pelo resgate da participação e da cidadania. Para Sader, “*a fragmentação de movimentos sociais aparece em primeiro lugar vinculada à diversidade das próprias condições em que emergem.*”⁹³ Naquele período os movimentos sociais “*não apenas emergiam fragmentados, mas ainda se reproduziam enquanto formas singulares de expressão.*”⁹⁴ Entre as organizações emergentes ocuparam lugar de destaque os clubes de mães (em geral, originários das periferias das cidades e vinculados a pastorais da Igreja Católica), o movimento de custo de vida, os movimentos de saúde, educação e moradia. Já no final da década de 1970 e início dos anos 80, as organizações populares passaram a ter um caráter mais institucional. Nesse caso, podemos imputar como um dos maiores exemplos as associações de moradores de bairros. Mesmo que “*a priori*” seus integrantes não estivessem preocupados com a institucionalização e a burocracia, à medida em que o trabalho ia se desenvolvendo isso acabava tornando-se necessário, muitas vezes por exigências externas. Isto é, para receber ajuda financeira pública na forma como subvenção social e, ou para impetrar ações jurídicas por exemplo, as entidades eram forçadas a criarem um estatuto, eleger uma diretoria, e fazer seu registro no cartório de títulos e documentos de modo a serem reconhecidas como entidade de utilidade pública. No caso das associações de moradores, houve momentos em que essa era uma prerrogativa estabelecida pelos órgãos financiadores das casas de conjuntos

⁹³ SADER, Eder. *Quando os novos personagens entraram em cena*. Op. Cit. pág. 197-198.

⁹⁴ Idem, pág. 198.

habitacionais. Em Uberlândia, podem ser citadas como exemplo as associações de moradores dos Conjuntos Santa Rosa I e II e Luizote de Freitas.⁹⁵

Foi naquele período e, conseqüentemente, sofrendo as injunções daquela conjuntura, que surgiram em Uberlândia entidades que merecerão atenção especial neste trabalho: Associação de Moradores do Conjunto Alvorada, Creches Comunitárias e Associadas de Uberlândia e CEC - Conselho de Entidades Comunitárias.

Associação de Moradores do Conjunto Alvorada

Como muito bem constatou uma pesquisadora local *“em Uberlândia, nas décadas de 1970 e 1980, a expansão de periferias se deu de forma muito acelerada, tendo em vista o crescimento populacional e a ação do poder público, no que diz respeito a uma política de ordenamento e regulamentação urbana, que privilegiou os interesses do capital, em detrimento dos interesses dos trabalhadores.”*⁹⁶ O Conjunto Alvorada é a expressão prática da política que beneficia a especulação imobiliária. Esse Conjunto foi construído pela Imobiliária Nascimento Ltda⁹⁷ no final da década de 1970 e início de 1980, a 12 km do centro da cidade às margens da BR 452. Os proprietários da Imobiliária Tubal Vilela e a família Irani Arcy de Souza foram os maiores beneficiados. As redes de água e energia elétrica, asfalto e outros tipos de infra-estrutura levados pelo poder público local até aquele conjunto, e que necessariamente passaram pelas propriedades intermediárias desde o centro da cidade, foram importantes benefícios que valorizaram outras áreas que seriam posteriormente loteadas. A justificativa para permitir que o conjunto fosse construído tão distante do centro não era

⁹⁵ Informações obtidas em ALVARENGA, Nísia Maria. *As Associações de Moradores em Uberlândia – um estudo das práticas sociais e das alterações nas forma de sociabilidade*. Op. Cit.

⁹⁶ SOARES, Beatriz Ribeiro. *Habitação e produção do espaço em Uberlândia*. Dissertação de Mestrado em Geografia. São Paulo, USP, 1988, pág. 103.

dissimulada. Sob a lógica da especulação e da valorização dos terrenos próximos ao centro, o poder público se vangloriava com o fato de as pessoas de baixa renda poderem adquirir casa própria a qual, por se localizar em região distante do eixo central, a princípio, tem pouco valor imobiliário. Isso possibilitava sua aquisição por pessoas com menor poder aquisitivo. Para o poder público local, esse era um motivo muito nobre e inquestionável. Na verdade, para muitos moradores, mediante os baixos salários e a conseqüente urgência de “sair do aluguel,” não restavam muitas opções de escolha. D. Maria Glória de Moura explicita essa realidade da seguinte forma:

“É... ou você quer ficar isolado da vida, ou você não tem condição financeira... prá você morar onde você quer! Você está sujeito a morar aonde os ‘outros’ querem que você more.”⁹⁸

As casas do Conjunto Alvorada foram entregues aos seus proprietários em três etapas. Com pequenas diferenças de acabamento e de extensão das áreas construídas, os imóveis eram pequenos para uma família acima de 5 pessoas, porém, tinham uma relativa qualidade se consideradas as condições aquisitivas dos novos proprietários.

Dividido ao meio pela rodovia acima citada o conjunto, em termos de infraestrutura, era precário. Embora a lei municipal que institui o regulamento dos processos de parcelamento do solo proíba loteamentos em terrenos baixos, alagadiços ou sujeitos à inundação,⁹⁹ a prefeitura permitiu que aquele fosse construído em uma bacia, cuja queda para o escoamento da rede pluvial e de esgoto é muito pequena dar a vazão à água da chuva e os detritos dos esgotos. A conseqüência disso recaiu sobre os moradores. Isto é, a rede de esgoto teve que ser bombeada, e a rede pluvial não dava vazão à água da

⁹⁷ A Construtora e Imobiliária Nascimento Ltda pertencia à família Alves Nascimento, proprietária de uma casa de materiais de construção (A Constrular). Um dos diretores na época da construção era o Senhor Dorivaldo Alves Nascimento, vereador da extinta ARENA.

⁹⁸ REIS, Maucia Vieira dos. *Alvorada: Memórias de um bairro - Uberlândia – anos 80/95*, Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Graduação em História - UFU pág. 32. Trecho de entrevista concedida à autora em 22/10/96 transcrita na monografia.

⁹⁹ Lei nº 2.584, de 09 de dezembro de 1978. Institui o regulamento dos processos de parcelamento do solo. Capítulo III, Art. 24.

chuva, provocando alagamento das ruas quando chovia.¹⁰⁰ Além desses transtornos decorrentes da conivência da poder público local em permitir tamanha irresponsabilidade das imobiliárias, a população daquele bairro teve que enfrentar outros problemas. O conjunto foi entregue aos moradores sem asfalto, com fornecimento precário de água e energia, sem posto de saúde, sem escola, sem telefone, sem área de lazer e com um transporte coletivo absolutamente ineficiente. As poucas linhas de ônibus e os horários muito espaçados dificultavam a chegada dos moradores aos locais de trabalho, às escolas e demais localidades para onde se dirigiam.

Tantas dificuldades forçaram alguns moradores a pensarem maneiras de exigir providências junto ao poder público. Inicialmente foram formadas pequenas comissões (em sua maioria constituídas por mulheres) para levar à prefeitura suas reivindicações.

“...É antes num tinha associação não. A gente num sabia o que era isso... (nem) que isso existia, muito menos por onde passô isso!... (...) ... O que tinha era vários grupos que... que num tinha só o nosso... (...) ... era várias pessoas com o mesmo objetivo nosso que se juntava e ia atrás na prefeitura brigá... pela melhoria e num sabia do outro. Depois é que fomos descobrindo aos pouquinhos desses outros...”¹⁰¹

Essas iniciativas nem sempre eram bem sucedidas. Muitas vezes os moradores nem eram recebidos pelos responsáveis das áreas demandadas, muito menos pelo prefeito. Tratados muitas vezes com hostilidade, os moradores se indignavam pelo descaso do poder público em não buscar uma solução para seus problemas. Exemplifica isso a reivindicação pela construção de escola no bairro a qual, somente depois de muitas lutas, muitas idas e vindas, teve início.

A fundação da Associação de Moradores propriamente dita aconteceu somente em setembro de 1982, três anos após a entrega das primeiras casas do conjunto. As

¹⁰⁰ Informação obtida em reportagem do Jornal Primeira Hora, 13/01/1984, pág.05.

¹⁰¹ REIS, Maucia Vieira dos. *Alvorada: Memórias de um bairro - Uberlândia – anos 80/95*, Op. Cit. pág. 63.

dificuldades cotidianamente enfrentadas pelos moradores daquele bairro distante dos locais de trabalho, das escolas, dos postos de saúde e sem um mínimo de infra-estrutura conjugadas ao clima de mobilização nacional pela abertura do regime político, pelo direito de expressão e pela eleição direta para presidente da república foram elementos fundamentais para impulsionar a criação daquela entidade. A primeira diretoria foi eleita por aclamação e empossada logo na primeira assembléia. Segundo ata da mesma assembléia, a constituição daquela Associação tinha por objetivo “*trabalhar, pelo desenvolvimento e bem estar social dos moradores do conjunto Alvorada em colaboração com outras entidades e com o povo em geral, bem como proporcionar aos associados apoio-sócio-cultural econômico e assistencial, dentro de suas possibilidades.*”¹⁰² Somente na Segunda assembléia, convocada para o dia 26 de setembro de 1982, é que foi aprovado o estatuto da entidade.

Na verdade, não havia muita preocupação com as formalidades legais de uma eleição. O que os moradores queriam, naquele momento, era proclamar oficialmente que ali existia uma entidade e uma diretoria eleita com plenos poderes para falar em nome dos moradores do conjunto.¹⁰³

Conforme vimos anteriormente, 1982 foi também o ano da eleição do prefeito Zaire Rezende (PMDB). Diferente dos governos anteriores, sua gestão não somente valorizou como estimulou a organização popular.¹⁰⁴

A convite dos moradores do Conjunto Alvorada, ele esteve no Bairro no dia 06 de maio daquele ano, conforme registrado pela imprensa local:

¹⁰² Ata de fundação e eleição da primeira diretoria da Associação de Moradores do Conjunto Alvorada, realizada dia 26 de setembro de 1982, livro 01. Arquivo do Centro Comunitário do Bairro Alvorada.

¹⁰³ Conforme REIS, Máucia Vieira. *Alvorada: Memórias de um bairro - Uberlândia – anos 80/95* Op. Cit.

¹⁰⁴ Como isso se deu voltaremos a discutir posteriormente no próximo capítulo

“Dentro das metas de governo democrático e participativo estabelecidas durante sua campanha política, o prefeito de Uberlândia, Zaire Rezende visitou na última quinta-feira o Bairro Alvorada (...)

Ali manteve, por quase três horas, uma reunião com mais de oitenta moradores, que pediram a construção de creche, a instalação do posto de saúde, a criação de área de lazer, iluminação pública, calçamento, posto policial e apoio ao clube de mães, além da construção de uma igreja católica.”¹⁰⁵

Pelas reivindicações, percebe-se a precariedade dos serviços públicos naquele bairro. Mas, mesmo convivendo com enormes dificuldades, os moradores aguardavam pacientemente.

“Os moradores do Conjunto Alvorada aguardam providências da Prefeitura para a melhoria das condições de transporte, policiamento e serviço de esgoto no Bairro. A informação é da vice-presidente da Associação de Moradores do Conjunto Alvorada, Máucia Vieira dos Reis.

Vivendo problemas como a falta de horários adequados dos ônibus que serve o bairro, falta de policiamento e lazer além da deficiência no serviço de esgoto, que teve de permanecer ligado às fossas no Conjunto I, porque a rede não conseguiu escoar os detritos causando entupimento, o Conjunto Alvorada já manteve vários contatos com o prefeito Zaire Rezende, através de sua associação de moradores.

‘As providências foram prometidas para depois de seis meses. Isso no começo da administração de Zaire Rezende, significa que aguardamos as melhorias para o começo de agosto’, afirma Máucia Vieira dos Reis.”¹⁰⁶

A resolução do problema da rede de esgoto, entretanto, não era tão fácil. Seria necessário um grande investimento para construir uma galeria que possibilitasse a vazão dos detritos.

Na verdade, isso deveria ser tarefa da imobiliária. Conforme já demonstramos anteriormente, o loteamento foi feito em uma área que não atendia as exigências da lei que regulamenta os processos de parcelamento do solo. Embora a prefeitura tenha cometido o erro de permitir que o loteamento fosse feito no referido local, naquele momento deveria ser exigido da imobiliária a construção de uma galeria conforme as exigências técnicas, sem ônus para o poder público nem para os moradores do conjunto.

¹⁰⁵ Jornal Correio de Uberlândia, 07 de maio de 1983.

¹⁰⁶ Jornal Primeira Hora, 03 de junho de 1983.

Não obstante, o problema se manteve, pois não foi exigida da imobiliária sua resolução e nem a prefeitura se propôs a fazer o que deveria ser feito para corrigi-lo definitivamente. Ou seja, as conseqüências negativas acabaram por recair sobre os moradores do conjunto.

Esse posicionamento acarretou outro problema para os moradores, tendo em vista que a topografia do bairro era muito plana, a pavimentação do bairro com asfalto poderia dificultar a vazão da água e provocar inundação em período de chuvas. Sendo assim, a prefeitura propôs fazer o calçamento com bloquetes e não com massa asfáltica.¹⁰⁷ Uma das principais justificativas para a utilização daquele tipo de material era sua propriedade drenante, pois devido às peças serem assentadas sobre areia a água penetra mais facilmente entre as juntas, evitando em grande medida as inevitáveis inundações, principalmente numa superfície lisa como o asfalto. Caso a população daquele bairro apoiasse, aquela seria uma experiência pioneira na cidade. A máquina de fabricação dos bloquetes seria importada da Alemanha e o Conjunto Alvorada seria “cobaia” do novo experimento de pavimentação.

A proposta mobilizou os moradores. Convocados pela diretoria da associação para a população daquele bairro reuniu-se em assembléia para discutir exclusivamente aquele assunto. Nela os moradores analisaram os preços, o modelo, a durabilidade, as formas de pagamento entre outros aspectos. Também foi discutido que a obra seria empreitada, e como dependeria de um alto número de mão de obra os trabalhadores contratados deveriam ser do próprio bairro, especialmente os desempregados que desejassem.

¹⁰⁷ Popularmente chamados de bloquetes os blocos intertravados são peças pré-moldadas de concreto com modelos e cores variadas, assentadas sobre areia. Sua colocação utiliza mão de obra da construção civil. A massa asfáltica por sua vez é um material feito de brita e betume, cuja confecção depende do cozimento em altas temperaturas e a colocação é feita com máquina apropriada.

“Entretanto para viabilizar esse acordo a prefeitura não contava com alguns problemas que surgiram posteriormente: primeiro com a ‘máquina’, quanto a demora para adquiri-la,”¹⁰⁸ depois quanto à eficiência, pois a produção dos bloquetes era lenta, e como não havia mão de obra especializada, início das obras acabaram sendo atrasadas. O que inicialmente era uma desconfiança acabou se concretizando. Iniciada a implantação dos bloquetes os moradores passaram a fiscalizar a sua execução e perceberam que muitos eram de má qualidade o que os levaram a concluir que tinham sido ludibriados. Isso exigiu um acompanhamento e fiscalização constante, não somente da diretoria da Associação, mas também dos demais moradores do bairro.

Mas, se por um lado havia insatisfação por parte dos moradores do Conjunto Alvorada, por outro a imprensa local enaltecia a iniciativa da prefeitura:

“A Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Uberlândia, deu início ao calçamento das ruas do Conjunto Residencial Alvorada com a utilização dos bloquetes, industrializado pela Prefeitura. Inicialmente serão calçadas as ruas e a mão-de-obra foi contratada junto aos moradores do próprio bairro. O trabalho é semelhante àquele utilizado com o calçamento de pedras. A população está satisfeita, porque elimina a poeira.”¹⁰⁹

Uma manchete o Jornal Primeira Hora, do dia 02 de agosto de 1983, trazia a seguinte manchete: “Bloquete é bem recebido no Alvorada e continua a todo vapor”. Tecendo elogios acerca da iniciativa da prefeitura a reportagem omite a insatisfação dos moradores com a qualidade do serviço. Esse foi um episódio que envidou grandes esforços não somente da diretoria, mas de todos os moradores, pois, além de acompanhar a obra para exigir qualidade, também houve controvérsias quanto ao que foi anteriormente combinado acerca da forma e dos valores a serem pagos. Para resolver o conflito, foram necessárias inúmeras reuniões com a empreiteira, com a secretaria de obras e até com o prefeito Zaire Rezende.

¹⁰⁸ REIS, Maucia Vieira dos. *Alvorada: Memórias de um bairro - Uberlândia – anos 80/95*. Op. Cit.

Além da luta pela pavimentação das ruas do bairro, a Associação também se mobilizou pela construção do posto de saúde, pela melhoria da qualidade do transporte coletivo, pela criação do atendimento educacional em nível pré escolar, pela implementação da coleta de lixo e pela instalação de telefone público, entre outros serviços e equipamentos coletivos. Maria Glória de Moura, moradora do bairro, expressou esse sentimento da seguinte forma:

“Tudo foi resultado de muita luta... né? Tudo que a gente conseguiu: uma escola melhor, o professor, o diretor, o calçamento, os quebra molas... tudo foi de uma organização da Associação... (...) ... a gente não conseguiu nada assim de mão beijada... o ônibus, o transporte era muito difícil... (...) ... foi tudo uma questão de muita luta...”¹⁰

Não obstante tal atitude, os benefícios eram notificados pela imprensa local como se fossem presentes da prefeitura.

“Pavimentação do Alvorada, outro presente da Administração Zaire Rezende. A entrega da pavimentação do Conjunto Alvorada pela Administração Municipal foi uma das atividades que marcou as festividades comemorativas ao aniversário da cidade neste final de semana.”¹¹

A entrega oficial da pavimentação aos moradores foi uma atividade festiva, com palanque, banda de música e a presença de inúmeros secretários, vereadores e do próprio prefeito. Durante a solenidade, os moradores ratificaram a idéia noticiada pela imprensa. Em nome da diretoria da Associação e dos moradores do Bairro, o Sr. Benedito dos Reis Vieira

(...)
“enumerou os diversos benefícios levados ao bairro pela Administração Zaire Rezende, como a melhoria do transporte coletivo, o pré-escolar, o centro de saúde, a coleta regular de lixo, o serviço de varrição, o telefone público e agora ao calçamento do bairro. Exaltou ainda a preocupação do governo do prefeito Zaire Rezende com o aspecto social, referindo-se ao Meio Ambiente. A todas essas conquistas Benedito dos Reis Vieira atribuiu ao trabalho da

pág. 71

¹⁰⁹ Jornal Correio de Uberlândia. 11 de julho de 1984.

¹¹⁰ REIS, Máucia Vieira dos. *Alvorada: Memórias de um bairro – Uberlândia – Anos 80/95*. Entrevista concedida a autora. em 22 de outubro de 1986, pág. 67, cujo trecho foi transcrito, pág. 67.

¹¹¹ Jornal Correio de Uberlândia, 03 de setembro de 1985.

*Administração Municipal em conjunto com a população do bairro tendo como intermediária a Associação de Moradores do conjunto Alvorada.*¹¹²

A luta pela construção do posto de saúde foi também bastante intensa e demonstrou a necessidade da organização dos moradores para verem atendidas suas reivindicações. Por tratar-se de ser uma comunidade relativamente pequena, não se justificava, sob o ponto de vista da prefeitura, a construção de uma unidade de saúde dentro do bairro. Entretanto os moradores souberam dessa intenção e se organizaram para garantir o benefício. *“O acompanhamento da construção do Centro de Saúde Alvorada, não se deu sozinho, pois ‘este benefício’ estava ocorrendo em outros bairros ao mesmo tempo (Alvorada, Santa Luzia e Liberdade). Sabendo disso, as AMs dos respectivos bairros uniram-se e buscaram a Secretaria da Saúde para acompanharem passo a passo a construção e principalmente, as discussões relacionadas ao processo seletivo dos futuros funcionários. Neste trabalho, apontaram critérios e elegeram fiscais dos bairros para garantirem as resoluções dos problemas.*¹¹³

Um das maiores dificuldades enfrentadas pelos moradores do Conjunto Alvorada foi sem dúvida o da travessia da Rodovia. Conforme já foi dito, o bairro era dividido ao meio pela BR 452. Inicialmente não existiam sequer obstáculos que obrigassem os veículos que trafegavam pela rodovia a diminuir a velocidade. Como o trânsito era muito intenso, ficava difícil a travessia dos moradores de um lado para o outro. O risco de acidentes era muito grande, principalmente em relação às crianças que, diariamente, eram forçadas a fazerem essa travessia ao se dirigirem para a escola.

Convictos de que a rodovia significava risco de vida para os moradores, as comissões informais e, depois, a Associação de Moradores procuraram inúmeras vezes

¹¹² Idem.

¹¹³ REIS, Maucia Viera dos. *Alvorada: Memórias de um bairro - Uberlândia – anos 80/95*. Op. Cit. pág. 77.

a prefeitura para reivindicar providências. Uns entendiam que deviam ser instalados semáforos, outros defendiam a tese de que seria necessária a construção de uma passarela para pedestres e também haviam aqueles que propunham a construção de uma passagem subterrânea. A prefeitura dizia que aquela era uma atribuição do DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) por ser uma rodovia federal e que portanto, qualquer tipo de intervenção deveria ocorrer com a permissão e conviência daquele órgão. Contudo, de 1979 quando foi entregue o conjunto até 1984, já haviam acontecido vários acidentes e nenhuma providência havia sido tomada.

No dia 22 de maio de 1984, o atropelamento de uma criança de 9, anos que ficou gravemente ferida, significou a gota d'água. Os moradores sentiram-se indignados com o descaso do poder público, mesmo diante dos inúmeros pedidos de providências e resolveram bloquear a rodovia. Numa ação rápida, uma das moradoras pegou emprestado um megafone e saiu de rua em rua conclamando os demais moradores para uma a manifestação. Outros moradores providenciaram pneus, galhos de árvores e pedras e bloquearam a rodovia durante mais ou menos cinco horas, provocando um enorme engarrafamento no local. Enquanto isso, uma comissão de moradores dirigiu-se à prefeitura para exigir providências. Em poucos minutos, o ato repercutiu na prefeitura, na câmara e na imprensa, mobilizando esses setores para resolver o problema.

Imediatamente se dirigiram para o local integrantes da polícia federal, membros dos poderes executivo e legislativo, curiosos, componentes de outros movimentos sociais e a imprensa. Alguns se empenharam em convencer os moradores a liberarem a pista; outros ofereciam o seu apoio. Os manifestantes mantiveram-se intransigentes e somente aceitaram suspender o movimento mediante compromisso de que, no prazo de 24 horas, seriam colocadas placas de sinalização, sonorizadores e redutores de velocidade nas proximidades do local, até que se buscasse uma resolução definitiva para

o problema. O acordo foi cumprido. Após três dias, os redutores de velocidade foram colocados nas proximidades da travessia de pedestres, e a associação inaugurou a passagem solenemente com os alunos da escola. Mas a resolução definitiva só viria a acontecer cinco anos depois, no início da nova gestão do então prefeito Virgílio Galassi. A construção de um trevo com travessia para pedestres foi inserido em um projeto maior de eliminação de outros pontos críticos que ao longo daquela rodovia afetavam o setor urbano.

Para concluir, não é possível deixar de evidenciar a participação dos dirigentes da Associação do Conjunto Alvorada (principalmente nos primeiros anos de sua existência) em outras lutas e organizações que extrapolavam questões referentes ao próprio bairro. A investigação em listas de presença e em documentos do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte, da ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais), do CEC – Conselho de Entidades Comunitárias -, do FEP – Fórum de Entidades Populares - e de outras formas de mobilização e articulação de entidades populares permitiu identificar a presença ativa de várias pessoas que dirigiam a Associação de Moradores Conjunto Alvorada em momentos diferentes. Entre essas participações uma das mais significativas para se compreender a luta em um contexto mais amplo, bem como o papel desses agentes na construção de um projeto social, foi o MCPP – Movimento de Consciência e Prática Política. Tratava-se de um grupo informal composto por pessoas moradoras do bairro e de outros setores da cidade, ligadas ou não a partidos políticos de esquerda, mais notadamente ao PCB. Sem nenhuma pretensão de desencadear alguma luta específica seja do bairro seja do restante da cidade aquelas pessoas reuniam-se para discutir e compreender os problemas conjunturais que afetavam principalmente as classes menos abastadas da população brasileira. A participação neste grupo ajudava os dirigentes da entidade a compreender

as raízes dos problemas que os afetavam como por exemplo, as que estavam diretamente ligadas à educação, moradia, saúde. Na avaliação de Reis,

“o MCPP entendia que o bairro estava inserido num contexto maior, por isso mesmo os problemas detectados no local não era uma questão só dos moradores, pertenciam a uma esfera maior, havendo portanto, uma necessidade de conhecer bem as suas possíveis origens, de buscar as suas causas. Desta forma manifestavam aparentemente uma certa compreensão de que esse problemas estivessem calcados numa questão política, ou seja, relacionados também com a escolha do candidato e do acompanhamento do seu trabalho por parte do eleitor.”¹¹⁴

Pensando a atuação popular de uma forma mais ampla, sem a preocupação de garantir somente o atendimento das reivindicações, os dirigentes da associação de moradores podiam compreender os problemas do Conjunto Alvorada num contexto mais amplo de sociedade, possibilitando-lhes perceber as divergências e as convergências de interesses entre o poder público e o dos movimentos sociais.

Creches Comunitárias e Associadas de Uberlândia

No início da década de 1980, havia em Uberlândia, aproximadamente, cinquenta mil crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, sendo que 50% delas vinham de famílias com renda mensal de até dois salários mínimos.¹¹⁵ Como consequência da baixa renda, em torno de vinte mil crianças padeciam de graves problemas de subnutrição e desnutrição, além das mais variadas formas de enfermidades, sem contar as péssimas condições de

¹¹⁴ REIS, Máucia Vieira dos. *Alvorada: Memórias de um bairro – Uberlândia – Anos 80/95*. Op. Cit. pág. 101.

¹¹⁵ Prefeitura Municipal de Uberlândia - Plano de Ação da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social – Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Menor. No documento não consta a data de sua elaboração. Entretanto no decorrer do texto, há indícios que ele foi elaborado no ano de 1986 e é de responsabilidade da própria secretaria. Material obtido com Terezinha Maria C. Lelis, psicóloga e ex-funcionária da Secretaria de Trabalho e Ação Social.

moradia a que eram submetidas aquelas famílias.¹¹⁶ O quadro, portanto, era lastimável e alarmante para uma cidade que se vangloriava de ser progressista e moderna.

A ausência de uma política afirmativa de apoio ao menor e às famílias (principalmente, as mães trabalhadoras), por parte do poder público, fez com que no início da década de 1980, começassem a surgir os primeiros movimentos pró-creches comunitárias em vários bairros da cidade. A primeira surgiu no Bairro Luizote de Freitas, a partir de uma iniciativa da sua recém-criada associação de moradores, em 1981. Depois, naquele mesmo ano, foram organizadas as creches dos Bairros Jardim Brasília e Presidente Roosevelt. No ano de 1983, também a partir da iniciativa de clubes de mães ligados à Igreja Católica, e/ou associações de moradores, foram criadas as creches do Bairro Jardim Brasília II, Lagoinha e Leão XIII, Conjunto Segismundo Pereira e Presidente Roosevelt II. No orçamento municipal de 1985, consta a indicação de verba de subvenção social para 10 creches comunitárias. Todas elas organizadas por clubes de mães e/ou associações de moradores.¹¹⁷

Também naquele ano foram fundadas as creches comunitárias dos bairros Jaraguá e Tubalina, posteriormente afiliadas à Creches Comunitárias e Associadas de Uberlândia, objeto de investigação deste trabalho.

Conscientes das dificuldades da população, motivados pelas reflexões engajadas da teologia da libertação da Igreja Católica e, estimulados pelos párocos da Paróquia Divino Espírito Santo no Bairro Jaraguá, grupos de jovens e de mães daquelas comunidades começaram a pensar formas concretas de praticar o evangelho.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Idem.

“Como eu já vinha falando, a gente começou a estudar a Bíblia e a gente queria algo a mais do que ficar só estudando. A gente queria uma coisa concreta.”¹¹⁸

Inicialmente, pensaram em fundar um asilo para pessoas idosas. Depois, a partir de uma pesquisa desenvolvida por eles mesmos, constataram que o maior problema era a inexistência de creches para crianças. Fazendo visitas às casas dos moradores dos seus respectivos bairros, os vários grupos puderam diagnosticar a realidade nua e crua a que estavam submetidas muitas crianças. Enquanto os pais saíam para trabalhar elas ficavam sozinhas e/ou com as maiores cuidando das menores. Muitas vezes as mães eram obrigadas a deixar de trabalhar fora para cuidar dos filhos pequenos.

A partir dessa constatação, as famílias foram chamadas para pensar junto com a comunidade católica uma forma de resolver o problema.

“E a gente começou a convidar esse pessoal pra uma reunião. A gente não começou com a creche. Primeiramente, a gente começou numa reunião. Aí a gente foi discutindo com essas mães, foi discutindo, aí como que seria essa creche, que jeito que seria essa creche, quem ia tomar conta dessa creche? Que a gente não tinha dinheiro. A gente tinha a vontade mas não tinha a verba. Aí a gente pegou, aí até nessa época eu trabalhava de doméstica né? Ganhava dois salário mínimo, aí eu levantei o dedo e falei pro Frei, falei: ‘Frei Fulvio, eu me disponho a tomar conta da creche do Martins’. E a, e a Graça, da Fátima, do Jaraguá, e a Zilda, do Tubalina. Aí eles até questionaram, ‘ah, mas você não vai ganhar’ porque não tinha dinheiro. Eu falei. ‘Não tem problema, me dando o lugar pra mim dormir era o suficiente’ né? ‘E comida’. Aí a gente começou a discutir com as mães, aí surgiu os nomes da creches? Era creche Raio de Sol no Martins, creche Divino Espírito Santo do Jaraguá e creche São Francisco de Assis na Tubalina. E com essa discussão a gente ficou mais ou menos uns 3 meses discutindo, amadurecendo a idéia né?”¹¹⁹

Aquele foi um processo muito rico, pois, depois de três meses de discussão, definiu-se pela criação, não somente de uma creche, mas de três, em bairros diferentes (Creche Raio de Sol, no Bairro Martins; Divino Espírito Santo no Bairro Jaraguá e São Francisco de Assis no Bairro Tubalina). Cada uma delas começou atendendo,

¹¹⁸ Claudiana Maria de Moraes. Entrevista concedida a Wilma Ferreira de Jesus e Jorgetânia da Silva Ferreira em 20 de janeiro de 2001.

¹¹⁹ Idem.

aproximadamente, 45 crianças. Para que uma criança fosse admitida, o primeiro critério a ser seguido era o de que a mãe estivesse trabalhando.¹²⁰ Era feita uma lista por ordem de chegada. À medida em que havia algum tipo de desistência, admitia-se outra criança já previamente selecionada dentro dos critérios definidos anteriormente.

Sem dinheiro e sem local fixo para o funcionamento das creches¹²¹, o início do trabalho foi muito difícil, mas, ao mesmo tempo, muito rico em participação tanto da comunidade da Igreja quanto das mães e dos pais das crianças. As pessoas sentiam-se estimuladas a realizarem atividades promocionais para arrecadar renda. Os párocos estimulavam os participantes da comunidade a fazerem doações em dinheiro ou em alimentos para as creches. As empresas da cidade eram constantemente procuradas pelos dirigentes da entidade, pelos párocos e por outros membros da comunidade católica para colaborarem com a causa.

“Era aquele movimento, aí trazia pão, a creche era muito, muito, como que fala? Bem mantida pela comunidade. O pessoal tinha gosto de levar, era aquela sacada de pão. Levava alimentação.”¹²²

Para garantir o funcionamento das creches as próprias mães se ofereciam para ajudar quando saíam do trabalho.

“O trabalho das minhas creches até hoje é muito bom. Porque as mães se envolveu desde o início, elas se envolveu tanto, que elas corria, ia trabalhar, saia mais cedo e acabava de ficar o restante dentro da creche.”¹²³

¹²⁰ Segundo as informações de Claudiana Maria de Moraes, em entrevista anteriormente citada, a grande maioria das mães era empregada doméstica.

¹²¹ Inicialmente, as creches funcionavam em casas alugadas ou “de favor”. A creche Raio de Sol, por exemplo, funcionou por mais de ano no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora de Fátima no Bairro Martins.

¹²² Claudiana Maria de Moraes. Entrevista concedida à Wilma Ferreira de Jesus e Jorgetânia da Silva Ferreira em 20 de janeiro de 2001.

¹²³ Idem.

Durante aproximadamente um ano e meio, o trabalho foi desenvolvido de forma absolutamente voluntária, sem ajuda do poder público e sem salário para as pessoas que cuidavam das crianças. Depois desse período o número de pessoas envolvidas diretamente já não era tão grande, pois o trabalho exigia muita dedicação. As atividades de arrecadação diminuíram, pois cada uma delas despendia muito tempo e trabalho por parte dos organizadores. Essa realidade concreta levou os dirigentes mais envolvidos a pensarem outros caminhos. Além de buscar parcerias com algumas empresas privadas, resolveram também buscar ajuda junto ao poder público local e solicitaram verbas de subvenção social.¹²⁴

Essa iniciativa exigiu a criação de *“um órgão que desse suporte legal”*¹²⁵ ao trabalho que já existia de fato. Isto é, uma entidade que pudesse centralizar e coordenar as ações de todas as creches ao mesmo tempo. Depois de uma intensa discussão dos agentes envolvidos em todas as unidades, foi convocada uma assembléia geral das creches comunitárias *“Raio de Sol, Divino Espírito Santo, São Francisco, Santa Rita e do Bairro Pro-Morar”*¹²⁶. Na oportunidade, foi fundada a Creches Comunitárias e Associadas de Uberlândia – CCAU.

De acordo com o estatuto discutido e aprovado pelos presentes, aquela seria uma entidade que se orientaria *“pelos princípios doutrinários da Igreja Católica, Apostólica*

¹²⁴ Subvenção Social é um benefício concedido às entidades declaradas de utilidade pública, anteriormente garantida pelo Artigo 15º da Constituição Federal de 1967 e ratificado pelo artigo 7º Capítulo I – Das Obras e Serviços Municipais da Constituição Estadual do Estado de Minas Gerais. Em 1983, foi sancionada a Lei nº 8.742 de 07/12/1983 Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que regulamenta todo o serviço de assistência social em nível federal, estadual e municipal, inclusive a destinação de verbas públicas para as entidades que prestam qualquer forma de serviço à sociedade em geral.

¹²⁵ Ata de fundação das Creches Comunitárias e Associadas de Uberlândia, realizada em 13/01/1983.

¹²⁶ Claudiana Maria de Moraes. Entrevista anteriormente citada. As creches Santa Rita e do Bairro Pro-Morar não faziam parte do trabalho inicial. Aderiram posteriormente, depois de alguns meses de funcionamento da CCAU.

Romana”¹²⁷ e teria “assistência moral e espiritual de um sacerdote eleito por assembleia e submetido à aprovação do Bispo da Diocese de Uberlândia.”¹²⁸ Ficou garantido que “o sacerdote assistente”, embora não sendo componente da diretoria, poderia “comparecer a todas as reuniões da diretoria, com direito a voz e voto, como às Assembleias, com os mesmos direitos.”¹²⁹ Ficou também definido, naquela assembleia, que cada creche associada teria sua direção autônoma com um coordenador, um secretário e um tesoureiro escolhidos pelas mães e grupos de apoio. Todas as unidades deveriam promover atividades de arrecadação para garantir o máximo de sua auto-sustentação.

A subvenção social solicitada à prefeitura, inicialmente, era muito pequena, e por isso mesmo, era usada para pagar a prestação de serviços de algumas pessoas que estavam integralmente dedicadas ao trabalho.

*“E aí depois de um ano a gente começou, entrou com pedido de subvenção da Prefeitura. Naquela época era o Zaire Rezende que era o Prefeito. Aí a gente conseguiu. Foi pedido. Não foi nada de mão beijada não. Isso aí foi a coisa conquistada. Sempre eu falo que, a gente nun, num tem assim, falar: foi o prefeito que abriu. Não. Foi, foi o povo que abriu. (...) Conseguiu um salário para dividir com quantas tinha. Aí era eu e a Lúcia. Aí como eu mais a Lúcia achava apertado pra nós duas, mesmo tendo quem ajudasse, era difícil as vezes aquela horinha que a gente ficava sozinha, tomar conta dos meninos e fazer a comida. Aí nós convidamos a Marineide pra trabalhar, que era uma mãe (toda vida a gente deu prioridade pra trabalhar as mães). Aí a Marineide veio trabalhar, a gente pegava esse salário mínimo dividia em três né? Dividia em três o salário mínimo. (...) Aí mesmo assim a agente continuou achando pouco. Aí a gente chamou a Maria Abadia pra trabalhar e dividiu o salário pras quatro, né?”*¹³⁰

¹²⁷ Estatuto das Creches Comunitárias e Associadas de Uberlândia, Capítulo I, Artigo 2º.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Idem, Capítulo I, Artigo 10º. Nos registros da ata da assembleia e no estatuto não consta que o dinheiro da entidade estaria centralizado na mão do comissariado franciscano que naquele momento estava representado pelo Frei Fúlvio Sabia. Entretanto, nas atas subsequentes isso fica bem claro. A ata da sétima reunião ordinária da diretoria realizada aos 26/05/1985, consta que foi sugerido ao Frei Fulvio emitir uma procuração para que a entidade recebesse a subvenção social da prefeitura e que ele se negou a fazê-lo alegando que a mudança denotaria um processo muito burocrático.

¹³⁰ Claudiana Maria de Moraes. Entrevista concedida à Wilma Ferreira de Jesus e Jorgetânia da Silva Ferreira em 20 de janeiro de 2001.

Como já foi dito, na cidade, já existiam várias outras creches de iniciativa comunitária. Independentemente dos elementos iniciais que motivaram a organização, o fato é que elas estavam desenvolvendo um trabalho importante para a comunidade com pouca ou quase nenhuma ajuda do poder público municipal.

Na gestão do prefeito Zaire Rezende (1983-1988), o trabalho da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social foi redimensionado. Até então, aquele era um órgão que desenvolvia o trabalho com um cunho meramente assistencialista, cumprindo apenas o que determinava a Constituição Federal e do Estado de Minas Gerais:

“O exercício da competência de cooperação do Município no âmbito da assistência social poderá abranger mediante articulação com os serviços federal e estaduais congêneres:

- 1 – Proteção à maternidade, à infância e à velhice desamparadas;*
- 3 – Ajuda aos desvalidos e às famílias numerosas desprovidas de recursos;*
- 3 – Proteção e encaminhamento de menores abandonados;*
- 4 – Recolhimento, encaminhamento e recuperação de desajustados e marginais;*
- 5 – Combate à mendicância e ao desemprego;*
- 6 – Agenciamento e colocação de mão-de-obra local.¹³¹*

Sendo assim, se alguém muito pobre morria, a secretaria providenciava um caixão e o enterro. Se algum migrante procurava a secretaria para viajar para sua cidade de origem, eram providenciadas passagens ou o transporte através dos veículos existentes especialmente para este fim. Se alguém não podia comprar remédio para alguma enfermidade, os funcionários da secretaria (em sua grande maioria, mulheres) saiam em busca daquele medicamento.

A partir de então, as atribuições daquela secretaria foram ampliadas e ela foi dividida em alguns departamentos objetivando atender às demandas diferenciadas. Aqui interessa tratar do trabalho desempenhado pela Divisão do Trabalho e Organização Popular no qual foi inserido o Programa de Apoio e Defesa dos Direitos da Mulher.

Dentre os vários objetivos específicos desse programa, um deles se propunha “*apoiar iniciativas no sentido de ampliar os equipamentos sociais comunitários e/ou institucionais (como creches, centros de formação do menor, prés-escolas e outros).*”¹³²

Numa pesquisa de campo desenvolvida pelas assistentes sociais e psicólogas da própria secretaria, foi constatada a existência das inúmeras iniciativas comunitárias (citadas anteriormente) para se formar as creches. Dentre elas, as filiadas à CCAU.

A secretaria então procurou, a princípio informalmente, articular e dar apoio técnico às creches já existentes. Com o decorrer do tempo, estimulou a criação de uma comissão de creches.¹³³ O objetivo inicial era provocar o encontro dos responsáveis, visando a troca de experiências bem como estimular ações unificadas tanto das creches quanto da secretaria.

*“Aí começou a Comissão de creche. O quê que é Comissão de Creche? Era a creche do... do Roosevelt, do... do... Menino Jesus, da, da, do Jardim Brasília. Algumas creches já tava também com o mesmo processo. Começou da Igreja e tal. A gente começou a reunir e reunir com a Secretária de Ação Social que naquela época era a, a Niza Luz.”*¹³⁴

Aquela iniciativa foi muito importante, pois, embora inicialmente tenha sido estimulada e criada pela secretaria, os participantes (tomadeiras de conta, coordenadoras etc) mantiveram uma posição crítica e independente, garantindo importantes conquistas. O que antes pretendia ser somente um espaço de discussão, articulação e troca de

¹³¹ CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - Artigo 15º da Constituição Federal de 1967 e Artigo 7º - Capítulo I – Das Obras e Serviços Municipais.

¹³² Prefeitura Municipal de Uberlândia - Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social – Divisão do Trabalho e Organização Popular – Plano de Ação - Documento interno da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social - Uberlândia/MG – Não consta ano nem autor do documento. Mas pelas informações contidas no texto supõe-se que tenha sido elaborado por volta dos anos 1985-1986.

¹³³ Informações obtidas com Maria Terezinha Carrara Leles, psicóloga, ex-funcionária da Secretaria de Trabalho e Ação Social e coordenadora do Programa de Apoio e Defesa dos Direitos da Mulher.

¹³⁴ Claudiana Maria de Moraes. Entrevista concedida a Wilma Ferreira de Jesus e Jorgetânia da Silva Ferreira, em 20 de janeiro de 2001.

experiência transformou-se em um instrumento coletivo para exigir do poder público melhores condições de trabalho. Aquele processo de discussão e mobilização garantiu um salário para as “*tomadeiras de conta e posteriormente, férias, décimo terceiro e outros direitos trabalhistas.*”¹³⁵ Os membros das creches filiadas à CCAU tiveram um papel determinante para a obtenção daquelas conquistas. O trabalho desenvolvido pela comissão creches junto com os membros da secretaria era discutido e avaliado nas reuniões da diretoria. Isso fazia com que o ponto de referência da reflexão fosse o fortalecimento mútuo do trabalho comunitário.

*“E começamos a fazer pedido, a mandar cartas, fazer os ofícios, fazer os pedidos, fazer reunião. Foi amadurecendo, cobrando, cobrando, cobrando. Ai a gente já conseguiu um salário pra cada uma. E não tinha também direito de férias, e nem décimo terceiro. Era aquele salário bruto. (...) E depois a gente foi brigando mais, lutando mais, mas lutando mesmo, de fazer greve, de ir pra porta da Prefeitura. De fazer a maior coisa lá naquela Câmara Municipal. Conseguimos mais o décimo terceiro e férias.”*¹³⁶

Outras conquistas vieram depois: o apoio técnico das assistentes sociais e das psicólogas que atendiam às crianças e às famílias, a realização de cursos de treinamento diversos nas áreas de saúde, alimentação, desenvolvimento da criança e recreação e o fornecimento de alimentação.

No que diz respeito ao relacionamento interno da CCAU, na ocasião da fundação da entidade, a diretoria eleita foi composta por pessoas que estavam, diretamente envolvidas no trabalho das creches e por outras que acompanhavam o trabalho no âmbito de assessoria técnica (tesouraria, secretaria) da entidade, embora fossem todos voluntária. Os variados tipos de níveis de envolvimento das pessoas no trabalho da entidade, também se refletiu na compreensão diferenciada acerca do relacionamento que era mantido com a prefeitura. Por isso mesmo surgiram alguns

¹³⁵ Tomadeiras de conta eram as pessoas que tinham a atribuição de cuidar das crianças nas creches.

¹³⁶ Claudiana Maria de Moraes. Entrevista concedida a Wilma Ferreira de Jesus e Jorgetânia da Silva Ferreira, em 20 de janeiro de 2001.

momentos de tensão que posteriormente acabou transformando-se em uma crise interna da entidade que desembocou no desligamento de algumas das creches da CCAU.

Um dos momentos em que se percebe diferença de posicionamento foi no episódio em que a secretaria enviou para todas as creches da cidade uma proposta de convênio baseado na lei orçamentária a qual, além do repasse de verbas, estabelecia os termos do apoio técnico e financeiro por parte da prefeitura, bem como regulamentava os critérios de admissão das crianças em cada uma delas. Nesse caso embora a C.C.A.U. fosse a entidade que respondesse juridicamente pelas creches filiadas, a proposta era que a assinatura do convênio fosse para cada uma delas.

A definição final dos termos do convênio seria feita pela comissão de creches, após serem discutidos pelos dirigentes de cada uma das afiliadas. As opiniões dos diretores da CCAU e de alguns coordenadores das creches associadas à entidade divergiram quanto à necessidade de assinar ou não aquele convênio. Alguns diretores já se sentiam incomodados com o apoio técnico que a prefeitura vinha prestando às creches mesmo sem a assinatura dos convênios. Além de considerá-lo deficiente e improdutivo para o que se propunha (acompanhamento psicológico das crianças e das famílias), receavam que aquele serviço pudesse servir como instrumento de manipulação por parte da secretaria, estabelecendo assim uma relação de dependência da entidade com os órgãos públicos.

“Nesse momento voltou-se a questionar o papel dos grupos de apoio nas creches, que tanto podem estar servindo à comunidade, quanto ao poder público, que auxilia a montagem de creches comunitárias, ao invés de formar creches públicas, para transmitir ao povo, a ilusão de participação.”³⁷

As divergências de opiniões afloraram. Enquanto um grupo defendia a assinatura do convênio mesmo com ressalvas, outro resistia por medo da ingerência e da

manipulação da prefeitura na condução dos trabalhos da entidade. Essa diferença de concepção estabeleceu uma crise que, naquele momento, culminou com o rompimento da Creche São Francisco de Assis. Alguns diretores da CCAU explicitaram para o assessor espiritual (Frei Fulvio Sabia) suas preocupações relativas à postura dos dirigentes da Creche São Francisco de Assis quanto à forma de se relacionarem com os técnicos da prefeitura. Além disso percebiam um certo distanciamento dos mesmos em relação às atividades coletivas da entidade. Algumas iniciativas, principalmente a de arrecadação de renda, estavam sendo feitas sem passar por uma prévia discussão coletiva.

No final das contas, o convênio acabou sendo assinado. As ressalvas discutidas pelo grupo foram levadas para a comissão de creches para serem avaliadas coletivamente. Pela leitura das atas e de outros documentos disponíveis não é possível saber se foram acatadas. Mas é possível perceber que a renovação dos convênios exigia um relatório anual de todas as atividades desenvolvidas nas creches, e uma prestação de contas mensal dos gastos com a verba de subvenção.

Aquele episódio, somado a vários outros desentendimentos dos coordenadores com a diretoria da CCAU, provocou o desligamento da Creche São Francisco de Assis e posteriormente de outras.

“Mas com o tempo foi desligando porque a Graça era presidenta, houve esse desentendimento entre ela e as coordenadoras da São Francisco.” (...) Aí desligou a Santa Rita que também só participou da abertura mas não ficou né? E a Santo Antônio também houve um desentendimento com a Maria das Graças Barbosa. Houve um desentendimento dela também com a coordenação lá e desligou também. (...) Ficou só a Raio de Sol que é do Martins e a do Jaraguá, entendeu? Enfraqueceu um pouco ne, a nossa Entidade. Mas com o tempo foi criada aí a Irmã Palmira também tá?”¹³⁸

¹³⁷ Ata da 11ª reunião das Creches Comunitárias e Associadas de Uberlândia – 30 de junho de 1982.

¹³⁸ Idem.

Com o decorrer do tempo, devido às dificuldades financeiras e por não ter uma sede própria a Creche Raio de Sol foi desativada. Mantiveram-se afiliadas à Associação a Creche Divino Espírito Santo no Bairro Jaraguá e Irmã Palmira no Bairro Planalto. No período da entrevista (20/01/2001) os dirigentes da CCAU estavam trabalhando para construir uma outra creche no Bairro Canaã, cuja população era extremamente carente. Embora durante sua entrevista Claudiana responsabilize a ação da presidenta Maria das Graças, as atas das reuniões da diretoria e das assembléias demonstram a existência de divergências internas na forma de condução dos trabalhos por parte da diretoria da entidade e dos coordenadores das creches. Por isso mesmo supõe-se ser este um dos motivos que fizeram com que durante o governo do prefeito Paulo Ferolla (1992-1996) a Creche Santo Antônio, ao contrário das outras creches afiliadas, acabou aceitando ser municipalizada pela prefeitura.

Conforme já foi dito, a CCAU foi fundada em um momento de grande mobilização nacional. Com o passar do tempo, entretanto, o período de empolgação passou e os trabalhos continuaram a ser conduzidos por um grupo reduzido de pessoas. Algumas creches se desfiliam e outras se filiaram à entidade. O trabalho foi redimensionado, e, além da renovação dos convênios anuais com a prefeitura, a entidade buscou novas parcerias. Além da guarda das crianças, a entidade garantiu atendimentos pediátricos e odontológicos periódicos através do ambulatório da Universidade Federal de Uberlândia, instalado no Bairro Jaraguá, ampliou o número de atendimento com a melhoria do espaço físico e contratação de um maior número de pessoas.

Em convênio com a Universidade Federal de Uberlândia e com o Centro Universitário do Triângulo, são desenvolvidos cursos para orientar o desenvolvimento geral e nutricional das crianças, prevenção de doenças, desenvolvimento físico, social e

emocional cognitivo. Tais atividades foram implementadas, principalmente, a partir ano de 1993, quando Claudiana Maria de Moraes assumiu a presidência da entidade.

Durante o governo do prefeito Paulo Ferolla (1992-1996) os dirigentes da entidade também receberam a proposta de municipalização. A CCAU recusou-se a aceita-la, continuou o trabalho recebendo as verbas de subvenção da prefeitura, e depois de alguns deputados estaduais mineiros. A entidade manteve sua independência e tornou-se referência de trabalho comunitário na cidade de Uberlândia, não somente em termos de atendimento às crianças, mas, principalmente, pela dinâmica pedagógica implementada no interior das creches afiliadas, e pela forma democrática no relacionamento interno da diretoria e com os pais das crianças.

Conselho de Entidades Comunitárias

O CEC – Conselho de Entidades Comunitárias - é uma entidade composta por representantes das mais variadas entidades comunitárias de Uberlândia.

A proposta original da entidade nasceu de uma iniciativa da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social, em 1983, no início da gestão do prefeito Zaire Rezende, que pretendia constituir um Conselho Municipal do Transporte Coletivo. Pressionada pela TRANSCOL (empresa concessionária de transportes coletivos de Uberlândia) para aumentar o preço da tarifa, a prefeitura convocou representantes das mais variadas entidades sociais para discutir e opinar sobre o reajuste que estava sendo solicitado.

“O segundo encontro para a constituição do Conselho Municipal de Transportes Concedidos proposto pelo prefeito Zaire Rezende durante a campanha política será com a participação de dezenas de entidades. A reunião ocorrerá nas dependências do SENAC, situado à Rua Belo Horizonte, 525.

*A informação é do secretário Municipal de Serviços Urbanos, Paulo Roberto Franco de Andrade, ao enfatizar que os passos para governar com o povo, organizado em suas entidades representativas, estão sendo dados continuamente.*¹³⁹

A conjuntura nacional e municipal era propícia para aquela convocação. A população estava se organizando nos bairros e fundando as associações de moradores.

Havia uma grande motivação para participar, pois, além do clima de mobilização nacional que envolvia toda a população brasileira, em Uberlândia, o prefeito Zaire Rezende fora eleito com a proposta de ser um governo democrático. Em seu programa de governo constava a criação de conselhos setoriais; e aquela era a primeira iniciativa no sentido de implementá-los. O chamamento foi atendido. Na primeira reunião, compareceram representantes dos mais variados seguimentos da sociedade.

*“O primeiro encontro para a constituição do Conselho Municipal de Transportes Concedidos ocorreu no último dia 5 com a participação de aproximadamente trinta pessoas. Reuniram seus representantes as seguintes entidades: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Hidroelétrica de Uberlândia, Associação dos Amigos do Bairro Jardim Brasília, Associação dos Moradores do Bairro Industrial, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica de Material Elétrico de Uberlândia, Associação dos Funcionários Públicos de Uberlândia, União dos Trabalhadores no Ensino, Associação dos Moradores do Bairro Cruzeiro dos Sul, Associação dos Moradores do Conjunto Alvorada, Diretório Central dos Estudantes da UFU, Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Uberlândia, Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Ferroviária Zona Mogiana, Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Santa Luzia. Estiveram presentes ainda moradores dos Bairros Martins, Dona Zulmira, funcionários da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, além do vice-presidente da Câmara Municipal, vereador Geraldo Gomes Rezende e do vereador Silas Alves Guimarães.”*¹⁴⁰

¹³⁹ Jornal Correio de Uberlândia, 13 de abril de 1983.

¹⁴⁰ Idem.

“A iniciativa partiu do Secretário de Serviços Urbanos,¹⁴¹ estimulado pelos integrantes da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, e foi elogiada pelos representantes das entidades por considerarem aquele um importante instrumento de participação popular.

“Levantar os problemas de cada bairro e trazer dali as sugestões dos moradores é a principal proposta das lideranças de associações de comunitárias, lembra o representante do Conjunto Alvorada, Willian Faria Arantes. Segundo ele, oportunidade como esta ainda não havia sido conquistada pela população. (...)

Sua opinião é reforçada por Sebastião dos Reis Santos, da Associação dos Servidores Públicos Municipais. ‘Os maiores problemas hoje são o preço das passagens, a falta de ônibus noturnos e os horários desajustados’ afirma. ‘Com a comunidade fazendo-se presente, a situação tem de modificar, porque a contribuição popular será para que o sistema de transporte coletivo passe a se desenvolver de acordo com os crescimento da cidade e as necessidades de todos nós.’”¹⁴²

Embora a prefeitura tenha feito inúmeros convites às entidades patronais, a participação no conselho era marcadamente popular. Em sua maioria o Conselho era composto pelas associações de moradores, sindicatos, pastorais da igreja católica, entidades estudantis e, obviamente, por representantes da Prefeitura e da Câmara Municipal.

No início, as reuniões eram coordenadas por membros da prefeitura e, não raramente contavam com a presença do prefeito e de secretários. Para discutir a questão da tarifa do transporte, as planilhas de custo eram apresentadas pelos técnicos para que os conselheiros pudessem opinar. Nessas reuniões, muitas vezes estiveram presentes diretores e técnicos da concessionária de transportes para demonstrar as dificuldades da empresa e justificar o pedido de aumento. Os conselheiros argumentavam, negociavam, pediam adiamento do aumento da tarifa.

¹⁴¹ ALVARENGA, Nísia Maria. *As Associações de Moradores em Uberlândia – um estudo das práticas sociais e das alterações nas forma de sociabilidade*. Op. .Cit. pág. 94. O Secretário Municipal de Serviços Urbanos naquele período era o Sr. Paulo Roberto Franco de Andrade.

¹⁴² Jornal Correio de Uberlândia, 13 de abril de 1983

“O aumento da tarifa dos ônibus coletivos em Uberlândia somente ocorrerá no final de outubro, de acordo com a proposta acatada pelo prefeito. Ele decidiu atender o pedido formulado por representantes de Associações de Bairros, líderes estudantis e sindicalistas que por sua vez, apelaram ao diretor da TRANSCOL Fernando Gomes da Cunha, que divida com a população os sacrifícios impostos pela crise econômica brasileira.(...)”

Os representantes da Associações de Bairros lembraram que a população passa por inúmeras dificuldades. (...) Deixar de lucrar durante pouco mais de um mês, segundo eles não representará um grande sacrifício para a empresa se comparado ao sacrifício imposto aos trabalhadores e à população em geral, cujos salários vem sendo achatados.”¹⁴³

De posse de todos os dados, os conselheiros levavam as propostas para serem discutidas com suas bases e retornavam com o resultado geral.

“Membros de associações de bairros, clubes de mães, sindicatos de trabalhadores e entidades estudantis estão discutindo em suas comunidades o reajuste da tarifa de transporte coletivo que entrará em vigor a partir de primeiro de novembro. (...)”

Os líderes comunitários que solicitaram ao prefeito o adiamento do reajuste, estão definindo com suas bases o valor e o prazo que vigorará a nova tarifa. Para isso estão de posse de dados referentes a custos e preços de insumos, entre outros. As propostas deverão ser conhecidas amanhã quando as lideranças populares reúnem-se novamente com o prefeito.”¹⁴⁴

Nas discussões das assembléias realizadas pelas entidades, bem como com os representantes da prefeitura, a população avaliava não somente os preços, mas opinava também sobre os itinerários e os horários dos ônibus.

“Durante a reunião, líderes comunitários apresentam sugestões de trajetos e de novas linhas de ônibus, obtendo posteriormente do prefeito municipal a confirmação de que as novas linhas serão estabelecidas de acordo com a demanda, desde que as atuais não atendam as exigências da população.”¹⁴⁵

No decorrer do tempo, *“outras questões foram surgindo e o que começou como conselho setorial se transformou no (...) CMEC que trata todas as questões que são de*

¹⁴³ Jornal A Notícia, 17 de setembro de 1983.

¹⁴⁴ Jornal A Notícia, 20 de outubro de 1983, pág. 6.

¹⁴⁵ Idem.

interesse popular.”¹⁴⁶ Além das questões referentes ao transporte coletivo, aquele conselho começou a discutir outros problemas que afetavam diretamente a população, principalmente, nos bairros mais periféricos.

*“A partir daí a comissão de transportes começou a ver que tinha vários outros problemas na cidade, e essa comissão começou a reunir e abriu um leque de discussões, tornou-se praticamente um, um reduto né, de, encontros das Associações de Moradores, discutindo diversos problemas né. E com o apoio da Prefeitura, através da Secretaria de Ação Social. Daí surgiu a idéia de transformar isso em algo maior que seria um ... uma coordenação que recebeu o nome de conselho depois.”*¹⁴⁷

Durante quase três anos, aquele foi um espaço informal de articulação das entidades. Mesmo sendo reconhecido e elogiado pela imprensa e pelo poder público municipal como um importante espaço de organização e participação popular, o CEC não tinha estatuto, nem era registrado juridicamente. Segundo Ivan Miguel da Costa, que foi o primeiro presidente da entidade, isso foi proposital por parte dos coordenadores. Inicialmente, não se pensava em criar um órgão legal. O que se pretendia era a articulação dos movimentos sociais em torno de causas coletivas.

A mudança de caráter daquela entidade foi muito importante, pois ampliou seu campo de atuação e passou a dar suporte para lutas específicas das entidades filiadas. Uma delas foi o apoio à luta dos moradores do Bairro Bom Jesus pela retirada de três terminais de combustíveis (Esso, Texaco e Shel) que representavam um enorme perigo para a população circundante. Em conjunto com os moradores daquele bairro, foi desencadeada uma grande mobilização. Em apoio aos moradores do Bairro Bom Jesus, as entidades ligadas ao conselho participaram de atos públicos, passeatas, carreatas e ajudaram a recolher, em toda a cidade, quase dez mil assinaturas, em um abaixo-assinado que pedia a retirada dos terminais de combustíveis e posteriormente dos trilhos

¹⁴⁶ ALVARENGA, Nísia Maria. *As Associações de Moradores em Uberlândia – um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade*. Op..Cit. pág. 94

da ferrovia, que fazia o transporte de combustíveis e de trigo, para um moinho do Grupo CARFEPE.¹⁴⁸

O movimento foi bem sucedido, pois, a partir daquela mobilização o órgão governamental CNP (Conselho Nacional do Petróleo) responsável pela regulamentação e distribuição dos combustíveis determinou o prazo de um ano para a saída dos terminais daquele local, tendo em vista que eram circundados por grande quantidade de moradias e ofereciam risco de explosão. Posteriormente continuou apoiando a luta pela retirada dos trilhos de ferro, também vitoriosa no ano de 1986.

O Conselho Municipal de Entidades Comunitárias também apoiou o Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte, recolhendo assinaturas para as emendas populares ligadas à saúde, educação, meio ambiente, pessoas portadoras de deficiência e outras que seriam apresentadas como um projeto popular para a Constituição Federal que estava sendo elaborada pelos congressistas. Da mesma forma entre outras ações, participou efetivamente do processo de elaboração da lei orgânica do município, recolhendo assinaturas para os projetos de iniciativa popular.

Desde o início, quando se pretendia que aquele órgão fosse apenas um conselho setorial, algumas lideranças questionavam a presença dos membros da prefeitura nas reuniões. Eles argumentavam que a presença de pessoas da administração inibia a participação das entidades no sentido de questionar e/ou criticar o poder público, quando considerassem isto necessário. Esse mesmo questionamento era feito por outros setores da sociedade e, devido a esta postura, o conselho era constantemente alvo de críticas. Algumas entidades populares que assumiam uma posição mais crítica ao governo municipal, bem como alguns vereadores, principalmente de oposição,

¹⁴⁷ Ivan Miguel Costa. Primeiro presidente do Conselho de Entidades Comunitárias, em entrevista concedida a Wilma Ferreira de Jesus dia 12 de janeiro de 2001.

consideravam aquele órgão como uma extensão da prefeitura; ou seja, servia somente para referendar as medidas muitas vezes impopulares do governo Zaire Rezende.

Essa posição acabou sendo fortalecida no início de 1984, quando foi levado para a apreciação das entidades o aumento da tarifa de água. Durante a reunião foram feitos muitos questionamentos, pois os dados técnicos não deixavam transparente a necessidade do aumento. Mesmo assim, o aumento foi efetivado e depois divulgado na imprensa local com sendo uma decisão aprovada pelo conselho.

“O Conselho Municipal de entidades Comunitárias reuniu-se anteontem com o prefeito Zaire Rezende e o diretor do Departamento Municipal de Água e Esgoto, Luiz Ricardo Goulart, para tratar do novo aumento da tarifa de água em Uberlândia. (...) Do encontro resultou a proposta de que o aumento da tarifa de água, a partir de fevereiro, situa-se na casa dos 70 por cento e não seja superior ao aumento do salário mínimo nos últimos doze meses. Ficou decidido ainda nova reunião no dia 31 de janeiro, para melhor estruturação.”¹⁴⁹

Esse episódio desencadeou uma reação da população e conseqüentemente, das lideranças das entidades que participavam do Conselho. Foi então que foram definidos critérios de participação dos representantes das entidades, bem como da prefeitura e da câmara de vereadores nas reuniões da entidade. A partir disso ficou deliberado que teriam poder de voto somente um representante de cada instância. As reuniões, antes coordenadas pelo prefeito e/ou membros da prefeitura, passaram a ser coordenadas pelos membros das entidades. Em vista, disso foi criada uma coordenação provisória com coordenador geral, secretário e tesoureiro. A partir daquele momento a entidade assumiu uma posição de maior independência do poder executivo embora muitas vezes fosse convocado pela prefeitura (e atendesse ao chamado) para se posicionar diante de algum impasse.

¹⁴⁸ A ferrovia era da companhia FEPASA cuja matriz situava-se em Ribeirão Preto/SP.

¹⁴⁹ Jornal Primeira Hora, 19 de janeiro de 1984.

“O Conselho de Entidades Comunitárias de Uberlândia que congrega perto de 50 associações de moradores decidiu apoiar irrestritamente o projeto de reconstrução da Avenida Rondon Pacheco, que está sendo proposto à Câmara Municipal pelo prefeito Zaire Rezende. (...) Já discutíamos a questão da obra há muito tempo (...) mas decidimos apoiar incondicionalmente o projeto do Executivo porque é preciso denunciar o comportamento da Câmara, que deverá exigir transparência nos gastos públicos e não ficar evitando um empréstimo que beneficie seguramente toda a população que reside nas imediações da avenida sujeita a novas inundações.”¹⁵⁰

Após aproximadamente dois anos de funcionamento os participantes definiram por fundar uma entidade jurídica. Para tanto, resolveram discutir uma proposta de estatuto, que durou vários meses. A demora se deu porque as discussões evidenciavam as várias diferenças de concepção e de posturas diante do poder público, bem como no que dizia respeito ao caráter da entidade.

“Então havia uma, uma diferença quando começou a discussão de Estatuto, quer dizer, qual é o caráter dessa associação? Aí foi uma discussão que foi muito forte, que nós tivemos que levar ao longo do tempo.”¹⁵¹

Em 1986, finalmente, o estatuto foi aprovado. A entidade foi registrada com o nome de Conselho de Entidades Comunitárias (CEC) e teve eleita a primeira diretoria, cujo mandato seria de 2 anos. Para participar do órgão com poder de voz e voto, as entidades deveriam ser legalizadas juridicamente, e os representantes deveriam ser indicados em assembleias. As deliberações das ações do Conselho eram feitas através de votação em dois turnos, e as decisões eram encaminhadas pela coordenação.

De acordo com Ivan Miguel, havia uma preocupação muito grande por parte de alguns dirigentes, os quais estavam mais à frente dos trabalhos em desenvolver atividades que não fossem apenas reivindicativas.

“A gente formava um grupo mais politizado nessa história toda é... havia um grupo bem mais politizado e com uma visão de construir um movimento é...”

¹⁵⁰ Jornal Primeira Hora, 09 de outubro de 1987.

¹⁵¹ Ivan Miguel Costa. Entrevista concedida a Wilma Ferreira de Jesus em 12 de janeiro de 2001.

*social forte, que ultrapassasse aí as gestões públicas. Agora, nas Associações de moradores, o atraso era muito grande em relação a isso.*¹⁵²

Por isso mesmo, em vários momentos, foram realizadas atividades de formação para os integrantes das entidades.

*“A gente sempre procurava falhas de politização, de análise de conjuntura. Discussões políticas tentando é... fazer (...) lideranças nos bairros, porque é interesse de todo mundo ou era ampliar o leque político. (...) Teve uma época que até a cada final de semana, a gente fazia nos bairros, nas Associações de Moradores. (...) Então o trabalho era esse. É o tipo de trabalho que era reivindicativo por um lado né, pra tornar a reivindicação forte e educativo por outro, porque tinha lideranças mais politizadas e isso surtiu efeito para algumas lideranças de bairro que estão aí até hoje atuando. Elas nasceram dentro do Conselho.”*¹⁵³

Uma das atribuições assumidas pelo CEC, depois do registro, foi a coordenação das eleições das diretorias das associações de moradores. Isto colocou a entidade em uma posição privilegiada no sentido de coordenar e mediar os conflitos durante os processos eleitorais das direções das entidades. Entre os anos de 1987 e 1988 (final do governo Zaire Rezende), as disputas eleitorais se acirraram. Na opinião de Ivan Miguel, aquele foi o momento de decadência da entidade, visto que o se visava não a organização das entidades e sim os interesses políticos partidários.

*“É... porque os partidos começaram a ver o conselho como uma força política e que cada um queria puxar prum lado. (...) Então houve uma fragmentação muito grande. Então durante os últimos tempos que eu tive no Conselho de entidades por exemplo, as eleições das Associações de Moradores tava virando uma verdadeira guerra. Porque tinha por exemplo, um grupo ligado ao PT (...) e começou a concorrer. (...) Dentro da prefeitura a Niza Luz¹⁵⁴ começou a encaminhar uma outra visão de tentar pelegar e utilizar (...) o conselho. Então nós ainda tínhamos divergências com pessoal da prefeitura. Então tinha um Conselho, a Prefeitura e ... e o PT. E logo em seguida né, já começou o pessoal mais à direita ligado ao Virgílio Galassi a tentar ver a importância que tinha isso e já começaram a colocar pessoas dentro disputando as associações de moradores também.”*¹⁵⁵

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Niza Luz era a Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social, e, nas eleições de 1988 se candidatou a prefeita pelo PSDB.

¹⁵⁵ Ivan Miguel Costa. Entrevista concedida a Wilma Ferreira de Jesus em 12 de janeiro de 2001.

Originariamente o CEC trazia em seu estatuto os seguintes objetivos e atribuições:

- a) *garantir e coordenar a participação democrática da população na administração municipal;*
- b) *defender os interesses comunitários perante os órgãos públicos e privados;*
- c) *servir de porta-voz das reivindicações populares nas áreas municipal, estadual e federal;*¹⁵⁶

Apesar desses atributos, após algum tempo de funcionamento, a entidade passou a ser vista como um importante instrumento de disputa político-partidária, inclusive pelos setores conservadores da cidade. No final da década de 1980, estavam filiadas ao Conselho em torno de 50 entidades; sendo elas em sua grande maioria, associações de moradores. Por isso mesmo, o CEC poderia ser um elemento irradiador de qualquer projeto social ou político. Além disso, o fato de a entidade assumir o papel de coordenadora dos processos eleitorais nas associações de moradores dava a ela um caráter de neutralidade. Isto é, na condução do processo eleitoral, a entidade não expressava apoio a nenhuma das chapas concorrentes. Essa postura permitia aos seus dirigentes o papel de intermediadores e conselheiros, mas, ao mesmo tempo, acabava por estabelecer uma relação de poder entre o CEC e as associações de moradores.

Esse momento também foi permeado por mudanças internas. As pessoas que, embora aliadas ao governo municipal, assumiam um posicionamento mais crítico e se preocupavam em fortalecer as lutas populares foram se afastando. Aquele foi também um período em que a conjuntura nacional e municipal já estava sinalizando um certo refluxo da organização popular. Os militantes mais aguerridos já não se envolviam mais com a mesma intensidade. As pessoas que assumiam as direções das entidades já não eram tão comprometidas com as mudanças. Boa parte delas buscavam os movimentos

¹⁵⁶ Primeiro Estatuto do Conselho de Entidades Comunitárias de Uberlândia – CEC – Capítulo I, Seção II – Objetivos e Atribuições.

sociais muitas vezes visando alcançar objetivos que não contribuíam para o fortalecimento da luta. Isso se refletiu também no CEC.

“Mudou tudo. Hoje o Conselho não significa mais nada né? Em relação ao que nós conseguimos criar, o movimento independente, movimento de político, de politização, de formação de liderança. Nós conseguimos um, trabalho até muito forte pra época, muito forte. Eu lembro que vinha gente de várias cidades aqui, para ver como que nós tínhamos conseguido fazer isso né? Cansei de receber pessoa de Federação de Belo Horizonte. Pessoal de Federação do Rio de Janeiro. Várias outras cidades querendo saber ‘como que vocês conseguiram essa força toda aqui no Conselho?’ E várias lideranças surgiram na época.”¹⁵⁷

Durante a gestão do governo Zaire Rezende, o CEC funcionava em um imóvel da prefeitura. Além disso, a entidade contava com apoio material da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação social. A partir de 1989, quando o Virgílio Galassi assumiu novamente a prefeitura, o quadro mudou. A entidade teve que sair do imóvel e ocupar uma pequena sala na Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social. Depois, acabou ficando sem uma sede fixa, pois foi obrigada a sair também da secretaria, perdendo o apoio material.

“Depois da derrota do Zaire Rezende né, que a primeira coisa nós perdemos até o local de funcionamento. A gente funcionava num colégio que aí a sala foi prometida pra não sei o quê, do governo do Estado. Logo depois nós fomos pra Secretaria de Ação Social, pediram a sala. O Conselho chegou até a fica sem lugar para funcionar. Nós tivemos muitas dificuldades aí. Financeiramente nós sempre tivemos dificuldades. (...) Muitas vezes as lideranças punham dinheiro (...) pra manter o funcionamento. (...) Mas a gente tinha um certo apoio financeiro da Secretaria de Ação Social. (...) Logo depois o Virgílio parou de receber o Conselho.(...) E começou a fechar as portas.”¹⁵⁸

Além disso, a entidade estava sofrendo as influências da conjuntura nacional e internacional. A maioria dos dirigentes do CEC, até então, era ligada de alguma forma ao Partido Comunista Brasileiro e ao Partido Comunista do Brasil. A queda do socialismo no Leste Europeu, em 1989, provocou uma crise de identidade na militância e, conseqüentemente naquelas pessoas que buscavam os movimentos com vista a mudanças nas estruturas da sociedade. A descrença, o desânimo para continuar

¹⁵⁷ Idem.

organizando os movimentos sociais foram, naquele momento, elementos definidores dos novos rumos daquela entidade.

“Essa ideologia perdeu o, o, perdeu o fundamento repentinamente e isso dificultou demais também. Então várias lideranças afastaram. O movimento sindical deu uma queda muito grande. Os sindicatos desapareceram completamente do Conselho.”¹⁵⁹

A partir daí, a entidade continuou existindo de forma precária. Sem sede própria e sem a ajuda que antes era dada pela Secretaria de Trabalho e Ação Social, os novos dirigentes tiveram muitas dificuldades para desenvolver o trabalho.

“ As associações ficaram muito mais fácil né? Nisso então a Prefeitura aproveitou com competência esse espaço, começou a aliciar mesmo as lideranças. Arrumou emprego pra vários na Prefeitura e começou a fazer o trabalho de aliciamento. Então isso mudou totalmente o perfil porque o pessoal mais politizado e que tinha uma visão de transformação ele perderam totalmente o espaço.”¹⁶⁰

Embora o CEC tivesse, desde o seu início, o objetivo de ser o elemento aglutinador de todas as entidades sociais, seu maior campo de atuação era junto às associações de moradores. A partir do início da década de 1990, esse trabalho acabou se consolidando definitivamente. Além de acompanhar e coordenar as eleições das diretorias daquelas entidades, o CEC passou a dar as orientações burocráticas acerca do registro de estatuto, elaborações de atas, ofícios etc. Esse trabalho era desempenhado de forma precária tendo em vista que a entidade estava sem sede própria e as disputas internas eram acirradas, devido à ligação dos membros da entidade com partidos e políticos diferentes. Conforme a fala de Ivan Miguel, o refluxo de uma militância mais combativa com perspectivas de fortalecimento do movimento e da luta popular deu lugar à dirigentes vinculados a partidos e a políticos conservadores.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ Idem.

Sendo o CEC composto por representantes advindos das entidades populares, as que estavam a ele vinculadas, especialmente as associações de moradores, também tinham a mesma linha de atuação. Essa assertiva pode ser confirmada nos jornais informativos. Analisando as dificuldades de conduzir os trabalhos devido à falta de recursos financeiros e apoio dos órgãos públicos, o informativo da Associação de Moradores do Bairro Residencial Gramado traz o seguinte comentário:

“Mas se nem tudo são flores, não podemos deixar passar em branco a presteza com que algumas secretarias atendem a nossa associação, como por exemplo: SECRETARIA DE OBRAS – na pessoa do Sr. Secretário Dr. Paulo Euclides Ochiucci (...) SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS – através do Sr. Secretário Edenoser Damasceno, que promoveu e continua promovendo a limpeza pública com a capinagem das beiradas das calçadas de doação das placas educativas. (...) SECRETARIA DE ESPORTES – na pessoa do Sr. Secretário Tenente Lúcio, que todos sabem, a nível de Uberlândia, o excelente trabalho que desenvolve nessa área, sempre preocupado em tirar as crianças da rua através do esporte. Para nós do Gramado, foi graças ao Tenente Lúcio que conseguimos voltar a funcionar a quadra de esportes, com a doação de redes, bolas de vôlei e camisas de treino.”¹⁶¹

Um jornal informativo elaborado pela Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal em conjunto com a Associação de Moradores do Bairro Custódio Pereira registrou a fala de um morador daquele bairro que se manifestava sobre o trabalho do presidente da entidade, bem como do seu relacionamento com a prefeitura.

“O Bairro Custódio Pereira como um todo, ‘tem melhorado bastante’, na opinião do comerciante Delson Rodrigues Santos. ‘O Juarez (atual presidente da Associação de Moradores) tem trabalhado muito na Associação e o Virgílio tem colaborado, a equipe do secretariado do Virgílio também tem colaborado bastante e isto vem trazendo bastante melhoramentos para ao Custódio Pereira.’ Delson Rodrigues Santos é um homem jovem e prático. Por isto faz questão de apontar alguns dos melhoramentos recebidos pelo bairro, depois que Virgílio Galassi é prefeito novamente Juarez preside a Associação de Moradores. (...) Por estas realizações e outras que o Custódio vem recebendo no governo Virgílio Galassi e na gestão de Juarez na Associação, Delson considera que o bom entendimento dos dois ‘tem sido positivo, bem positivo.’”¹⁶²

¹⁶¹ Jornal do Gramado – Veículo informativo da Associação de Moradores do Residencial Gramado, ano 1, dezembro de 1995, nº 4.

¹⁶² Informativo O MUNICÍPIO – Bairros – Uberlândia (MG), dezembro de 1990 – Ano VIII – Especial.

Os dois exemplos apresentados apontam a linha majoritária do CEC a partir do início da década de 1990. Como consequência, as disputas internas acabavam sendo acirradas, não pela concepção política que estava sendo adotada pelos dirigentes, mas por causa da influência dos políticos a que estavam ligados.

Em 1991, assumiu a direção do CEC o senhor Marvel Zanforlim, morador do Bairro São Jorge. Uma das suas principais iniciativas foi providenciar uma sede para a entidade, que, naquele momento, funcionava no escritório de advocacia do Sr. Antônio Roni.¹⁶³ Procuraram a prefeitura e fizeram a solicitação. Entretanto, devido à demora para que o pedido fosse viabilizado, ele e os outros membros da diretoria ocuparam um imóvel da prefeitura que acabou se tornando a sede fixa da entidade; apesar de, naquele momento, a administração municipal manifestar-se contrária a isso. Para aquele dirigente ocupar aquele imóvel público não era problema, visto que ele entendia ser obrigação do poder público providenciar uma sede para a entidade.

“E, decidimos que a gente tinha primeiro que instalar uma sede para o CEC. (...) Este era o primeiro passo para conseguir fazer um trabalho de centralização das discussões e do debate do movimento popular. E começamos correr em cima disso. E chegamos à conclusão que o município tinha por obrigação de nos fornecer um espaço desse. E durante todo nosso primeiro mandato lutamos em cima disso e o Sr. Virgílio Galassi não nos atendeu. Aí no segundo mandato... Aí entrou a administração Ferolla (...) eu sentei com o chefe de gabinete dele e disse: escuta, vocês vão fazer igual ele? Vocês aqui agora estão (...) estão representando o meu partido. E eu gostaria que vocês me concedessem um espaço definitivo para a instalação da sede do movimento popular.”¹⁶⁴

¹⁶³ Antônio Roni foi dirigente do CEC junto com Ivan Miguel da Costa, que assumiu posteriormente a presidência da entidade. Marvel Zanforlim assumiu a presidência em 1992, depois de uma conturbada disputa interna.

¹⁶⁴ Entrevista concedida por Marvel Zanforlim fevereiro de 2002. O partido ao qual ele era filiado naquele momento era o PFL (Partido da Frente Liberal). O mesmo do então prefeito Paulo Ferolla da Silva.

Além da casa eles conseguiram, posteriormente, da prefeitura, alguns móveis como mesas, cadeiras, computador, enfim, todos os equipamentos necessários para o funcionamento da sede.

Devidamente instalados, o trabalho junto às entidades populares foi intensificado. Na opinião de Marvel, naquela época, o movimento avançou e conseguiu garantir conquistas para os bairros. Para ele, isso é o que importava. Curiosamente, naquele período, a grande maioria das associações de moradores também tinha a mesma linha de atuação. Vide exemplos citados anteriormente.

Sendo assim, aquele foi um momento em que o CEC definiu uma outra linha de atuação na cidade. Muito embora Marvel tenha sido questionado sobre sua lisura na condução dos trabalhos por membros de algumas associações de moradores¹⁶⁵, as pessoas que o substituíram não o fizeram com concepções diferentes.

Posteriormente, além do trabalho de assessoria técnica para as entidades populares, o CEC fundou no seu interior um balcão de empregos (BALCEC) e passou a desenvolver atividades de arrecadação de alimentos para distribuição a famílias pobres nos bairros de baixa renda. Seus dirigentes eram funcionários da prefeitura, liberados para desenvolver o trabalho da entidade, com apoio explícito às ações do executivo municipal.

¹⁶⁵ Um informativo do Bairro Residencial Gramado datado de dezembro de 1995, pág. 4, trouxe um texto no qual o então presidente daquela associação de moradores, questiona a solicitação de verba de subvenção, e acusando a entidade de não cumprir com sua verdadeira função e servindo de “trampolim político, bem longe da finalidade para qual foi criado”.

CAPÍTULO III

Poder político e movimentos sociais – aproximações e distanciamentos

“Longe de ser ‘cega’, a multidão era em geral disciplinada, tinha objetivos claros, sabia negociar com as autoridades e, acima de tudo, empregava sua força com rapidez. As autoridades sentiam-se muitas vezes confrontadas, literalmente, com uma multidão anônima.”

E. P. Tompson

As décadas de 1980 e 1990 correspondem a um período em que proliferaram os estudos sobre a organização da sociedade brasileira em movimentos sociais urbanos e rurais, principalmente no campo das Ciências Humanas. Também é grande número de trabalhos acadêmicos ligados ao papel do Estado – representado pelos poderes executivo e legislativo, mais notadamente (caso que nos interessa evidenciar neste trabalho) - no que diz respeito ao processo de urbanização das cidades e, fundamentalmente, a forma como essas instâncias de poder se relacionam com a sociedade civil organizada, através dos movimentos sociais.

Os dois temas geralmente são tratados de forma antagônica, na medida que as abordagens evidenciam os interesses defendidos por um lado e por outro. Também aparece o confronto quando se discute a tarefa desempenhada na sociedade por cada um desses pólos, visto que um dos principais elementos suscitadores dos movimentos sociais é resultante justamente da omissão do Estado em cumprir tarefas as quais, pela sua própria característica e constituição, deveriam ser de sua incumbência. Aliás isso ficou evidenciado no capítulo anterior - uma vez que, nas três entidades investigadas, embora cada uma com suas peculiaridades, foi possível perceber que a necessidade de organização dos seus integrantes partiu fundamentalmente dos problemas coletivos experimentados cotidianamente. No Conjunto Alvorada, faltavam escolas, posto de saúde, asfalto e outros equipamentos necessários para garantir melhor qualidade de vida aos seus habitantes; as creches comunitárias surgiram devido à falta de escolas e de creches para as crianças das famílias pobres e o Conselho de Entidades Comunitárias, embora tenha se formado por iniciativa da Prefeitura Municipal, foi motivado por um problema que afetava igualmente toda a população, especialmente os moradores mais pobres: o aumento da tarifa do transporte coletivo.

Se é possível afirmar que as motivações iniciais para o surgimento desses movimentos são bastante semelhantes, por outro lado, a forma de conduzir os trabalhos, e as ações empreendidas por eles denotam formas diferenciadas de compreender o mundo e a sociedade, sendo, portanto, determinantes na forma de se relacionarem com o poder público e vice versa.

Por isso mesmo, neste trabalho, ao nos determos na análise do relacionamento entre o poder político instituído na cidade de Uberlândia e os movimentos sociais que aí tiveram lugar, buscando justamente compreender os fatores explicativos das suas aproximações e dos seus distanciamentos, ao mesmo tempo, fomos instigados a refletir

sobre os fatores motivacionais destes movimentos para além das suas necessidades imediatistas, as quais, embora fundamentais para o estudo de suas semelhanças pouco contribuem para a compreensão de suas variadas opções em termos de orientação da organização e das lutas.

Dito de outra forma: as ações dos indivíduos em grande medida emergem a partir de um conjunto de práticas; de valores éticos, morais, culturais e sociais, objetivos e subjetivos, que vão sendo construídos ao longo do processo histórico por eles vivenciados. Marilena Chauí trabalhando numa perspectiva mais ampla, oferece significativa contribuição para compreensão dessa questão ao identificar no “*mito fundador (...) a matriz teológico-política*”¹⁶⁶ do autoritarismo, que se repete “*em todas as esferas da vida social (da família ao Estado, passando pelas relações de trabalho, pela escola, pela cultura)*” e que, ao longo do tempo, foram elementos importantes na definição dos projetos políticos e sociais na história do Brasil.¹⁶⁷

Fazendo um paralelo entre as correspondências dos navegantes descobridores-conquistadores da América os ensaios, livros e as correspondências, dos evangelizadores jesuítas, que para aqui vieram com o objetivo de pregar o evangelho, Chauí chegou a significativas conclusões. A primeira delas é que o Brasil é comparado ao Jardim do Édem, ao paraíso terrestre, quando se referem “*à abundância e à boa qualidade das águas (dizendo tacitamente que a terra achada é cortada pelos rios de que fala o Gênesis), a temperatura amena (sugerindo tacitamente a primavera eterna) e as qualidades da gente, descrita como bela, ativa, simples e inocente (dizendo*

¹⁶⁶ CHAUI, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados in: DAGNINO, Evelina (org.), *Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil*. Brasiliense, São Paulo/SP, 1994, pág. 20.

¹⁶⁷ Idem, pág. 27.

tacitamente que são a gente descrita pelo profeta Isaías).”¹⁶⁸ Tal imagem posteriormente, é transportada para nossos símbolos nacionais.

*“Todas as bandeiras nacionais criadas no vários países durante o século XIX e início do século XX são bandeiras herdeiras da Revolução Francesa. Por isso são tricolores, as cores narrando acontecimentos sócio-políticos dos quais a bandeira é a expressão. A nossa bandeira é a única produzida nesse período sem ser tricolor. Possui quatro cores. Ora, quando se pergunta o significado dessas cores, não se responde que o verde por exemplo, simbolizaria lutas camponesas pela justiça, mas sim que representa nossas imensas e inigualáveis florestas; o amarelo não simboliza a busca da Cidade do Sol, utopia de Campanella da cidade ideal, mas representa a inesgotável riqueza natural do solo pátrio; o azul não simboliza o fim da monarquia dos Bourbons e Orléans, mas a beleza perene de nosso céu estrelado, onde resplandece a imagem do Cruzeiro, sinal de nossa devoção a Cristo Redentor e o branco não simboliza a paz conquistada pelo povo, mas a ordem (com progresso evidentemente). A bandeira não exprime a história. É um símbolo da natureza: floresta, ouro, céu, estrela e ordem. É o Brasil-jardim, o Brasil-paraíso. Temos, portanto, uma bandeira aparentemente despolitizada e a-histórica. No entanto, ela é extremamente politizada, desde que a percebamos no contexto mítico do teológico-político no qual o auri-verde pendão simboliza o paraíso terrestre.”*¹⁶⁹

Da mesma forma, essa imagem mítica é encontrada no hino nacional que

*“canta mares, céus, sóis, bosques, flores, nossa vida de ‘mais amores’. O gigante está ‘deitado eternamente em berço esplêndido’, isto é, na natureza como paraíso, berço do mundo e eterno em seu esplendor. O Brasil pertence ao mundo da natureza e não ao da cultura e da história, ainda que o Hino, de raspão, se lembre de declarar que somos capazes de morrer pela justiça e pela liberdade, em nome da pátria idolatrada. Mas atenção, a pátria é ‘mãe gentil’, portanto, espaço da família, do genos e do genus, do clã e da tribo, não da res publica.”*¹⁷⁰

Sendo assim, o país-jardim-paraíso, cujo povo é ordeiro e pacífico, se contrapõe à guerra, à desordem. Esse país conta com a vontade de Deus, que é o seu criador, que fez a sua obra divina e cuidará para que seu povo seja feliz.

¹⁶⁸ CHAUÍ, Marilena. *Brasil – Mito fundador e sociedade autoritária*. Op. Cit. pág. 62

¹⁶⁹ CHAUÍ, Marilena. *Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados*. Op. Cit. pág. 23

¹⁷⁰ Idem, pág. 24

Os navegantes que aqui chegaram encontraram a matéria bruta que podia ser lapidada e moldada segundo os preceitos de Deus; naturalmente isso só poderia ser feito com a ajuda do Rei o qual sabia o que era melhor para aquele povo. Portanto,

“de acordo com essas teorias, o ordenamento jurídico-natural, por ser uma hierarquia de perfeições e poderes desejada por Deus, indica que a natureza é constituída por seres que naturalmente se subordinam uns aos outros. Explica-se assim que Pero Vaz de Caminha, depois de descrever a inocência dos habitantes da terra achada, se lembre de dizer que não possuem crença alguma, situando-os na escala de seres abaixo dos cristãos e sugerindo a El-Rei que ‘o melhor fruto, que dela se pode tirar, me parece será salvar essa gente. E essa deve ser a principal semente que Vossa Alteza deve nela lançar. Assim, (...) a subordinação e o cativo dos índios serão considerados obra espontânea da Natureza”¹⁷¹

Analisando algumas fontes historiográficas acerca da cidade de Uberlândia, percebe-se uma construção de imagens bastante semelhante àquela desmonstrada por Chauí. A devastação das florestas, a matança e escravização dos índios e negros, provocados pelos bandeirantes paulistas que se dirigiram para a região do Triângulo Mineiro, são tratados de maneira quase poética:

“Primeiramente um bando de devastação ao escravizarem e dizimarem os índios, população nativa do território colonizado. E depois, um bando de vasta ação, pois ampliaram os limites territoriais ignorando o Tratado de Tordesilhas, iniciaram a criação de povoados no interior da colônia, pela fixação de membros de suas comitivas e, principalmente, abriram caminhos que facilitaram o acesso território adentro.”¹⁷²

A casinha de sapê, o fogão de lenha, as panelas de barro, que poderiam denotar a labuta diária e sofrida dos trabalhadores pobres, dos escravos e dos índios escravizados, foram transformados por alguns artistas da cidade, em belas imagens bucólicas de uma

¹⁷¹ CHAUÍ, Marilena. *Brasil – Mito fundador e sociedade autoritária* – Op. Cit. pág. 64

¹⁷² Projeto Nossas Raízes – Secretaria Municipal de Cultura – Arquivo Público Municipal, Uberlândia, 2000-2005 – Agosto/2000.

vida calma e despreziosa, transparecendo a existência de paz e serenidade entre os primeiros habitantes de Uberlândia. O sofrimento e a morte foram questões irrelevantes diante do caminho que foi aberto para a construção da “grande obra”: Uberlândia.

*“Uberlândia, terra gentil que seduz
Uberlândia, jóia da minha afeição,
Uberlândia, Tua beleza reluz
Os teus jardins, formosos são, toda a minha adoração.
Uberlândia, grupos e faculdades.
Polias e bigornas, sua marcha é triunfal!
Teu Progresso: estudar... trabalhar...
Na Universidade e Cidade Industrial
Uberlândia! Luzes e profusão.
Turistas tu acolhes em teus campos de boninas
Clubes sociais, recantos adoráveis
Clubes beirando rios, ou em líricas colinas.”¹⁷³*

Outra conclusão de Chauí é que a produção do mito fundador propicia a compreensão da história como “realização do plano de Deus ou da vontade divina (...) sem tempo e fora do tempo”¹⁷⁴, portanto, realizada sem a ação dos homens.¹⁷⁵ No primeiro capítulo deste trabalho, essa imagem analisada por Chauí aparece concretamente na compreensão que D. Maria Castorina de Jesus expressa quando conseguiu adquirir sua casa própria. Ao afirmar que foi Deus quem a ajudou, nessa realização ela também deixou claro que da mesma forma como ele concede, também é ele quem pode tirar. Sendo assim, a pobreza, a falta de oportunidades para viver com um mínimo de decência, enfim, as desigualdades sociais não são compreendidas como ação dos homens, mas como vontade de Deus. Aliás, quantas vezes ouvimos as pessoas

¹⁷³ Hino oficial da cidade de Uberlândia intitulado ISTO É UBERLÂNDIA. Letra de Moacir Lopes de Carvalho e Remi França e Música de Alírio França.

¹⁷⁴ CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados, Op. Cit. pág. 24-25

¹⁷⁵ Conforme CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. Op. Cit., a visão providencialista da história é fundamentada na obra de Santo Agostinho quando ele a apresenta como “teofania (revelação de Deus no tempo), epifânia (revelação da verdade divina no tempo), profecia (cumprimento da vontade de Deus no tempo) e soteriologia (promessa de redenção no tempo). Ou seja, o que serve para que o plano divino se cumpra. Com a vinda de Jesus o verdadeiro tempo já transcorreu. O que resta aos homens é apenas o tempo empírico, já que como humanos imortais viveremos na eternidade.

que vivem na miséria absoluta, que morrem por falta de alimentação ou de atendimento médico afirmarem resignadamente : “é vontade de Deus. O que que se há de fazer?”

Ora, essa forma de compreender a vida e a história além de levar à passividade da população diante das injustiças, sociais também contribui para condicionar a perpetuação da dominação e das desigualdades sociais. Caso típico pode ser observado no problema da pavimentação do Conjunto Alvorada, tratado no capítulo anterior. Primeiramente, o Conjunto foi construído em uma área geográfica onde, pela legislação do município, não poderia; a menos que, por tratar-se de topografia plana, houvesse um altíssimo investimento da construtora no sentido de resolver o problema de dar vazão à rede pluvial e de esgoto. Em segundo lugar, depois das casas adquiridas, na hora de fazer a pavimentação das ruas, o poder público e a própria população, as quais que deveriam exigir da imobiliária a construção das redes pluvial e de esgoto, não o fizeram. Ora, nos dois casos, a população se submeteu. Primeiramente por ter se sujeitado a um tipo de pavimentação experimental, sem comprovação concreta de sua eficiência (devido a um erro que havia sido cometido anteriormente pelo poder público ao permitir, contrariando a legislação vigente, a construção do conjunto no local). Em segundo lugar, por não ter exigido da construtora e nem do poder público a construção definitiva das redes pluvial e de água, contentando-se com uma situação paliativa.

Nesse caso, embora não haja uma correspondência direta entre a aceitação e a predestinação divina, observe-se a passividade dos moradores mesmo sabendo tratar-se de uma injustiça. Face a isso, a empresa não foi chamada à cumprir a sua responsabilidade e saiu impune. Caso a população resolvesse partir para o enfrentamento, provavelmente teria que estabelecer um duplo conflito: com a empresa, que não cumpriu as exigências formais e com a prefeitura que deveria ter exigido o

cumprimento da legislação. Ora, o fato da população culturalmente aceitar o sofrimento como vontade de Deus, ainda que indiretamente, alimenta essa passividade diante das situações de injustiça, como no caso em questão.

Nessa perspectiva, qualquer tentativa feita pelo que o homem para mudar o estado natural das coisas ele está maculando a obra de Deus, está se contrapondo à “ordem estabelecida”¹⁷⁶. Por isso mesmo, as mobilizações sociais, os movimentos de

contestação ocorridas em Uberlândia como por exemplo, o “Quebra-Quebra”¹⁷⁷ ocorrido na cidade em 1959, provocaram tanta incredulidade. A imprensa local tratou o episódio como algo indigno da população e da cidade de Uberlândia. Uma matéria do Jornal Correio trouxe a seguinte análise:

*“Uberlândia transformou-se em autêntica praça de guerra. Fortemente policiada, perigosamente em polvorosa, suas ruas eram percorridas por viaturas com policiais que disparavam suas armas para dispersar grupos. A família uberlandense, horrorizada e ofendida em sua pacífica condição, enlutava-se com a atitude de uma multidão de vândalos que não protestava contra nada. Apenas extravasava o instinto e dava vazão à vontade de apropriar-se do alheio. Houve roubo, saque, pilhagem organizada. Isso nunca foi movimento de desagravo pelo custo de vida elevado.”*¹⁷⁸

Uma análise dessa matéria leva a concluir que, para esses editores, houve “maculação” da condição de passividade da população uberlandense. Como afirma Chauí,

¹⁷⁶ RODRIGUES, Jane de Fátima S. *Trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – o setor de serviços – 1924-1964*. Op. Cit., pág. 8

¹⁷⁷ Movimento de protesto urbano ocorrido em janeiro de 1959 e inserido nos acontecimentos nacionais contra a exploração do capital em defesa de melhores condições de vida para a população. Em Uberlândia, ele foi desencadeado devido ao aumento do preço dos ingressos dos cinemas. Enraivecida, a multidão começou quebrando os cinemas e, em seguida, a revolta se espalhou pelo setor comercial, onde foram saqueados armazéns, lojas etc. durante três dias seguidos. A imprensa local reagiu com incredulidade ante a violência da multidão, como se aquele episódio fosse algo inconcebível para a cidade de Uberlândia. Cf. VASCONCELLOS, Maria Helena Falcão. *Dias de violência – O Quebra*. Campinas, Ed. UNICAMP, 1999.

“Essa produção mítica do país-jardim nos lança no reino da Natureza fora do mundo da História. (...) Neste estado de natureza paradisíaco em que nos encontramos, há apenas nós – pacíficos e ordeiros – e Deus que, olhando por nós, nos envia um governante que O represente. Em outras palavras estamos postos num estado de natureza em que as teorias de São Tomás e a do jesuíta Suárez podem ser aplicadas. E o foram. Ou seja, teoria dos estado de natureza com estado de inocência que corre o risco de degenerar-se (em virtude do pecado original) em injustiça e guerra, o que é evitado porque terá no estado de sociedade, a harmonia originária.”¹⁷⁹

Outro elemento de análise acerca da elaboração mítica do Brasil o qual recorreremos a partir da obra de Chauí refere-se a história messiânica, elaborada por Joaquim de Fiori, no século XII, retomada posteriormente pelos franciscanos e mais tarde pelos navegantes e jesuítas. Nela o tempo é compreendido como dividido em três eras, *“do pai, do filho e do espírito Santo, ou da Lei, da graça e da sabedoria – o embate final que será travado entre o Cristo e o Anticristo, durante a era messiânica, com a vitória de Cristo e a instalação de um Reino de Mil Anos de Felicidade, tempo do fim e fim dos tempos, que prepara o Juízo Final e a instauração do Reino Celeste de Deus na terra,”*¹⁸⁰ para sempre. Sendo assim, por mais que demore, um dia virá alguém que fará tudo para amenizar o sofrimento do povo. Será o “salvador da pátria”.

Essa é uma imagem que geralmente se expressa durante os processos eleitorais para cargos públicos, como prefeitura e câmara municipal, diretoria das associações de moradores e dos sindicatos, nos quais se parte da compreensão de que as disputas se dão mais entre pessoas que representam o bem e o mal do que entre propostas ou projetos. Nessa condição, surgem as grandes personalidades políticas, os líderes carismáticos que tomam para si a responsabilidade de realizar os sonhos e os desejos da maioria da população, mesmo que esses sonhos e desejos não se expressem concretamente na

¹⁷⁸ Citação de matéria do Jornal Correio de 22 de janeiro de 1959 no artigo de MACHADO, Maria Clara Tomáz. *Muito Aquém do Paraíso – Ordem, Progresso e Disciplina em Uberlândia*, in: *Revista História & Perspectivas* – Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, nº 03 – jan-jun de 1991, pág.71.

¹⁷⁹ CHAUI, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. Op. Cit. pág. 24.

melhoria da qualidade vida. Da mesma forma, quando não atendem às expectativas criadas, eles são responsabilizados, criticados e eliminados. Sendo assim, as mudanças no processo histórico são construídas pelas personalidades, por quem detém o poder, por aqueles que representam a lei, porque eles receberam, através do voto ou da graça divina, a responsabilidade de instaurar a justiça.

Por último, Chauí nos esclarece também que a matriz mítica fundadora “*encontra-se na elaboração jurídico-teocêntrica do governante pela graça de Deus.*”¹⁸¹ A origem do poder humano é divina; e o governante representa Deus, porque possui uma natureza mista como Jesus - corpo empírico mortal, humano, e o corpo político, místico, eterno, imortal, divino. Assim, ao assumir o poder, ele recebe, ao mesmo tempo, a credencial para tomar decisões e deliberar sobre questões que afetam diretamente a vida das pessoas, sem que para isso precise consultá-las. Esse poder místico se traduz também na forma como os políticos são reverenciados pela população em geral. As pessoas que detém cargos públicos agem e são tratadas de forma diferenciada porque têm poder.

Essa matriz mítica-teológica, portanto, se manifesta, concretamente na imagem do Brasil como pátria amada, mãe gentil, cujo povo ordeiro e pacífico trabalha para construir o país que caminha rumo ao futuro e, também transpondo para o plano local isso aparece na imagem da cidade Uberlândia, “terra gentil que seduz”, que caminha rumo ao progresso e ao desenvolvimento, porque seu povo ordeiro e trabalhador se desdobra para construir a cidade que ama.

Todos esses elementos encontram lugar e se renovam constantemente, porque a própria estrutura da sociedade, na sua forma de organização, é “*verticalizada e*

¹⁸⁰ Idem, pág. 25

hierarquizada”¹⁸² (características evidenciadas nas constituições familiares, na escola, no trabalho, na cultura ou em outros espaços sociais), ela “*reitera, alimenta e repete a mitologia, porque esta é um dos fundamentos da própria forma assumida por nossa sociedade*”¹⁸³. Assim, forma-se um círculo vicioso em que uma depende da outra para conservar-se ao longo da história, possibilitando relações sociais de cumplicidade entre iguais, e de mando e obediência entre diferentes ou desiguais. “*A forma autoritária da relação é mascarada por aquilo mesmo que a realiza e a conserva: relações de favor, tutela e clientela.*”¹⁸⁴ Nessa condição, os princípios democráticos liberais, baseados nos ideais de cidadania e representação, são substituídos pelos privilégios, pelos favores individuais ou de pequenos grupos, pelo clientelismo, pela cooptação. Enquanto os pressupostos democráticos são fundamentados “*na criação, reconhecimento, garantia e consolidação de direitos,*”¹⁸⁵ os pilares autoritários da sociedade brasileira acabam por impedir a emergência de práticas verdadeiramente democráticas. Ou seja, a população estabelece com os governantes uma relação de subserviência. O que deveria ser reconhecido como direito e exercício da cidadania torna-se concessão e benevolência. Por outro lado, os espaços institucionais de poder, isto é, os espaços que deveriam ser públicos (idéia que, a princípio pressupõe ser oposição ao privado) tornam-se alvo de privilégios e benefícios particulares, de indivíduos e de classes.

Para Décio Saes, esse “*déficit democrático*”¹⁸⁶ é uma das peculiaridades brasileiras no que diz respeito ao exercício da política. Embora, na sua forma de organização, o Estado funcione como um parlamento, com realização de eleições para

¹⁸¹ Ibidem, pág. 25

¹⁸² Ibidem, pág. 27

¹⁸³ Ibidem, pág. 27

¹⁸⁴ Ibidem, pág. 27

¹⁸⁵ Idem, pág. 28

¹⁸⁶ SAES, Décio. *República do Capital – Capitalismo e processo político no Brasil – Boitempo – São Paulo/SP, 2001, pág. 108.*

os poderes Executivo e Legislativo, alguns aspectos relevantes, que caracterizam um processo democrático e são resultantes de um processo histórico, acabam por obscurecer o pleno exercício da cidadania.

O período da Proclamação da República (1889) foi precedido de um regime escravagista. A abolição da escravatura, entretanto, não foi bastante para despertar não somente na população negra, mas nos trabalhadores pobres em geral, o sentimento de cidadania originário dos princípios liberais herdados da Revolução Francesa e ora instaurados no país. O sentimento de lealdade pessoal para com os senhores de terra originou, desde aqueles tempos, uma eterna fidelidade aos chefes políticos. Esse sentimento de fidelidade, por consequência, possibilitou, o controle pelos detentores do capital econômico “*sobre o comportamento eleitoral das massas.*”¹⁸⁷ As implicações desse processo inicial dificultarão a organização de partidos populares com possibilidades reais de disputar o poder político com os setores economicamente dominantes. Nesse caso, ao longo da história, a população brasileira passa a ser representada, no parlamento e, principalmente, no executivo pelos setores dominantes, ou seja, pelos proprietários de terras, pelos comerciantes, pelos industriais ou, quando muito, por pessoas que embora não detentores de posses, defendem os mesmos interesses daqueles segmentos.

Nesse cenário, o Estado tem desempenhado dois importantes papéis. O primeiro deles foi desenvolver ações que possibilitem a concretização da hegemonia política dos setores dominantes (ruralistas, comerciantes, industriais, capital financeiro), dependendo do momento histórico e dos interesses, inclusive internacionais, que estiverem em jogo. O segundo papel é o de buscar no interior da sociedade, a desestabilização das organizações sociais que de alguma forma, demonstram condições

se contrapor ao modelo econômico vigente fazendo emergir do seu interior algum indício de mudanças efetivas na estrutura social brasileira.¹⁸⁸

Não é nossa intenção nos determos demoradamente nesta análise, sob pena de nos desviarmos do propósito inicial deste trabalho. Todavia, sobretudo no que diz respeito ao segundo aspecto, parece-nos importante apontar, ainda que a título de exemplo, alguns momentos da história brasileira que seja possível identificar a ação do Estado no sentido de enfraquecer e desmobilizar os setores populares, visando garantir o atendimento dos interesses e a hegemonia dos setores dominantes.

Novamente, o fim do regime escravagista no Brasil pode servir como exemplo. A organização dos negros nos quilombos, as revoltas nas fazendas, o movimento abolicionista de outros setores da sociedade, além dos interesses econômicos da nova ordem capitalista, foram os elementos que compuseram o quadro que canalizou para o fim da escravidão no país. Contudo, a Lei Aurea foi apresentada, não como resultado dessa luta coletiva da população, mas como uma ação benevolente da Princesa Isabel. Mesmo tendo sido precedida de uma intensa mobilização popular, o fim da escravidão figurou como uma concessão do Estado e não resultado de uma conquista. E por tratar-se de uma concessão, veio da forma e nas condições que o concedente assim o desejou e entendeu ser o melhor. Ou seja, os negros deixaram de ser escravos, mas não lhes foram garantidas as condições de sobrevivência na condição de homens livres. Afinal o que eles queriam já tinham: a liberdade. Daí para frente caberia aos mesmos resolverem seus problemas de sobrevivência. Ora, assim o movimento abolicionista perderia sua razão de ser já que o principal objetivo já havia sido atingido. Sendo assim, à partir

¹⁸⁷ Idem, pág. 113

¹⁸⁸ Neste aspecto, Décio Saes analisa esse movimento do Estado brasileiro desde a proclamação da república, em 1889, até a instauração do modelo neoliberal concretizado no Brasil na década de 1990. Conforme SAES, Décio. *República do Capital – capitalismo e processo político no Brasil*, Op. Cit.

daquele momento caberia aos próprios negros trabalhar para garantir seu sustento. A conseqüente desmobilização da sociedade e a necessidade de lutar pela sobrevivência foram aspectos decisivos para a fragmentação e enfraquecimento da organização dos negros naquele período.

Um outro exemplo importante da política estatal brasileira, que acabou por desmobilizar e fragmentar a luta dos trabalhadores, foi na década de 1930, durante o governo do Presidente Getúlio Vargas.

Inúmeros são os trabalhos na área da historiografia e da sociologia que apontam o nível de organização dos trabalhadores assalariados brasileiros nas primeiras três décadas do século XX. Além das melhorias nas condições de trabalho, pagamento de férias, diminuição da jornada de trabalho, horas extras e muitos outros benefícios, as mais variadas categorias de trabalhadores lutavam por mudanças estruturais na sociedade. Com essa perspectiva, aquele foi um período em que o movimento anarquista brasileiro tomou corpo e conseguiu encontrar ressonância entre os trabalhadores. Também foi um período de consolidação dos partidos políticos de esquerda, particularmente o PCB. Ou seja, além da organização sindical, os trabalhadores começaram a disputar os espaços institucionais do poder político. Por isso mesmo aquele foi um período de muitas greves e de outras formas de mobilizações populares, principalmente dos trabalhadores urbanos.

Mais uma vez o Estado interveio promulgando a CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas - possibilitando a regulamentação dos direitos durante anos reivindicados pelos trabalhadores. Com a criação da Justiça do Trabalho, passa para as mãos do Estado e do Direito, com a ajuda de alguns representantes de trabalhadores, a responsabilidade de decidir sobre os conflitos. Saes aponta as implicações dessas

medidas para o conjunto dos trabalhadores, abordando três aspectos. O primeiro deles foi no campo estrutural:

“Do conjunto de medidas implementadas pelo Estado brasileiro pós-30 nesse terreno, uma boa parte cumpre objetivamente uma tripla função: a) limitar o desenvolvimento do movimento reivindicatório das classes trabalhadoras; b) impedir a unificação dessas classes até mesmo no plano econômico-corporativo; c) bloquear a constituição de organização político-partidárias de massas, sejam aquelas voltadas para a consecução de reformas, sejam aquelas orientadas por estratégias socialistas de transformação global.”¹⁸⁹

Depois, no que diz respeito às organizações sindicais:

“A legislação sindical do pós 30 ‘oficializa’ os sindicatos fazendo com que a sua existência (e, portanto, o seu papel de representante dos trabalhadores no conflito do capital) dependa de autorização estatal (concessão à organização da ‘carta sindical’, reconhecimento da diretoria sindical eleita pelo Ministério do Trabalho); proíbe o sindicato de empresa, fixando a ‘categoria profissional’ como critério básico para a constituição de sindicatos, estabelece, corretamente, a unicidade sindical (vale dizer, impõe ao movimento sindical o princípio do sindicato único por categoria profissional); cria um ‘imposto sindical’ destinado a financiar os sindicatos oficiais, interdita a constituição de organizações horizontais de todos os trabalhadores como as ‘centrais’, ‘comandos’, ou ‘intersindicais’. Ao mesmo tempo, organiza-se um novo ramo do aparelho judiciário – a Justiça do Trabalho, no qual, introduzem oficialmente os representantes (chamados ‘vogais’) das partes antagônicas do conflito de trabalho: ‘empregador’ e ‘empregado’. Esse mesmo princípio passa a vigorar nas novas instituições – estatais – de Previdência Social (como IAPs), de cuja gestão participam oficialmente representantes das classes trabalhadoras, indicados pelos sindicatos oficiais.”¹⁹⁰

O terceiro aspecto abordado por Saes diz respeito ao que ele denomina de efeitos ideológicos e políticos, ou seja

“Corporativização I – Concentração de sua ação coletiva no plano reivindicativo (...) e fraca presença (...) no plano político partidário.”¹⁹¹

Para Saes, isso resulta da ascendência da burocracia política estatal sobre a organização do movimento sindical, provocando uma desmobilização do processo de

¹⁸⁹ SAES, Décio. *República do Capital*. Op. Cit. pág. 64

¹⁹⁰ Idem, págs. 64-65

¹⁹¹ Ibidem, pág. 65

organização partidária, que, até então, era base recorrente com vistas à disputa pelo poder político.

Corporativização II – incessante fracionamento interno, inclusive no plano econômico-corporativo das classes trabalhadoras assalariadas, e conseqüente bloqueio à unificação, mesmo que no domínio da ação reivindicatória, dessas classes.”¹⁹²

Ou seja, as medidas estatais implementadas possibilitaram o fracionamento da luta sindical à medida em que foram criadas as várias categorias profissionais, possibilitando lutas setorializadas e isoladas do conjunto da classe trabalhadora.

“Corporativização III – efeito de atração especificamente exercido pelas práticas corporativistas estatais – a introdução, nalguns órgãos burocráticos, da representação paritária de ‘empregadores’ e ‘empregados’ – sobre as classes trabalhadoras assalariadas e, conseqüentemente, reforço das ilusões populares acerca da natureza e dos papéis do Estado numa formação social capitalista.”

Evidentemente, as mudanças não se deram apenas por decreto. As medidas foram sendo implementadas paulatinamente, enquanto os trabalhadores foram sendo, em sua maioria, convencidos da positividade das ações governamentais. Além de protegidos por uma legislação que lhes garantia direitos reivindicados durante anos de luta, esses trabalhadores também sentiram-se lisonjeados por serem representados nos espaços de decisão da justiça do trabalho.

Uma minoria de trabalhadores, os quais não se deixou convencer pelo projeto estatal e se mantiveram mobilizados, foi reprimida pelo Estado cujo ponto de culminância desse processo deu-se à partir de 1964 durante a ditadura militar, impondo um grande refluxo na mobilização e organização dos setores populares. Saes analisa este momento da seguinte forma:

¹⁹² Ibidem, pág. 65

“A militarização do Estado capitalista brasileiro, a partir do golpe de Estado de 1964, favorecerá o exercício mais intenso e mais freqüente da repressão, como forma de conter a movimentação reivindicatória e político-partidária das classes trabalhadoras: prisão de lideranças sindicais e políticas, cassação do direito de greve, perseguição às organizações clandestinas de esquerda, militarização da tomada de decisões acerca da questão salarial etc. Todavia a ditadura militar (...) não liquida todos os mecanismos estatais de corporativização das classes assalariadas. Durante pelo menos uma década, os mecanismos subsistentes – o sindicalismo de Estado expurgado das ‘organizações paralelas’, a justiça do trabalho diminuída na sua capacidade decisória – são encobertos pelo exercício de repressão; e a sua eficácia ideológica parece estar ‘adormecida’.”¹⁹³

Conforme foi explicitado nos capítulos anteriores deste trabalho, no período que se estende de final dos anos 1970 até a década de 1990, uma das principais bandeiras dos políticos da ala progressista do PMDB (dentre eles, o prefeito Zaire Rezende, em Uberlândia) foi a realização de governos abertos à participação popular. Por isso mesmo, não só apoiavam como também estimulavam a organização da sociedade em torno dos movimentos sociais. Em Uberlândia, os prefeitos posteriores à gestão de Zaire Rezende (Virgílio Galassi, Paulo Ferolla, Virgílio Galassi - 1989-2000), que em momentos anteriores, se posicionaram contra qualquer forma de organização da sociedade, após a gestão de Zaire Rezende, também mantiveram um estreito relacionamento com os movimentos sociais, principalmente com as Associações de Moradores.

Empunhando o slogan de Democracia Participativa, a administração do prefeito Zaire Rezende teve a participação popular não somente como um princípio administrativo, mas, principalmente, como uma proposta de governo. Prova disso foi a criação da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social. Com objetivos claros e definidos, essa secretaria foi organizada para desenvolver programas em áreas diferenciadas (Divisão do Trabalho, Programa de Apoio às Creches, Programa de Habitação Popular, Programa de Apoio Comunitário), tendo, neste último, a sua

¹⁹³ Ibidem, págs. 65-66.

principal tarefa a ser desempenhada: apoiar a organização social e o desenvolvimento comunitário.

“Para dar uma definição genérica das atribuições da Seção de Apoio Comunitário, bastaria dizer que o trabalho desta equipe tem, por finalidade dar desenvolvimento na prática, à proposta política da Administração Municipal (centrada na Democracia Participativa) no que diz respeito a:

- a) contribuir com o processo de organização popular em desenvolvimento em nossa cidade;*
- b) em consonância e como decorrência do item acima, contribuir com a ‘promoção da participação’ significa reconhecer, e considerar como interlocutores válidos, os segmentos da população organizada que até então sempre estiveram excluídos do processo político e que, portanto, nunca tiveram assegurados quaisquer canais de pressão e influência política.*

Resumindo: contribuir com a organização popular e com a participação das classes populares organizadas no processo político é, em linhas (muito) gerais, o objetivo do trabalho da equipe de Apoio Comunitário da Secretaria de Ação Social.”¹⁹⁴

Antes de entrarmos diretamente na análise desse propósito governamental, torna-se necessário nos determos um pouco no conceito participação, objetivando melhor compreender a relação entre a população de Uberlândia mais notadamente os seguimentos representados pelos movimentos sociais naquele governo.

Sob o ponto de vista etmológico, participação é o ato ou efeito de participar, ou de ser parte de alguma coisa. Sob o ponto de vista do movimento histórico, o conceito participação pode ser compreendido com maior grau, amplitude e complexidade

Tomando como objeto de análise uma associação de moradores, por exemplo, é possível perceber que um cidadão pode fazer parte de uma ou outra atividade

¹⁹⁴ Prefeitura Municipal de Uberlândia – *Plano de ação da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social – SMTAS* – Uberlândia. No documento não consta data nem autor do documento. Todavia pelas referências contidas no mesmo, pode-se sugerir que foi elaborado por volta dos anos de 1985-1986 – Obtido com Maria Terezinha Carrara Lélis – psicóloga e ex-funcionária da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social – Município de Uberlândia.

desenvolvida por aquela entidade, sem, contudo, tomar parte nas decisões e nem se responsabilizando pelo encaminhamento das deliberações coletivas, sobretudo quando isto lhe exigir uma maior dedicação. Ele faz parte, mas não se sente parte e nem muito menos toma parte. Ele pode, esporadicamente, ir a uma reunião ou qualquer outra atividade que lhe interesse, como também pode simplesmente tomar conhecimento do que está sendo realizado por outras vias de forma distanciada.

Em outros casos, a participação de integrantes dos movimentos sociais pode ser mais ativa. Mesmo assim, o tipo de envolvimento e de dedicação é diferenciado entre os seus membros. Ou seja, alguns, por sentirem-se parte, dedicam-se ao trabalho com envolvimento e responsabilidade. Outros embora considerem o trabalho importante, não o assumem com o mesmo afinco e dedicação e, à medida que surgem novos projetos, estas pessoas interrompem a sua participação sem grandes questionamentos. Nesses casos, que podem ser considerados micro-participações, os objetivos em geral, são dirigidos para questões imediatas como por exemplo, exigir do poder público que uma rua seja asfaltada, que sejam ampliadas as vagas numa escola ou resolvido um problema de poluição das fábricas.

Todavia, outras formas de participação, cuja organização pressupõe atingir objetivos mais amplos. Ou seja, nesses casos, além de se visar objetivos imediatos busca-se também atuar no sentido de alcançar alterações mais amplas no plano da sociedade.

Nesse sentido,

(...)

“participação social é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade. (...) Em harmonia com o conceito, se uma população apenas produz e não usufrui dessa produção, ou se ela produz e usufrui mas não toma parte na gestão, não

se pode afirmar que ela participe verdadeiramente. (...) Uma sociedade participativa seria, então aquela em que todos os cidadãos têm parte na produção, gerência e usufruto dos bens da sociedade de maneira eqüitativa. Toda a estrutura social e todas as instituições estariam organizadas para tornar isto possível. (...) Assim, a construção de uma sociedade participativa converte-se na utopia-força que dá sentido a todas as micro-participações. Neste sentido, a participação na família, na escola, no trabalho, no esporte, na comunidade, constituiria a aprendizagem e o caminho para a participação em nível macro.”¹⁹⁵

Mas o conceito engloba também a participação espontânea como num time de futebol, grupo de amigos, de vizinhos ou de gangs, sem objetivos definidos. Nesses casos, as pessoas participam pelo prazer de participar, para sentirem-se integrados a um grupo. A participação pode ser imposta: para receber o certificado de reservista o jovem deve se apresentar às forças armadas e prestar o serviço militar; para estudar em uma determinada escola o aluno deve se submeter às suas regras; da mesma forma o indivíduo participa votando ainda que o voto seja obrigatório. Aliás, em relação a participação em processos eleitorais a população pode simplesmente ser chamada para votar (espontânea ou obrigatoriamente) e eleger seus representantes para pensar, elaborar, deliberar e implementar medidas que vão afetar coletivamente os moradores de um bairro, os trabalhadores de uma categoria, ou a população em geral. pois tais incumbências são delegadas aos eleitos para ocuparem esses postos de direção. Pode ser voluntária: quando por iniciativa própria algumas pessoas convidam outras para organizar um determinado grupo visando alcançar objetivos do próprio grupo ou de outrem. Neste caso, mesmo a participação sendo voluntária as pessoas podem de certa forma, serem dirigidas e, muitas vezes, por não terem clareza dos verdadeiros objetivos

¹⁹⁵ O que é participação? – Documento elaborado pela Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais – Superintendência de Cooperativismo – SUDECOOP – Coordenadoria de Educação, Treinamento e Comunicação – DET – Belo Horizonte – MG – Novembro/1983. Obtido com Maria Terezinha Carrara Lélis, anteriormente citada.

de propositos podem até ser manipuladas. A participação também pode ser concedida: a participação nos lucros concedida por uma empresa aos seus trabalhadores, ou no caso de determinadas ações governamentais, permitir que as pessoas opinem sobre o local onde deve ser instalado o posto de saúde do bairro, ou, quais equipamentos devem ser instalados na praça, tomar parte na discussão sobre o valor da tarifa do transporte coletivo, cuja decisão já foi tomada previamente ou discutindo o orçamento do município, embora a decisão sobre a aplicação dos recursos se dê em outra instância.

Um outro elemento importante quando se discute esse tema é compreender o grau de participação. Isto é, numa associação de moradores, num sindicato, ou mesmo em nível governamental, as pessoas podem ser convidadas para serem informadas sobre decisões que já foram tomadas relativas a questões que lhes dizem respeito. Nestes casos, ao serem comunicadas elas podem concordar ou não sem que isso influencie as decisões finais. Em situação um pouco diferente, as pessoas podem ser convidadas para ajudar a pensar em conjunto com a direção da entidade ou com a equipe da administração pública, como agir diante de determinadas situações. Ao atenderem ao chamado, elas refletem, opinam e apresentam propostas que servirão como contribuição para as decisões que posteriormente serão tomadas.

Por último, a participação pode ocorrer em forma de autogestão. Nesse caso, dirigentes ou membros das entidades, administradores e população seguem juntos todas as etapas, ou seja, determinam os objetivos, escolhem os meios e definem os rumos. Misturam-se administradores e administrados. Todos participam do processo do início ao fim. Em caso de sucesso ou fracasso, as conseqüências são assumidas coletivamente e não somente pelos dirigentes ou administradores. Embora seja essa a forma mais

ampla de participação, é também a mais difícil de ser implementada, principalmente, quando as decisões exigem agilidade.

Sendo assim, participação pressupõe inúmeros elementos para indicar como e em que nível e grau ela se dará. Seja como for depende da predisposição e abertura das pessoas envolvidas (dirigentes e membros de entidades, governo e população), para garantir que ela se dê de forma mais ou menos abrangente. Também dependerá dos interesses objetivos e subjetivos, que estiverem em jogo de um lado ou de outro.

Isso posto, retornemos então ao tema central. Conforme explicitado nos capítulos anteriores, deliberadamente o governo Zaire Rezende (1983-1988) optou por governar a cidade de Uberlândia numa perspectiva democrática, aberto à participação popular. O momento histórico vivido pela sociedade brasileira era propício para isso, visto que clamava-se por liberdade e pelo fim da ditadura militar. Por outro lado a estratégia adotada pelo PMDB (partido ao qual Zaire Rezende era filiado) em assumir a dianteira do movimento nacional pela redemocratização do país também facilitava aquela opção. A junção desses elementos, somados às precárias condições de vida da maioria da população uberlandense, especialmente, os moradores dos bairros periféricos, criou as condições para a organização de inúmeras entidades sociais, especialmente associações de moradores e creches comunitárias, seja por iniciativa da própria população, seja estimulada pela administração municipal ou por partidos políticos.

Conforme já foi dito, provavelmente, na história de Uberlândia, nunca tenha se falado tanto em participação e em democracia como naquele período. De fato, com o esvaziamento político causado pelos governos militares no país, qualquer administração pública esboçasse uma proposta de exercício de novas relações políticas, sobretudo

reconhecendo a participação popular como um instrumento importante para o resgate da liberdade e manifestação de cidadania era bem aceita pela população. Nesse clima o prefeito Zaire Rezende assumiu a prefeitura de Uberlândia com o slogan da Democracia Participativa, compreendendo que

“o que a Democracia Participativa trouxe de inovador foi o seu reconhecimento à capacidade e ao direito da população em também elaborar políticas que sejam executadas pelo poder público. Do mesmo modo, esta proposta de governo também se afasta do discurso liberal clássico ao reconhecer a Democracia de base como complemento necessário da Democracia Representativa; ao reconhecer as práticas comunitárias participativas como momentos, através dos quais, segmentos da sociedade se organizam em comunidades de sujeitos sociais e políticos válidos; ao abrir espaços para que a participação política, na esfera das decisões, não seja propriedade exclusiva das elites.”¹⁹⁶

Conforme pode ser notado, segundo os elaboradores da proposta da Democracia Participativa há um *reconhecimento* por parte do governo municipal de que a população tem direito de *“elaborar políticas que sejam executadas pelo poder público.”* Por isso mesmo, ele se afasta do *“discurso liberal clássico ao abrir espaço para participação política por reconhecer que esta não é uma atribuição exclusiva das elites.”*

Muito embora seja inquestionável a real intenção do governo de Zaire Rezende em abrir-se para a participação popular, é importante considerar que aqui também encontram-se alguns elementos das raízes autoritárias da sociedade brasileira conforme discutidas anteriormente, na forma de lidar e de se relacionar com os espaços institucionais de poder. O próprio fato de os ocupantes de cargos políticos institucionais reconhecerem que é direito da população opinar sobre os rumos do governo pode sugerir uma concessão. Ou seja, se não houvesse esse reconhecimento o que obrigaria que fosse diferente, mesmo sendo direito do cidadão? Partindo desse pressuposto a

¹⁹⁶ Qual Participação? (Sobre a Democracia Participativa) - Documento “para consumo interno” elaborado por integrantes da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social, com o objetivo de fazer uma avaliação acerca do projeto de Democracia Participativa do governo Zaire Rezende, buscando

participação deixa de ser uma conquista da população. Pelo contrário, ela é concedida. E, em sendo concessão se dá na forma, na amplitude e sob o ponto de vista de quem a concede, de quem permite que ela aconteça, portanto sujeita às vicissitudes conjunturais a partir do mesmo referencial político

O prefeito Virgílio Galassi por exemplo e os administradores que governaram a cidade compreendia que a participação se dava quando a população elegia seus representantes. Ou seja, eles se alinhavam à *concepção liberal clássica*. Sendo assim, à partir do momento em que assumiam o cargo, também assumiam o papel de condutores do processo político, já que haviam recebido esta credencial ao serem eleitos. Portanto, a população não tinha mais sobre o que opinar, visto que a compreensão que eles tinham sobre participação estava simplesmente limitada ao voto.

O prefeito Zaire Rezende e sua equipe de governo queriam tornar seu governo mais do que representativo; queriam-no participativo. A compreensão de que a população tem direito de participar foi o que atribuiu à Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social a tarefa de *“organizar e reforçar as organizações de bairro e profissionais, possibilitando às mesmas atuarem com mais eficiência.”*¹⁹⁷ Para desenvolver essa tarefa, foi criada uma seção específica dentro da secretaria.

Não obstante, a criação desse órgão com função de *organizar e reforçar as organizações de bairro*, para que as mesmas pudessem atuar com mais *eficiência*, pode-

compreender sua amplitude a partir do projeto inicial. Não consta data. Fonte obtida por meio de Terezinha Maria Carrara Leles, anteriormente citada.

¹⁹⁷ Prefeitura Municipal de Uberlândia – *Plano de Ação da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social – SMTAS* – Divisão do Trabalho e Organização Popular – Seção: Apoio à Organização Social e Desenvolvimento Comunitário. Documento interno da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social - Uberlândia/MG – Não consta ano e autor do documento. Mas, pelas informações contidas no texto, supõe-se que tenha sido elaborado por volta dos anos 1985-1986. Obtido com Maria Terzinha Carrara Leles, anteriormente citada.

se depreender daí dois equívocos. O primeiro deles, é que organização e participação, não se dão por decreto. Ser aberto à participação popular não significa criar forçosamente nem obrigar que ela exista. Não é preciso ser um estudioso do assunto para concluir que, para participar as pessoas precisam se sentir envolvidas, precisam acreditar que vale a pena dedicar parte da sua vida por uma causa. Isso não quer dizer que os estímulos externos não sejam importantes. O problema é que, se esses estímulos não encontram ressonância nas expectativas e objetivos das pessoas, em um primeiro momento, elas podem até se envolver seja pelo prazer de se relacionar com outras pessoas, por causa dos amigos que as convidaram, porque sozinhas não conseguem resolver os problemas que as afetem, ou por outro motivo qualquer. Mas, com o passar do tempo, elas vão se afastando até deixar de participar completamente, porque não existe uma ligação entre o trabalho desenvolvido e suas experiências e expectativas de vida.

Vimos anteriormente que muitos são os elementos que concorrem para que as pessoas cheguem à conclusão de que é necessário agir coletivamente. Vimos também que o período histórico do governo Zaire Rezende foi altamente propício para estimular a mobilização popular no Brasil, visto que a população estava clamando por liberdades políticas. Mas é certo, também, que boa parte das associações de moradores que surgiram em Uberlândia, naquele período por estímulos externos (mesmo que tivessem problemas tão ou mais graves do que as outras organizadas) aos próprios moradores eram compostas por diretorias esvaziadas, que não conseguiam envolver o restante da população em atividades coletivas. Cabe destacar, que o problema maior não reside no fato de poucas pessoas se envolverem com os trabalhos cotidianos das entidades, mas sim, porque muitas vezes essas entidades existiam apenas juridicamente. No caso do

governo Zaire Rezende, no afã de implementar sua política participativa, havia pressa em adotar mecanismos para facilitar a criação das entidades estimulando pessoas que, de alguma forma, se destacavam em termos de liderança, mas sem priorizar a existência de trabalho coletivo. Em geral, o que existiam eram algumas iniciativas individuais ou de pequenos grupos. Muitas vezes, uma entidade era fundada sem que a grande maioria dos moradores sequer tivesse conhecimento. A disponibilização de modelos de estatutos, as orientações sobre as exigências burocráticas, e o apoio técnico e até financeiro facilitavam o registro das entidades, mas não envolviam os outros habitantes. E, se não havia envolvimento, empolgação para a causa, também não havia participação. Em função disso, a população era constantemente acusada de acomodada, de apática e outros chavões que não resolviam o problema mas justificavam a frustração dos poucos dirigentes envolvidos.

Assim, inegavelmente, naquele período foi ampliado o número de organizações populares na cidade de Uberlândia mais notadamente de associações de moradores. A mobilização popular contudo, era pouco expressiva e, não raro, serviu apenas de fachada para referendar medidas governamentais impopulares (por exemplo, reajuste de tarifas de transporte coletivo e de outros serviços urbanos). E isso não pode ser atribuído a uma condição inerente à própria dinâmica do movimento popular. Tomemos os exemplos da Associação de Moradores do Conjunto Alvorada e das Creches Comunitárias e Associadas de Uberlândia já analisadas no capítulo anterior. Vimos que muito antes de realizar eleições, de se pensar num estatuto para as entidades ou de eleger uma diretoria, o trabalho de ambas já existia. Foram as questões concretas, experimentadas coletivamente que levaram as pessoas a buscarem juntas uma solução para seus problemas e, somente depois, com o trabalho já consolidado, é que as questões jurídico-burocráticas foram pensadas. Mesmo assim, elas tiveram ao longo de

sua existência, momentos de oscilação em termos de relacionamento interno, participação do restante da comunidade e dos membros das diretorias e até de representatividade. Todavia, desde o início, elas não vislumbravam somente a resolução dos seus problemas imediatos. Seja por consciência política, seja por motivos religiosos e/ou outros fatores, o fato é que seus membros fundadores eram pessoas que demonstravam um maior compromisso social e não estavam voltadas somente para seus interesses imediatos. Por isso mesmo, elas participavam de outros grupos e atividades que discutiam a sociedade em geral. Essa postura possibilitou que elas mantivessem, diante do governo municipal um posicionamento crítico, que lhes permitia refletir, analisar e se posicionar sem estabelecerem relações de favor ou de tutela por parte do poder público instituído.

Exemplifica bem essa situação o episódio no qual a prefeitura apresentou uma proposta de convênio a ser firmado com as creches comunitárias envolvendo a CCAU. A questão foi amplamente discutida e analisada, provocando, inclusive conflitos internos, pois a compreensão das pessoas era diferenciada. A resolução somente foi tomada depois de amplo debate no interior da entidade. Por isso mesmo o convênio foi firmado, mas em nenhum momento isto comprometeu sua independência em relação ao poder público. A mesma postura a entidade teve com relação aos governos posteriores. Sempre que a prefeitura chegava com alguma proposta, antes de definir a posição ela era muito bem discutida e avaliada. Aceitar apoio não significou em nenhum momento atrelamento da entidade ao governo. Seus integrantes se relacionavam com o poder público batalhando para obter apoio material, mas assumiam uma posição de movimento social que tem papéis e objetivos diferentes do poder político instituído.

O próprio governo Zaire Rezende constatou as deficiências dos movimentos sociais (especialmente das associações de moradores) que mantinham uma posição de

dependência. Em um documento interno de avaliação de 18 meses de gestão foi feito o seguinte comentário:

“A definição sobre a importância do povo organizado e a afirmação de que a Administração prioriza o atendimento das reivindicações coletivas, elaboradas pelas comunidades de bairro, foram a mola propulsora para o surgimento de um grande número de Associações de Moradores em todos os quadrantes da cidade, sobretudo nos bairros mais afastados e mais necessitados de melhorias sociais.

(...) Se as associações nascem dentro desta expectativa, sob a ótica mais reivindicativa do que organizativa, é de se esperar que tenham surgido sob certa dependência da Administração Municipal, já que precisavam de que suas reivindicações fossem atendidas para que pudessem se consolidar, ganhando confiança e crédito dos moradores do bairro.”¹⁹⁸

O segundo equívoco ao qual nos referimos anteriormente relativo ao do projeto de Democracia Participativa do governo Zaire Rezende reside na compreensão, por parte da administração municipal, de que as entidades precisavam de ajuda da prefeitura para atuar de forma mais “eficiente”. Esse é um problema que afetou e ainda afeta, principalmente, os intelectuais de esquerda e, por extensão, os militantes dos partidos políticos, das pastorais das Igrejas, dos dirigentes sindicais e os detentores de cargos políticos. Cheios de boas intenções, sonhando em construir uma sociedade mais justa e mais igualitária, e sendo portadores dos conhecimentos e da fórmula de implementar as mudanças, esses intelectuais geralmente se dirigem aos setores populares com o objetivo de ajudá-los a se organizarem de forma eficiente e combativa.

Ora, essa arrogância de achar que a população não sabe pensar, que não tem opinião própria, não é capaz de decidir sobre o que é melhor para ela própria, que é passível de manipulação precisando, portanto, dos guardiões que a ajudem a conduzir a luta, é uma postura, no mínimo, autoritária. Embora com métodos e objetivos bem diferentes, no fundo, esse pressuposto se aproxima da postura dos “coronéis da

política”, que mantém com os seus subordinados a posição do pai que sabe o que é bom para os filhos e que, por isso mesmo, pode decidir sobre o melhor candidato para ocupar um cargo público. Debatendo com outros pensadores e elaboradores da esquerda E. P. Tompson demonstra que a teoria só é eficiente quando traz consigo algo que para ele é fundamental: a experiência humana.

“É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de ‘empirismo’. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.”¹⁹⁹

Na perspectiva de Tompson, é um equívoco recorrer aos movimentos sociais com as fórmulas prontas para dizer o que eles devem fazer. Participação não se decreta. Se promove. E, ao promover a participação, é preciso desprendimento, para deixar fluir do interior do movimento o que ele próprio conseguir produzir, a partir da experiência, das expectativas, dos desejos, das subjetividades, das reelaborações de quem estiver diretamente envolvido. Isso não quer dizer que os teóricos não tenham como contribuir nesse processo. É evidente que as fundamentações teóricas são importantes e necessárias para ajudar a pensar objetivos a serem alcançados, mas essas propostas não podem chegar ao movimento na forma de um pacote que desconsidere as experiências e as expectativas dos agentes envolvidos.

¹⁹⁸ Prefeitura Municipal de Uberlândia – Uberlândia – A prática da Democracia Participativa – Documento interno de avaliação dos 18 meses do governo Zaire Rezende (1983-1988). Não consta autor nem data certa da elaboração. Fonte obtida com Maria Terezinha Carrara Leles anteriormente citada.

¹⁹⁹ TOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Op. Cit. pág.182.

Todavia, no caso da Democracia Participativa o problema foi ainda maior. O governo não quis apenas decretar a participação. Ele quis, também, (para não dizer somente), dividir responsabilidades com a população. Isso pode ser constatado com a criação do conselho de transporte coletivo (que posteriormente transformou-se no CEC), por iniciativa da administração. Pressionado pela TRANSCOL (empresa concessionária de transporte coletivo em Uberlândia) para aumentar a tarifa, o governo convocou a população, por meio do referido conselho, para discutir o valor do reajuste da tarifa do ônibus. Ou seja, já estava definido que haveria reajuste, faltava apenas sacramentar o valor.

Ora, aumento de tarifa, de impostos, não são decisões que agradam, principalmente, porque os trabalhadores assalariados já são terrivelmente penalizados pela política econômica imposta pelo governo federal. No caso em questão, essa medida tornava-se ainda mais amarga, quando partia de uma administração que se apresentou com uma proposta de inverter prioridades e garantir melhores condições de vida para os setores populares. O conselho de transportes teria portanto, a responsabilidade de respaldar uma ação que certamente traria desgaste à imagem do governo. Neste caso, a Democracia Participativa serviu de atalho para práticas que resolveram os problemas administrativos do executivo municipal, porém, sem contribuição para os moradores.

Um governo que se propõe ser mais participativo que representativo não pode pretender somente respaldo popular para medidas amargas. Participação pressupõe, acima de tudo, mudança de postura, alavanca para que as pessoas saiam da situação de passividade e se descubram sujeitos do processo histórico. Nesse sentido, deve estar disposto não somente a receber respaldo quando necessário. O problema não se localizava apenas no fato da população organizada nos movimentos sociais respaldar a decisão de reajustar as tarifas de ônibus, mas, também, no porque de as entidades terem

sido convidadas. Elas efetivamente não participaram do processo que desencadeou aquela decisão. Ou seja, as entidades foram convocadas para ratificar uma decisão já tomada. No máximo, elas poderiam reclamar do valor que estava sendo proposto.

Pior do que ter que respaldar a medida era a falsa expectativa de participação popular e, posteriormente, a propaganda que se fez em torno do caso. Depois de passar pelo crivo do CEC, a decisão foi estampada nos jornais como um grande feito do governo participativo.

Situações parecidas ocorreram em vários outros momentos. Vimos no capítulo anterior que um dos problemas que o governo teve com o CEC²⁰⁰ (que inclusive foi o pivô para que aquela entidade assumisse uma postura um pouco mais independente do governo) foi quando aquela instância recebeu da administração uma proposta de aumento de tarifa de água. O pedido foi analisado mas havia discordâncias quanto à justificativa para o aumento. Mesmo assim, o aumento foi divulgado, posteriormente como se ele tivesse sido feito com a conivência e o respaldo das entidades.

Outros problemas que emergem da decisão da prefeitura assumir a tarefa de estimuladora das organizações sociais para ajudá-las a serem “mais eficientes” são as relações de poder que se estabelecem entre quem detém o conhecimento, e quem deve aprender. Supondo que os portadores da teoria se esforcem para respeitar a caminhada das entidades (no caso da “Democracia Participativa” do governo Zaire Rezende, penso que isso realmente existiu), e que, por isso mesmo, compreendam que a população tem suas opções e sabe como defender seus direitos, ainda assim, na prática, estabelece-se uma barreira quase intransponível. Isso se dá porque da forma como a sociedade

²⁰⁰ Depois aproximadamente seis meses de existência, aquela instância, que antes deveria ser apenas um conselho de transportes, assumiu um caráter mais amplo e transformou-se no CMEP (Conselho Municipal

moderna se organizou ao longo da história, principalmente nos países do ocidente, consolidou-se a compreensão de que quem detém o saber, detém o poder. Numa conversa com Gilles Deleuze, acerca do papel dos intelectuais na sociedade, Michel Foucault identifica esse problema:

“Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles. E elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da ‘consciência’ e do discurso também faz parte desse sistema.”²⁰¹

Dessa forma, os membros da Divisão de Apoio Comunitário da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social da prefeitura de Uberlândia eram procurados pelos representantes das entidades para resolverem questões elementares (por exemplo: explicar como se organiza uma reunião ou um convite, ajudar a resolver conflitos internos das entidades, orientar a intervenção dos moradores durante reuniões com os secretários municipais ou com o prefeito). Note que, aqui, não se trata de dizer que havia má fé por da parte da prefeitura ou das entidades. Trata-se, isso sim, de discutir as relações de poder e de dependência. Poder este que permeia todas as relações sociais como numa rede de transmissão: o prefeito é superior ao secretário, que é superior aos membros do programa de apoio comunitário, que são superiores às diretorias das entidades sociais, as quais, por sua vez, são superiores à população em geral. Tudo isso justificado não por imposição ou pela força, mas porque é “naturalmente” assim. Chauí buscaria nas raízes míticas a explicação para este fenômeno; Foucault na disciplinarização, no sistema de repressão, na moralização, enfim nas relações sociais.

de Entidades Comunitárias), com a tarefa de discutir e opinar sobre os problemas da administração municipal.

A partir do que foi possível apreender neste trabalho as duas dimensões encontram-se irremediavelmente imbricadas.

*“O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.”*²⁰²

Sendo assim, mesmo sendo perfeitamente capazes de decidir sobre os seus destinos e fazer opções, as entidades, em sua maioria (especialmente as que nasceram por estímulo e apoio governamentais), buscaram os membros da secretaria para orientá-las como intervir durante as reuniões com os secretários ou prefeitos, ou até para ajudá-las a resolver seus conflitos internos. Possivelmente, suas experiências concretas fossem mais ricas. Entretanto, sob o ponto de vista da rede de transmissão de poder, os membros da secretaria estariam mais credenciados para orientá-los dizendo o que deveria ser feito para alcançar os objetivos traçados. Por sua vez, os dirigentes da entidades sociais (especialmente os ocupantes dos cargos de presidência) que eram tratados de forma cerimoniosa pelos integrantes do poder público – distinguindo-se portanto dos outros membros – não raro assumiam a mesma condição diante do restante da população, trazendo para si a responsabilidade de sair à frente e dizer o que era melhor para o conjunto.

Nesse sentido, o poder está na simbologia do cargo e na relação que se estabelece com quem o reconhece como tal. O pensamento de Bordieu expressa com propriedade esta questão.

“No entanto, num estado do campo em que vê o poder por toda a parte, (...) é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com

²⁰¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Op. Cit. pág. 71

²⁰² Idem, pág. 8

*efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (...) as formas de classificação deixam de ser formas universais (transcendentais) para se tornarem (...) em formas sociais, quer dizer, arbitrárias (relativas a um grupo particular) e socialmente determinadas.*²⁰³

Ora, mesmo que o governo de Zaire Rezende não tivesse intenção de cooptar as lideranças e nem cometer ingerência sobre as entidades, houve, por parte dos integrantes dos movimentos, uma relação de dependência e quebra da autonomia. Prova disso é que, posteriormente, durante a gestão do prefeito Virgílio Galassi, quando a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social retirou o apoio logístico e de orientação ao movimento, houve um refluxo da organização popular. Certamente, esse foi um elemento que contribuiu e facilitou a posterior aproximação das futuras administrações com as entidades sociais, especialmente o CEC - Conselho de entidades Comunitárias. Sob esse ponto de vista, o atrelamento, seguramente, seria inevitável. Conforme dissemos no capítulo anterior, em entrevista Marvel Zanforlin (ex-presidente do CEC) deixou isso explícito, quando afirmou que, durante o governo do prefeito Paulo Ferolla, a direção daquela entidade concluiu que quem deveria lhes garantir uma sede própria era a prefeitura. Sob essa justificativa, eles ocuparam um imóvel, buscaram móveis e outros utensílios que estavam sendo trocados em várias repartições da administração. Além da estrutura física os dirigentes do CEC passaram a ser liberados para se dedicar exclusivamente ao trabalho da entidade. O mesmo recurso foi amplamente utilizado, posteriormente, em relação a dirigentes de associações de moradores, transformadas em base de apoio eleitoral.²⁰⁴

²⁰³ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Coleção Memória e Sociedade. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, págs. 7-8

²⁰⁴ Uma das formas encontradas pela prefeitura para possibilitar a remuneração era lotando a pessoa num determinado cargo de confiança de qualquer órgão da administração mas liberando-as para atuar nas entidades. Dependendo da situação e das condições essa pessoa recebia o emprego e em contrapartida dirigia a entidade. Outras vezes a liberação era feita por políticos da base de sustentação do governo, geralmente, vereadores.

Provavelmente, essa consequência tenha sido uma das mais nocivas em relação a autonomia dos movimentos. Durante o governo do prefeito Zaire Rezende, a maioria das associações de moradores mantinha um relacionamento estreito com a prefeitura.²⁰⁵ Com a mudança de governo, mudou também a postura das entidades. Uma por uma, suas direções foram sendo assumidas por pessoas afinadas com o projeto político dos governos que, claramente, tinham posturas absolutamente opostas ao anterior.

Note que o problema aqui não reside na opção política, já que esta é uma questão de foro íntimo. O problema está no pressuposto. Em uma sociedade onde culturalmente, o Estado estabelece uma relação clientelista e de troca de favores e os princípios de cidadania são substituídos por privilégios e favores, ser aliado do poder acaba sendo uma opção quase natural para quem busca a resolução dos problemas de forma setORIZADA ou individualizada. E isso, não por considerar que o projeto político vigente seja a melhor opção para eles, como cidadãos, mas por ser esta uma maior garantia de que suas reivindicações serão atendidas e, por extensão, seus projetos pessoais também. Estabelece-se, então, uma relação de subserviência entre as entidades e o poder político. Para ilustrar esse fato apresentamos, a seguir exemplos retirados dos boletins informativos de duas associações de moradores de bairros periféricos de Uberlândia. Um deles faz a seguinte afirmação:

“CASAMENTO PERFEITO

Depois de anos de divórcio, quando o município caminhava em uma direção e o Custódio Pereira continuava parado, sem receber qualquer benefício, finalmente o bairro voltou a viver um perfeito casamento com a Administração Municipal. Desde o fim do chamado trevo da morte, que cedeu lugar a uma valorizada obra para toda a cidade, o Custódio Pereira começou a receber os benefícios da administração.

Escola, passarelas, soluções para o trânsito e preocupação constante em discutir os problemas do bairro têm sido marcas da administração do Prefeito Paulo Ferolla. Hoje, as portas da Prefeitura estão novamente abertas para que

²⁰⁵ A investigação não trouxe nenhum indício da existência de remuneração de dirigentes das entidades durante a gestão do Prefeito Zaire Rezende.

*a Associação de Moradores possa fazer suas reivindicações e debater as necessidades do bairro”.*²⁰⁶

A mesma compreensão têm os moradores do Bairro Tibery. O boletim informativo da Associação de Moradores vem com a mesma linha de pensamento.

*“A Associação de Moradores do Bairro Tibery (ASMOTI) é uma instituição sem fins lucrativos que, através de sua atual diretoria, busca atender a população do bairro de forma dirigida, dentro da realidade hoje encontrada. A união faz a força. Imbuídos desse propósito, sob a presidência de José Antônio Filho, mais conhecido por Nego Moraes, diferentes moradores se reuniram, em prol da coletividade, para reivindicar, trabalhar e conquistar diversificadas melhorias para o local. Problemas e dificuldades são inerentes em todos os lugares mas, por meio desse grupo muitos ganhos podem ser presenciados em áreas como saúde, transporte, arborização, limpeza, entre outros. É importante ressaltar que qualquer tipo de benefício para comunidade requer uma ampla participação política, social e econômica, sobretudo se houver pessoas inteiramente ligadas e interessadas em colaborar para a obtenção de resultados positivos. Nesse aspecto, segundo o presidente da ASMOTI, o bairro Tibery conta com o apoio maciço do vereador e Secretário Municipal de Serviços Urbanos, Antônio Carrijo. ‘Ele é uma pessoa sensata que sempre esteve junto com a nossa comunidade.’”*²⁰⁷

As características autoritárias presentes na sociedade brasileira, particularmente no que diz respeito a forma de lidar com o poder, exercem influência de diversas formas. No caso em questão quando o prefeito Zaire Rezende e sua equipe, decidiu que a população deveria participar, agiu como se isso fosse uma concessão e não um direito. Por seu lado, os representantes dos moradores que também entendem a participação como concessão, reconhecem os benefícios e, embora para obtê-los tenha exigido dos mesmos, mobilização e pressão, mesmo assim, sua garantia não são vistos como direito do cidadão, mas como um favor prestado pelo poder público.

Caso típico aconteceu com a Associação de Moradores do Conjunto Alvorada quando a população se mobilizou para exigir algumas melhorias como pavimentação, construção da praça, posto de saúde e outros benefícios importantes para melhorar a

²⁰⁶ CUSTÓDIO PEREIRA - Órgão Informativo da Associação de Moradores do Bairro Custódio Pereira – Outubro, 1995.

qualidade de vida daqueles habitantes. Apesar da afirmação de uma moradora que esteve à frente dos trabalhos de que as benfeitorias tenham sido resultadas de muita luta, a manchete de um jornal local ao afirmar que as mesmas significavam mais um presente da administração Zaire Rezende, parecem justificar uma compreensão dos próprios beneficiados. Exemplifica isso, o fato de que durante a solenidade de entrega da pavimentação, que fez parte das comemorações do aniversário da cidade, em nome da diretoria da Associação foi lida uma carta de agradecimento ao prefeito por todos os benefícios concedidos inclusive o asfalto, o posto de saúde e a praça. E isto, não quer dizer que a diretoria da Associação de Moradores fosse atrelada à administração. O que está em discussão, nesse caso, é uma questão de fundo, de concepção. Aqui ficou evidente, a relação de favor que se estabeleceu entre o poder político e a população. Mesmo sendo atribuição do Estado garantir a realização de obras que possibilitem a qualidade de vida dos moradores, mesmo que isso não tenha sido cumprido sem a mobilização e pressão dos mesmos, ainda assim, o Estado entrega as obras como um presente, e a população agradece.

Evidentemente, não se trata de um caso particular da Associação de Moradores do Conjunto Alvorada. No capítulo anterior, vimos que os dirigentes daquela entidade eram pessoas que, em princípio, procuravam manter uma relação de independência e até crítica diante da administração pública municipal. O problema é que o agradecimento pelos benefícios recebidos como um favor advém da cultura política desses moradores, características presentes na sociedade brasileira. No aspecto social a população majoritariamente é submetida às péssimas condições de vida, em função, sobretudo da má distribuição de renda e da ausência do Estado para interferir nesse processo. No aspecto cultural a sociedade sofre cotidianamente imposições de valores dos setores

²⁰⁷ Informativo da ASMOTI - Associação de Moradores do Bairro Tibery, nº 01 – Março de 1999, pág. 1

dominantes e no campo político, assume o primeiro plano uma cultura autoritária na forma de se relacionar com o poder instituído. Por isso mesmo, quando analisamos os movimentos sociais e até os governos que se propõem a construir novas relações sociais, percebe-se que na prática cotidiana, paradoxalmente, eles expressam posturas ao mesmo tempo avançadas e conservadoras.

Dissemos acima que, após 1989, quando o prefeito Virgílio Galassi retornou para a administração da prefeitura de Uberlândia, num primeiro momento houve um refluxo da organização das entidades populares, especialmente das associações de moradores. No decorrer dessa administração, principalmente a partir do segundo ano, poderíamos dizer que a conjuntura nacional e internacional era completamente diferente daquela verificada nos primeiros anos da década de 1980. Internamente, embora a sociedade brasileira ainda estivesse vivendo o processo de transição política,²⁰⁸ já não se sustentavam mais administrações com características totalmente autoritárias.

Externamente, o mundo todo assistia ao desmoronamento dos regimes socialistas nos países do Leste Europeu, e isto, sem dúvida, frustrou muitas lideranças atuantes dos movimentos sociais, que viam, naquelas organizações, referências de luta com o objetivo de alcançar o socialismo. Junto com a frustração, veio a descrença e o desânimo, levando muitos daqueles integrantes dos movimentos a desacreditarem e abandonarem a militância. O vácuo deixado por esses agentes que vislumbravam projetos políticos mais amplos, foi concomitantemente, sendo ocupado por outros atores, cujos objetivos pessoais e imediatistas assumiam o primeiro plano. Some-se a

²⁰⁸ Desde o início do governo do Presidente João Batista Figueiredo a grande imprensa e a maioria dos políticos brasileiros afirmavam que o Brasil estava vivendo um momento de transição do processo de evolução do Estado ditatorial militar para o Estado democrático. A explicação para esse fato é que, mesmo após as eleições presidenciais ocorridas em 1989, o Estado e a própria sociedade brasileira ainda estavam numa fase de readaptação ao novo regime político, porque as mudanças estavam se dando ininterruptamente, mas de forma lenta e gradual, como os próprios governos militares faziam questão de afirmar.

esses dois elementos a discussão acerca do papel do Estado “*na desorganização das forças potencialmente capazes*”²⁰⁹ de romper com as estruturas vigentes e construir novas relações, discutidas no início deste capítulo, e está formado um quadro que aponta novos rumos no relacionamento entre o poder político e os movimentos sociais.

Embora tenhamos priorizado até aqui na discussão sobre o Projeto da Democracia Participativa, os equívocos cometidos devido à ausência de uma reflexão mais profunda acerca dos objetivos a serem alcançados, não há como negar que houve avanços no sentido de forjar mudanças. Felizmente, a história é ambígua e, por isso mesmo possibilita que os sujeitos estejam constantemente reelaborando, reaprendendo e reconstruindo novas possibilidades. O que emerge deste movimento é considerado como avanço ou retrocesso, dependendo de quem avalia. O que importa no entanto é perceber que a história não é estática e nem chega a um fim. Seu eterno movimento vai traçando rumos e construindo novos caminhos por vezes tortuosos. Mas são novos. Exatamente devido a essa dinâmica a história não permite reedição de posturas. O embate travado entre as forças políticas e sociais exige as mudanças de posturas, mesmo que por vezes, alguns princípios tenham que ser contrariados.

Esse é o pressuposto que leva à conclusão de que a administração do prefeito Zaire Rezende, foi um marco para provocar mudanças no município de Uberlândia tanto no campo político administrativo quanto no relacionamento com os movimentos sociais existentes na cidade. O retorno dos setores conservadores ao comando do executivo municipal em 1989, representado pelo então prefeito Virgílio Galassi, não foi o mesmo. Também ocorreram mudanças no interior da sociedade organizada nos movimentos sociais, especialmente na forma de se relacionar com o poder público.

²⁰⁹ SAES, Décio. *República do Capital – Capitalismo e processo político no Brasil*. Op. Cit. pág. 51

Ou seja, diante de uma conjuntura diferente, temos posturas políticas diferentes e relações sociais também diferentes. O refluxo do CEC e da maioria das associações de moradores na condução dos trabalhos devido à retirada do apoio técnico e logístico por parte da prefeitura à partir do retorno do prefeito Virgílio Galassi, foi temporário.

Antes mesmo do processo eleitoral de 1988, já estavam acontecendo mudanças. As disputas pela direção das associações de moradores, do movimento sindical ou de outras formas de organizações sociais, foram ficando cada vez mais acirradas. Conforme dissemos acima, mesmo com problemas, a proposta da Democracia Participativa deu destaque ao papel da organização popular no sentido de interferir na condução do processo político em Uberlândia. Por outro lado, os setores de esquerda ligados, principalmente, à Igreja Católica e ao PT ainda viam na organização popular, um espaço importante para provocar mudanças estruturais da sociedade.

O destaque dado ao trabalho desenvolvido pelas entidades, centrando as atenções nas lideranças, o estreitamento das relações da população com o governo, inclusive prefeito, secretários e até vereadores, foi todavia um elemento importante para que algumas pessoas vislumbrassem tais organizações, mais notadamente as associações de moradores, como um espaço importante para se construir uma base eleitoral, para si, e para negociar apoio a outros políticos.

Ivan Miguel viveu isso de perto, tendo em vista que a entidade a qual presidia – CEC – tinha como uma de suas principais atribuições a responsabilidade de coordenar os processos eleitorais das associações de moradores e de outras entidades afiliadas.

“Então durante os últimos tempos (gestão do prefeito Zaire Rezende) que eu tive no Conselho de entidades por exemplo, as eleições das Associações de Moradores tava virando uma verdadeira guerra. (...) Dentro da prefeitura a Niza Luz (Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social) começou a encaminhar uma outra visão de tentar pelegar e utilizar, simplesmente o

conselho. E logo em seguida né, já começou também o pessoal mais à direita (ligado ao Virgílio Galassi) a tentar ver a importância que tinha isso e já começaram a colocar pessoas dentro disputando as associações de moradores também. (...) Então nos dois últimos anos, todo final de semana eu tava num bairro tentando conciliar, tentando fazer as eleições o mais representativo possível. Que às vezes um grupo ganhava a eleição, outro grupo montava outra Associação paralela com outro interesse político. Então a visão política que começou, político partidária a tentativa de partidarizar o Conselho, foi um dos principais fatores do início aí da decadência.”²¹⁰

Dissemos anteriormente que o refluxo da organização popular e do CEC, após a posse do prefeito Virgílio Galassi (1989-1992), foi passageiro. Embora algumas pessoas ligadas ao novo grupo já estivessem buscando proximidade e disputando as direções das entidades, nos dois primeiros anos daquela gestão, foi mantido um certo distanciamento. Isso, porque as associações de moradores ou outras entidades que já se afinavam com o projeto político vigente não tinham o mesmo apoio da administração anterior, mas também não eram desconsideradas e ignoradas como antes de 1982. De maneira particular, o trabalho que era desenvolvido junto às creches comunitárias, não só foi mantido, como foi melhorado em alguns aspectos, inclusive salarial.²¹¹

“Aí entrou o secretário, o Joel Cupertino (...) Era uma beleza. O Joel Cupertino foi um avanço pra nós, imenso. E a gente continuou fazendo as reunião, mandando as cartas, os ofícios, pedindo os aumento. Aí a gente começou a ganhar mais de dois salários mínimos. (...) Cada pessoa. E ele questionava como a gente, que não era justo todo mundo Ter a mesma função. Ser todo mundo babá, que não era todo mundo babá, que deveria Ter diferenças de... como que fala? De cargo, de função. (...) Aí surgiu a cozinheira, a serviços gerais e a auxiliar de creche. A gente não queria auxiliar de creche, não é auxiliar de creche. A gente era um educador. Mas aí ficou, no estudo que eles fizeram lá, auxiliar de creche. Aí diversificou o salário. Era tanto, e era bom. O salário naquela época era bom mesmo. (...) Aí a gente conseguiu ganhar igualzinho o servidor público, entendeu.”²¹²

²¹⁰ Ivan Miguel Costa. Entrevista concedida à Wilma Ferreira de Jesus em 12 de janeiro de 2001. Grifos meus.

²¹¹ Informação de Claudiana Maria Moraes, dirigente da CCAU.

²¹² Claudiana Maria de Moraes. Entrevista concedida a Wilma Ferreira de Jesus e Jorgetânia da Silva Ferreira em 20 de janeiro de 2001.

Esse é um caso que vale a pena analisar pois ele denota que no seu pressuposto a administração do Prefeito Virgílio Galassi embora com uma “roupagem nova” não se distanciou das práticas anteriores. Vimos, nos capítulos anteriores, que as questões sociais dos governos que precederam a administração Zaire Rezende eram tratadas como obras de caridade e que a administração sempre apoiou as iniciativas das entidades filantrópicas no sentido de resolver os problemas de saúde, moradia e outros. Nesse caso, embora o momento fosse outro e a entidade em questão não tivesse, em nenhum momento, o objetivo de realizar um ato de caridade, a manutenção e até melhoria do apoio logístico às creches comunitárias existentes em Uberlândia, não estavam de forma alguma rompendo com as práticas implementadas nos governos anteriores.

No que diz respeito às associações de moradores, a aproximação foi se dando aos poucos. Da parte da administração, havia um certo interesse em buscar a proximidade. Além da conjuntura política que já exigia governos com aparência mais democrática, a prática da Democracia Participativa abriu um canal que, se fosse definitivamente fechado poderia trazer aborrecimentos desnecessários. Contudo, embora este fosse um elemento conjuntural importante, o que havia de mais vantajoso era a possibilidade de garantir uma sólida base eleitoral e consolidar a hegemonia política dos setores conservadores da cidade colocadas em risco durante a gestão anterior. Para atingir tal objetivo, conforme já dissemos anteriormente, o CEC cumpriu um papel fundamental.

No processo de disputa das eleições das associações de moradores, os dirigentes que afinavam com a posição política da administração municipal, sob o comando de Virgílio Galassi, foram aos poucos assumindo a direção do CEC.

Nas associações de moradores, as disputas pelas direções das mesmas tornaram-se cada vez mais acirradas, especialmente nos bairros mais populosos da cidade. As chapas passaram a ser compostas, não em função de propostas, mas em torno dos partidos ou de políticos que queriam manter sua base de apoio, ou de candidatos a algum cargo eletivo. Passou a prevalecer as afinidades eleitorais de seus componentes e, por isso mesmo, eram identificadas como sendo do PT, do PFL, do PMDB ou do vereador ou candidato fulano de tal. A pluralidade e a independência diante do poder político, que deveria ser uma das principais características dos movimentos sociais perderam-se nesse processo. No final dos anos de 1990 em Uberlândia, as associações de moradores, principalmente, tornaram-se além de base eleitoral, extensão de poderes instituídos. Dirigidas em grande número, por assessores de vereadores ou por aliados que, também, em sua maioria, eram funcionários da prefeitura, o trabalho das entidades ficou completamente descaracterizado. Assim, como na gestão do prefeito Zaire Rezende, as entidades não se organizaram para se auto-sustentarem financeiramente e buscaram apoio nos gabinetes dos políticos. Nessa condição, os informativos das entidades transformaram-se mais em veículos de propaganda política do que um instrumento para fomentar a participação dos moradores. Exemplo dessa assertiva pode ser observado no boletim informativo da Associação de Moradores do Bairro Residencial Gramado, em Uberlândia. Fazendo uma avaliação dos trabalhos desenvolvidos pela entidade durante o ano de 1995, o editorial trás o seguinte trecho :

“A quadra de esportes estava a mais de um ano desativada e após muita luta conseguimos sua reforma através do vereador ONOFRE DE OLIVEIRA. Com a ajuda da SECRETARIA DE ESPORTES que nos doou bolas de voleibol, futebol de salão, camisas para treino, reativamos nossa escolinha de futebol, que voltou a funcionar a todo o vapor com noventa garotos inscritos em três períodos diferentes.”²¹³

²¹³ Veículo Informativo da Associação de Moradores do Residencial Gramado. Ano 1, dezembro de 1995, nº 4 – Grifos do próprio texto.

Postura semelhante àquela adotada pelas associações de moradores também foi verificada no CEC. A entidade foi transformada em palanque, principalmente, depois que Marvel Zanforlim assumiu a presidência. Ele mesmo deixou isso explícito quando afirmou em entrevista que, durante as campanhas eleitorais, abria a entidade para os partidos e para os políticos fazerem atividades, reuniões, churrascos e outras do gênero, em busca de votos. O problema não estava em abrir a sede da entidade para que os partidos fizessem suas atividades. Se fosse feito igualmente por todos, respeitando a pluralidade da sociedade, seguramente, isso mostraria uma postura democrática. Ocorre que essas atividades eram desenvolvidas apenas pelos partidos aliados da administração municipal, especialmente, pelo PFL do qual ele era filiado.

Para as pessoas que buscavam a organização popular com objetivo de fazer daquele espaço um instrumento de mudanças e luta contra a dominação, essa reorientação significou um grande retrocesso. Numa espécie de lamentação, Ivan Miguel estabelece uma comparação entre os sonhos que foram se perdendo com o afastamento das lideranças dos movimentos sociais e a ocupação das entidades (mais notadamente o CEC) que ele presidira, por pessoas que visavam atingir objetivos muito mais pessoais do que coletivos.

“Essa ideologia perdeu o, o, perdeu o fundamento repentinamente e isso dificultou demais também. Então várias lideranças afastaram. O movimento sindical deu uma queda muito grande. Os sindicatos desapareceram totalmente do Conselho. As associações ficaram muito mais fácil né? Nisso então a prefeitura começou a fazer o trabalho de aliciamento. Então isso mudou totalmente o perfil porque o pessoal mais politizado e que tinha uma visão de transformação, eles perderam totalmente o espaço. Foi uma coincidência da derrocada do Zaire mais a conjuntura internacional.”²¹⁴

Foi uma espécie de efeito dominó. Primeiramente, o CEC e, depois, as associações de moradores, uma a uma tiveram suas direções sendo assumidas por

pessoas com perfil conservador e aliadas à administração. Incluem-se entre elas até mesmo aquelas que, desde sua fundação, mantinham uma postura crítica e independente, inclusive em relação a Zaire Rezende como as Associações de Moradores do Conjunto Santa Rosa, Jaraguá e outras. Não foram poucos os casos em que as diretorias, mesmo quando demonstravam ter posturas independentes e críticas, após serem eleitas e assumirem o trabalho, tornaram-se aliadas e defensoras dos projetos da Prefeitura Municipal.

A compreensão de que um projeto social não brota do nada, mas resulta do embate travado cotidianamente no interior da sociedade, aponta que seria um equívoco atribuir apenas ao poder público a responsabilidade por essas mudanças. Essa é uma análise que carece de uma reflexão mais sutil e mais apurada. Nesse sentido torna-se imprescindível reconhecer nos agentes envolvidos (mais notadamente nos dirigentes das entidades populares) sua capacidade de fazer escolhas de acordo com os interesses individuais ou coletivos que os afetam. Para Bronislaw Baczko, as opções dos indivíduos são originárias do que ele denominou de imaginário social.

“Com efeito, o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade arrastando os indivíduos para uma ação comum.”²¹⁵

Por isso mesmo, longe de manterem posições uniformes ou homogêneas, muitas vezes os integrantes das entidades sociais, objetos desse estudo, ao mesmo tempo em que refletem e expressam na prática cotidiana suas preocupações em lutar para combater a dominação e as injustiças sociais, não raro apresentam também, na forma como

²¹⁴ Ivan Miguel Costa. Entrevista concedida à Wilma Ferreira de Jesus em 12 de janeiro de 2001.

conduzir os trabalhos desenvolvidos pelas entidades, posturas individualistas, conservadoras e autoritárias.

Ora, com vimos anteriormente, é comum percebermos no interior da sociedade brasileira práticas extremamente autoritárias sendo que os direitos de cidadania são constantemente substituídos pelas relações de privilégios e de concessão, e que por isso mesmo “*as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relações de hierarquia, em mando e obediência.*”²¹⁶ Evidentemente, essas práticas se refletem em todos os espaços sociais, inclusive nos movimentos populares. Exemplo dessa assertiva pode ser observado na própria constituição de suas direções. A obediência da hierarquia dos cargos como presidente, secretário, tesoureiro, não cumprem apenas uma exigência legal para reconhecimento jurídico. Simbolicamente sua composição expressa na prática a divisão e a hierarquia social. Os ocupantes dos cargos por suas vez, internalizam e introjetam estas diferenças passando a reproduzir no interior das entidades e fora delas, as relações de dominação existentes na sociedade. Para Antônio de Almeida, a forma diferenciada como são tratadas as lideranças das entidades por parte dos poderes instituídos acaba se refletindo também na forma como as mesmas se relacionam em suas respectivas comunidades. Segundo ele,

(...)

“é muito comum perceber-se que o tratamento respeitoso e cerimonioso dispensado aos dirigentes dessas entidades por parte dos poderes constituídos, distinguindo-os dos demais moradores do Bairro, muitas vezes acaba sendo

²¹⁵ BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social em: *Enciclopédia Einaudi* – Volume 5 - Anthropol - Homem Lisboa – Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pág. 311.

²¹⁶ CHAUI, Marilena. Cultura popular e autoritarismo in: *Conformismo e Resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1994, pág. 52.

*introjetado pelos próprios dirigentes, funcionando como paradigma para suas relações no interior do movimento.*²¹⁷

No campo do imaginário, “os indivíduos se distribuem imediatamente em superiores e inferiores, ainda que alguém superior numa relação possa tornar-se inferior em outra, dependendo dos códigos de hierarquização que regem as relações sociais e pessoais.”²¹⁸

Observando os cerimoniais dos eventos promovidos pelo poder público e mesmo pelas entidades sociais, é possível perceber que tanto em um como no outro lado se expressam esta hierarquização do poder que compõe o imaginário social. Tudo é organizado de tal forma que o cidadão comum (no caso do poder público) ou membros não ocupantes de cargos (no caso das entidades) figuram como meros coadjuvantes durante os eventos. São compostas mesas enormes com pessoas ilustres que em geral são detentores de algum cargo de destaque. Da mesma forma, o uso da palavra pelas pessoas que compõe a mesa se dá de acordo com a nível de importância. Nestas condições, a exemplo do que ocorre nos organismos oficiais, os dirigentes das entidades assumem posições diferenciadas dos outros membros da comunidade. Neste caso, mesmo que de forma simbólica, as entidades sociais que supostamente deveriam ser portadoras de projetos e de práticas inovadoras, reproduzem no seu interior a mesma relação de dominação que afetam a sociedade como um todo.

Refletindo sobre o significado e a dimensão do imaginário social na constituição das relações sociais Baczko identifica a força dos símbolos na definição dos comportamentos individuais e coletivos, dizendo que

²¹⁷ ALMEIDA, Antônio de. *Movimentos Sociais e História Popular – Santo André nos Anos 70 e 80*. Coleção Onde está a república?. Marco Zero, São Paulo 1992, pág. 113.

²¹⁸ CHAUI, Marilena. *Cultura popular e autoritarismo*. Op. Cit. 54

“ Os mais estáveis dos símbolos estão ancorados em necessidades profundas e acabam por se tornar uma razão de existir e agir para os indivíduos e para os grupos sociais. Os sistemas simbólicos em que se assenta e através do qual opera o imaginário social são constituídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações.”²¹⁹

Da mesma forma, Pierre Bordieu reconhece nos sistemas simbólicos uma forma efetiva e consentida de exercer a dominação de uns sobre os outros. Para ele

“é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, (...) para a domesticação dos dominados.”²²⁰

Ora, nesse caso, para romper com as práticas de dominação, é necessário, antes de tudo, reconhecê-las como tal na sociedade. Por mais bem intencionadas que sejam as pessoas, se elas não tiverem sensibilidade, desprendimento e disponibilidade para identificá-las, dificilmente poderão fazer emergir novas relações no interior da sociedade. Nessa perspectiva, não basta atuar nas entidades, é preciso identificar nas práticas experimentadas cotidianamente, em que medida elas são portadoras de mudanças ou, pelo contrário, reforçam os mecanismos de dominação e as injustiças sociais.

Não é preciso ser um cientista social para compreender que na sociedade brasileira contemporânea os projetos individuais têm prevalecido sobre os projetos coletivos. Se, nas décadas de 1970 e 1980, quando da eclosão dos movimentos

²¹⁹ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. Op. Cit., pág. 311.

²²⁰ BORDEAU, Pierre. *O poder simbólico*. Op. Cit., pág. 11

populares no país pessoas que participavam dos mesmos, majoritariamente apostavam em um outro tipo de sociedade, hoje, a desilusão provocada por um número enorme de fatores anteriormente discutidos, está levando as pessoas a buscarem de forma cada vez mais intensa a realização pessoal. *“É comum ouvirmos a expressão: ‘agora vou cuidar do meu lado pessoal, vou cuidar de mim e da minha afetividade’, como se não tivesse acontecido nenhum tipo de investimento na subjetividade, mesmo nos momentos mais efervescentes das lutas sociais.”*²²¹ Esta separação do que é pessoal do que é coletivo, se por um lado tem levado as pessoas a se enclausurarem cada vez mais em si mesmas, nos espaços da família, dos pequenos grupos, fugindo da esfera pública, por outro tem levado outras a participarem das organizações sociais, ou até mesmo dos cargos públicos, muito mais para se beneficiarem pessoalmente, do que para ser um agente portador de mudanças.

²²¹ BARCELOS, Tânia Maia. *Com que roupa eu vou pro samba?* Dissertação de Mestrado em Psicologia

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de que a história é resultado das disputas travadas entre as forças políticas e sociais no interior da sociedade foi o pano de fundo que norteou as reflexões da pesquisa. Buscando resgatar, historicamente, alguns elementos explicativos do processo constitutivo da trama que envolve o relacionamento entre o poder público e os movimentos sociais em Uberlândia, a pesquisa pretendeu alcançar, algumas evidências que pudessem responder às indagações que motivaram a investigação.

Para alcançar tais objetivos optamos por dividir o trabalho em três capítulos com objetivos definidos.

No primeiro capítulo, evidenciamos as ações político-administrativas dos agentes que ocuparam os espaços institucionais de poder, ao longo da história de Uberlândia, objetivando destacar, nas medidas político-administrativas, os projetos e os objetivos vislumbrados por seus administradores ao longo da história.

Com todas as suas peculiaridades, veio à tona a compreensão de que o processo de urbanização da cidade, bem como as concepções administrativas de seus gestores, não se diferenciaram do contexto nacional. As premissas que nortearam suas ações estiveram ancoradas nas concepções liberais de Estado e visaram, fundamentalmente ao fortalecimento do capital econômico. Fiéis a esse projeto, as ações políticas dos agentes que estiveram à frente da administração foram arrojadas. Tendo como meta fazer de

Uberlândia um significativo centro comercial, inúmeras foram as ações políticas para garantir que a cidade estivesse incluída no traçado da estrada de ferro e de rodovias que ligavam o norte e o sul do país. Desde a instauração da usina de energia elétrica na cidade, a luta desenvolvida pela federalização da Universidade, a criação de cursos profissionalizantes até a instalação do setor industrial, tudo foi feito visando, fundamentalmente, um único objetivo: fortalecer o capital econômico. Evidentemente que para atingir tais objetivos seus implementadores tiveram que contar com alguns elementos fundamentais. O primeiro e mais importante deles foi o imaginário grandiloquente de cidade predestinada ao progresso e ao desenvolvimento, tendo no passado histórico apenas uma referência para o presente, objetivando projetar um futuro grandioso. Nesse sentido, a memória da cidade foi resgatada e contada, evidenciando as ações dos seus obstinados e abnegados empreendedores com vistas a confirmar o presente e projetar um futuro inevitável: a grandeza, a modernidade, a opulência e outros adjetivos que envaidecem os seus habitantes.

Discutindo o papel social da história e do historiador, Josep Fontana afirma que “desde os começos, nas manifestações mais primárias e elementares, a História tem tido sempre uma função social – geralmente a de legitimar a ordem estabelecida -, ainda que tenha tendido a mascará-la, apresentando-se com a aparência de uma narração objetiva de acontecimentos concretos.”²²² Afirma também que

*“toda visão global da história constitui uma genealogia do presente. Selecciona e ordena os fatos do passado de forma que conduzam em sua seqüência até dar conta da configuração do presente, quase sempre com o fim, consciente ou não, de justificá-la. Assim o historiador nos mostra uma sucessão ordenada de acontecimentos que vão encadeando-se até dar como resultado “natural” a realidade social em que vive e trabalha, enquanto que os obstáculos que se opuseram a esta evolução não nos são apresentados como regressivos, e as alternativas a ela, como utópicas.”*²²³

²²² FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Baurú, EDUSC, 1998, pág. 15.

²²³ Idem, pág. 9

Uma análise mais atenta de obras, como as de Tito Teixeira (*Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central*) de Pedro Pezzutti (*Município de Uberabinha*), leva-nos a concluir que a elaboração de todas elas visavam a alcançar um objetivo comum: consolidar o modelo de progresso e desenvolvimento implementado pelas classes dominantes na cidade de Uberlândia. Parafrazeando Tompson, tivessem os nativos da região do Triângulo Mineiro, os trabalhadores pobres e os negros escravizados e depois libertos, deixado algum arquivo “repleto de documentos para os historiadores examinarem”²²⁴, talvez não fosse possível elaborar uma idéia tão poética e ufanista que se construiu sobre a cidade. Talvez os bandeirantes que expropriaram e mataram os indígenas não fossem, hoje, tão reverenciados como heróis. Talvez Virgílio Galassi, que governou a cidade por quatro gestões e foi homenageado pela Câmara Municipal, no final do ano 2000, como Prefeito do Século, tivesse sido cobrado por administrar a cidade com suas atenções voltadas para atender, em grande medida, os interesses dos mais abastados. Talvez a população fizesse reverências aos mártires anônimos que sucumbiram, desde o final do século XVII, para dar lugar aos precursores do progresso e do desenvolvimento.

Nessa perspectiva, as fontes historiográficas (jornais, revistas, fotografias e outros) e os escritos dos memorialistas levam pesquisadores menos atentos a compreender a história de Uberlândia como se sua população fosse absolutamente homogênea e o projeto implementado nunca tivesse sido contestado por seus habitantes. O conflito social, nas poucas vezes em que foi evidenciado, acabou sendo tratado como responsabilidade de forasteiros que vinham de outras cidades para trazer a discórdia.

²²⁴ TOMPSON, E. P. *Costumes em Comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Op. Cit. pág. 26.

Contudo, mesmo que tais registros existissem, talvez muitos desses historiadores tradicionais não se sentissem atraídos por contar uma história que desviasse a atenção dos “abnegados” líderes empreendedores e para retratar a vida dura e árdua da maioria da população que aqui nasceu ou chegou, tendo que amargar com as injustiças e desigualdades de uma cidade repleta de contradições, como tantas outras. Com certeza, essa opção exigiria um descomprometimento com a construção de uma imagem de heroísmo e bravura dos homens que, em sua maioria absoluta, administraram ou ocuparam os vários espaços institucionais de poder da cidade, com o objetivo de beneficiar e privilegiar alguns em detrimento da grande maioria dos seus habitantes. Seriam necessárias opções diferenciadas dos autores citados. Seria necessário contar uma outra história.

No segundo capítulo, procuramos analisar o surgimento dos movimentos sociais em Uberlândia, com destaque para alguns aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito ao momento histórico e conjuntura brasileira daquele momento. Tais aspectos são importantes para se compreender o cenário político da cidade e para perceber até que ponto a conjuntura contribuiu para que a população de Uberlândia se sentisse impulsionada para se organizar nos movimentos sociais. O segundo aspecto foi perceber as reais condições de vida da população, as quais são desconsideradas pelo discurso grandiloquente da cidade.

Por último, ao optarmos por um estudo de três entidades (Associação de Moradores do Conjunto Alvorada, Associação de Creches Comunitárias e Associadas de Uberlândia e Conselho de Entidades Comunitárias), a preocupação primeira não foi a de fazer uma análise exaustiva e detalhada de todo o trabalho ali desenvolvido, mas a abordagem de aspectos que serviram de referência para tratar o relacionamento entre

elas e o poder público municipal, evidenciando os momentos em que ocorreram as aproximações e os distanciamentos entre ambos, no período de 1982 a 2000.

No terceiro capítulo, as atenções estiveram voltadas para discutir as implicações desse relacionamento na proposição e na construção de projetos sociais para Uberlândia e o significado disto para a população em geral. O caminho traçado para fazer essa análise priorizou três tipos de abordagens. O primeiro foi compreender as características da sociedade brasileira e, por conseguinte, da uberlandense, buscando apoio nas reflexões de Marilena Chauí, a qual que identifica no “*mito fundador (...) a matriz teológico-política*”²²⁵ do autoritarismo que se repete “*em todas as esferas da vida social (da família ao Estado, passando pelas relações de trabalho, pela escola, pela cultura)*” e que, ao longo do tempo, foram elementos importantes na definição dos projetos políticos e sociais na história do Brasil.²²⁶ Ainda dentro da perspectiva de análise das características da sociedade brasileira, foi abordado o papel que o Estado, enquanto instituição pública, tem cumprido, no sentido de implementar medidas políticas que visam garantir a hegemonia dos detentores do poder econômico, bem como implementar ações no sentido de enfraquecer as lutas sociais.

Sob a luz das reflexões anteriores, num segundo momento, analisamos o projeto de Democracia Participativa do Governo Zaire Rezende (1982-1988), objetivando compreender, fundamentalmente, como se deu a participação dos setores populares no sentido de opinar sobre as ações políticas de seu governo. As investigações levaram à conclusão, que mesmo cheio de boas intenções, a administração do prefeito Zaire Rezende, foi equivocada na forma de compreender e possibilitar a participação popular,

²²⁵ CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados, Op. Cit. pág. 20. O mesmo tema é tratado pela mesma autora na obra *História Brasileira – Brasil – mito fundador e sociedade autoritária*. Op. Cit.

²²⁶ CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. Op. Cit. pág. 20

e mais ainda, quando buscou nos movimentos sociais, respaldo para algumas medidas impopulares como aumento de tarifas de ônibus, água e outras, sem que as mesmas tivessem participado efetivamente das decisões.

Por último, considerando as questões objetivas e subjetivas que compõem o imaginário social e as relações de poder na sociedade uberlandense, o terceiro capítulo tentou fazer uma análise dos elementos que possibilitaram as mudanças de postura dos movimentos sociais com relação ao poder público municipal, procurando compreender como as entidades populares, especialmente a partir do início da década de 1990, passaram a assumir uma postura de base eleitoral dos políticos em detrimento das formas de luta e organização popular autônomas.

Nesse sentido, o caminho percorrido neste trabalho, desde o primeiro capítulo, perseguiu as ações dos agentes envolvidos, não para confirmar o que já supunha, mas, pelo contrário, para buscar explicações que permitissem melhor compreender o relacionamento entre o poder público e os movimentos sociais.

Sob o ponto de vista da minha condição de militante (lugar social de onde partiram as indagações iniciais desta pesquisa), que percebe na sociedade contemporânea uma condição de injustiça e dominação por parte dos detentores dos poderes econômico e político, a pesquisa levou-me a compreender que o caminho trilhado, por parte de quem ocupou os espaços de poder instituído e pelos integrantes dos movimentos sociais, em vários aspectos, tem contribuído para manter a mesma condição social.

Sem querer tirar conclusões definitivas, já que muito ainda se tem a investigar e discutir sobre os elementos que definem as opções dos agentes envolvidos, penso que, para projetar um futuro diferente do que o presente faz pressupor, é fundamental dar

continuidade à reflexão e responder a uma pergunta que, terminando esse trabalho, ainda continua no ar: quais as razões para que os setores progressistas disputem os espaços públicos de poder instituído e a direção de entidades sociais; e, mais do que isto, o que fazer uma vez empossados nestas instâncias de poder?

Para responder a essas indagações, parece ser importante partir da compreensão de que, ao contrário da forma como comumente o exercício do poder é visto pelos setores progressistas, ele não pode ser considerado como algo necessariamente negativo. A desconfiança cada vez maior com que a sociedade (com razão) tem encarado essa questão não é originária do poder em si, mas da forma como ele é utilizado. Sem alterações substanciais que apontem para novas formas de relações sociais, o poder instituído, de maneira geral, tem atendido muito mais aos interesses de projetos pessoais do que aos coletivos. Nesse caso, o problema não está no poder em si, mas na desconfiança que o seu exercício estabelece em relação a outras pessoas. Conforme Bronislaw Baczko, *“o poder estabelecido protege a sua legitimidade contra aqueles que a atacam, quando mais não seja pondo-a em dúvida. Imaginar uma contra-legitimidade, um poder fundado numa legitimidade diferente daquela que se reclama a dominação estabelecida, é um elemento essencial do acto de por em causa a legitimidade do poder.”*²²⁷

Pensá-lo e exercê-lo com perspectivas de mudanças portanto, são atitudes que pressupõem, acima de tudo, disponibilidade e desprendimento, até porque, além de estar em jogo os bens materiais, os salários, os benefícios de um indivíduo ou de um setor da sociedade, o exercício do poder instituído também alimenta expectativas subjetivas. Alterar esse estado de coisas não é uma tarefa fácil e nem pressupõe a absolvição ou a

²²⁷ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. Op. Cit. pág. 110.

condenação dos agentes envolvidos. O livre arbítrio, todavia não quer dizer isenção de responsabilidades pelas escolhas, nem muito menos que elas não possam ser mudadas.

FONTES DE PESQUISA

PUBLICAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DE UBERLÂNDIA

NASCIMENTO, Dorivaldo Alves do. *Histórico e Dados Atuais de Uberlândia* – Câmara de Vereadores – Uberlândia/MG – Sem data de publicação.

_____. *Uberlândia – Hoje – Publicação do vereador Dr. Dorivaldo Alves do Nascimento* – Uberlândia/MG, 1982.

_____. *Uberlândia, 1985* – Câmara Municipal de Uberlândia, 1985.

PINHEIRO, Prof. Lucindo. *Manual de História de Uberlândia* - Monografia – 1995.

OUTRAS

PROPOSTA PARA A AÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL – Uberlândia/MG – Proposta de Programa de Governo do candidato a prefeito de Uberlândia, Zaire Rezende (PMDB) – Pleito Eleitoral de 1982.

PROPOSTAS ELEITORAIS DE VÁRIOS CANDIDATOS – Pleitos Eleitorais de 1988, 1992, 1996, 2000.

MOSTRA NOSSAS RAÍZES – Sua história começa aqui – Museu Municipal - Projeto Nossas Raízes - Prefeitura Municipal de Uberlândia – Secretaria Municipal de Cultura e de Serviços Urbanos, 2000-2005.

JORNAIS E REVISTAS

Jornal A Notícia – números diversos

Jornal Correio de Uberlândia – 1981-1989

Jornal Participação – Números diversos - 1985-1986

Jornal Primeira Hora – 1981-1988

MINAS EM REVISTA – Órgão dos Municípios Mineiros – Ano IV – nº 48 – Dezembro de 1983.

REVISTA A GRANDE RAZÃO – Prefeitura Municipal de Uberlândia – Secretaria Municipal de Ind. Com. Turismo e Agricultura, 1978.

REVISTA A GRANDE RAZÃO – Prefeitura Municipal de Uberlândia – Secretaria Municipal de Ind. Com. Turismo e Agricultura – 1981.

REVISTA DA ANSUR – Publicação da Associação Nacional do Solo Urbano – São Paulo – Janeiro de 1995.

REVISTA DO CDL – Ano 1 – nº 11 – 1990.

REVISTA É IDÉIA – Ano 17 – nº 2 – Setembro/Outubro, 1996

REVISTA EXAME – 22 de novembro de 1989.

REVISTA FLASH – Ano 1 – Setembro, 1988.

REVISTA TAPA NO PAPO – nº 7 – Ano 1 - Dezembro 1991.

VIRGÍLIO GALASSI – O prefeito do século – Material Publicitário – Uberlândia, 21 de dezembro de 2000.

DOCUMENTOS OFICIAIS

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - Datas diversas – De 1980 a 2000.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 05 de outubro de 1988 – São Paulo - Editora Atlas, 1988.

ESTATUTOS E LEIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE UBERABINHA – ESTADO DE MINAS – Uberaba – Typ. Livraria Século XX, 1903

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA – Câmara Municipal de Uberlândia – 2ª Edição, Uberlândia, Dezembro de 1991.

PROJETOS DE LEIS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DE UBERLÂNDIA.

OUTROS

A PRÁTICA DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA – Documento Interno de Avaliação dos 18 meses da gestão do Prefeito Zaire Rezende - Prefeitura Municipal de Uberlândia – Uberlândia

QUAL PARTICIPAÇÃO? (Sobre a Democracia Participativa) - Documento “para consumo interno” elaborado por integrantes da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social - Não consta data.

PLANO DE AÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL – SMTAS – Divisão de Organização Popular – Seção: Apoio à Organização Social e Desenvolvimento Comunitário – Documento interno da SMTAS – Prefeitura Municipal de Uberlândia – Gestão Zaire Rezende - Não consta data.

O QUE É PARTICIPAÇÃO? Documento elaborado pela Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais – Superintendência de Cooperativismo – SUDECOOP – Coordenadoria de Educação, Treinamento e Comunicação – DET – Belo Horizonte – MG – Novembro/1983.

FONTES DE ENTIDADES SOCIAIS

Estatutos

Livros de Atas

Boletins Informativos

Documentos de circulação interna

Propostas de Trabalho das Entidades

ENTREVISTAS

Claudiana Maria de Moraes – Membro fundadora e Coordenadora da Creches Comunitárias e Associadas de Uberlândia – Concedida à Wilma Ferreira de Jesus e Jorgetânia da Silva Ferreira em 20 de janeiro de 2001.

Ivan Miguel Costa – Primeiro presidente do Conselho Municipal de Uberlândia – Concedida à Wilma Ferreira de Jesus em 12 de janeiro de 2001.

José César Rodrigues – Ex-diretor da Associação de Moradores do Conjunto Alvorada – Uberlândia – Concedida à Wilma Ferreira de Jesus em 21 de março de 2001.

Maria Terezinha Carrara Lelis – Psicóloga e ex-funcionária da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Concedida à Wilma Ferreira de Jesus em 03 de fevereiro de 2002.

Marvel Zanforlim - Ex-Presidente do Conselho Municipal de Entidades Comunitárias. Concedia à Wilma Ferreira de Jesus em fevereiro de 2002

Entrevistas Concedidas ao Projeto Depoimentos – Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal de Cultura – Arquivo Público Municipal.

- Osvaldo Vieira Gonçalves – Professor, morador de Uberlândia desde 1906 - concedida em 25 de janeiro de 1990.
- Castorina Maria de Jesus – Empregada doméstica – natural de Santa Maria – Distrito de Uberlândia - Não consta a data da entrevista.
- Altamirando Dantas Ruas – Jornalista, morador de Uberlândia – concedida em 17 de março de 1992.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. *História & Perspectivas*. Uberlândia: Instituto de História Universidade Federal de Uberlândia, n. 4, págs. 79-102, jan.-jun.1991.

ALMEIDA, Antônio. *Movimentos sociais e história popular: Santo André nos anos 70 e 80*. São Paulo: Marco Zero, 1992. (Coleção Onde está a república?)

ALVARENGA, Nízia Maria. Movimento Popular, Democracia Participativa e Poder Político Local: Uberlândia 1983-1988. *História & Perspectivas*. Uberlândia: Revista do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, n. 4, jan.-jun.1991.

_____. *As Associações de moradores em Uberlândia: um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade*. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AMMANN, Safira Bezerra. *Movimento popular de bairro: de frente para o estado em busca do parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos, in: *Memória e (res)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*, Campinas, Edunicamp.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, v. 5, págs. 295-332.

BARCELOS, Tânia Maia. *Com que roupa eu vou pro samba?* 1999. Dissertação de Mestrado (Psicologia Clínica). Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant*. Trad. Alfredo Fait, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1984.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz.. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. (Coleção Memória e Sociedade).

BOFF, Leonardo. *Nova evangelização: perspectiva dos oprimidos*. 2. ed. Fortaleza: Vozes, 1990.

_____. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____; BOFF, Clodovis. *Teologia da Libertação no debate atual*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985 (Coleção Teologia Orgânica, 13).

BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e ruptura no estudo das cidades. *Cidade e História – Modernização das Cidades Brasileira nos Séculos XIX e XX*, Org. Ana Fernandes, Marco Aurélio A de Filgueiras Gomes, UFBA – Faculdade de Arquitetura – Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

BURKE, Peter. Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro, In: _____. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. págs. 7-37.

CADERNOS DE HISTÓRIA. Uberlândia: Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia, v. 4, n.4, jan. 1993.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina. (Org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARNEIRO, Roberto. *A cidade e seus nomes: de Arraial de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra a Uberlândia - ensaio sobre a onomástica de Uberlândia*. Uberlândia: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República de não foi* 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1990.

_____. *Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados*. In: DAGNINO, Evelina. (Org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, págs. 19-30.

_____. *História Brasileira: Brasil – mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CERTEAU, Michael de. A Operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

III CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. *A evangelização no presente e no futuro da América Latina*. Apresentação Didática Pe. J. B. Libânio – 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1979.

DANTAS, Sandra Mara. *Uberlândia – Terra fértil para novas sementeiras: A experiência da Democracia Participativa – 1983-1988*. Monografia para conclusão do Curso de História - Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 1996.

_____. *Veredas do progresso em tons altissonantes: Uberlândia (1900-1950)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

DANIEL, Celso. A gestão local no limiar do novo milênio. In: MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente. (Org.). *Governo e Cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FONSECA, Marcio Alves. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 1995.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Baurú: EDUSC, 1998.

FOUCAUT, Michael. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Trad. Raquel Ramallete, 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais, morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

GOHN, Maria da Glória. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982. (Coleção Teoria e Prática Sociais).

GORZ, André. *O socialismo difícil*. Trad. Maria Helela Kühner, Rio de Janeiro: Zahar Editores. (Coleção Atualidade).

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990

HEREDA, Jorge Fontes. Democratizar a gestão, In: *Governo e Cidadania – Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. In: MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente. (Org.). *Governo e Cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

HISTÓRIA & PERSPECTIVAS. Uberlândia: Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia, n. 4, jan.-jun. 1991.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História – Ensaios*. Trad. Cidknipel Moreira. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JESUS, Wilma Ferreira. *Poder político em Uberlândia: mudanças e permanências (1982-1996)*. 1998. Monografia (Conclusão de Curso) – Coordenação do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, 1998.

_____. O imaginário social na relação entre o poder público e os movimentos sociais, *Cadernos de pesquisa do CDHIS*. Uberlândia, n. 27, ano 13, jul-dez. 2000.

LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LE GOFF, Jacques, *O imaginário medieval*. Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

LUA NOVA – Revista de Cultura e Política – Movimentos Sociais – Questões Conceituais - nº 17, Junho, Editora CEDEC, São Paulo, 1989

LUA NOVA – Revista de Cultura e Política – Cidadania – nº 33, Editora CEDEC, São Paulo, 1994.

LUA NOVA – Revista de Cultura e Política – O individualismo e seus críticos, nº 38, Editora CEDEC, São Paulo 1996.

MACHADO, Maria C. Tomás. A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada – Uberlândia - 1965-1980. 1990. Dissertação (Mestrado em História) - USP, São Paulo, 1990.

_____. Muito aquém do paraíso: ordem, progresso, disciplina em Uberlândia. *História & Perspectivas*. Uberlândia, n. 4, jan.-jun . págs.37-77, 1991.

MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza. *Igreja e Movimento Operário no ABC*. São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994.

MOREIRA, Helvécio Domingos. *Formação e desenvolvimento dos bairros periféricos em Uberlândia*. 1991. Monografia (Conclusão de Curso) – Coordenação do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, 1991.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares de memória, in: *Projetos de História*, São Paulo, 1993, págs. 7-28.

OLIVEIRA, Selmane F. de. *Crescimento urbano e ideologia burguesa*. 1992. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

PACHECO, Fábio Piva. *Mídia e poder: representações simbólicas do autoritarismo na política (Uberlândia, 1960/1990)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. São Paulo: CEDIC-PUC/SP, 1995. (mimeo.)

REIS, Máucia Vieira dos. *Alvorada: memórias de um bairro - Uberlândia, anos 80/95*. Monografia (Conclusão de Curso de Graduação em História) – Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia, , 2000.

RÉMOND, René. O retorno do político. In: TÉTARD, A Chauveau Ph. (Org.). Trad. Ilka Stern Cohen. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

_____. Por que a história política? *Estudos Históricos*. CCPDOC 20 Anos - Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 1994, págs. 7-19.

RIBEIRO, Renato Janine. A política como espetáculo. In: DAGNINO, Evelina. (Org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROCHA, Selma. A exclusão e as desigualdades sociais não são inexoráveis. In: MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente. (Orgs.). *Governo e Cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

ROLNIK, Raquel. É possível uma política urbana contra a exclusão? In: MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente. (Orgs.). *Governo e Cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

RODRIGUES, Jane de F. S. *Trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – o setor de serviços – 1924-1964*.

Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiência e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. *Século XX – Uma biografia não autorizada: o século do imperialismo* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAES, Décio. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: *Razão e Paixão na Política*. São Paulo, Brasiliense.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da Intimidade*. Trad. Lygia Araújo Watanabe – 6ª impressão, São Paulo, Cia. das Letras, 1999.

SILVA, Antônio Pereira. *As histórias de Uberlândia*, Volume I, Uberlândia, 2001.

SILVA, Gibisson Pires da. *A Concepção de Democracia no Projeto Zaire Rezende (Uberlândia 1982-1988)*. Monografia para conclusão do Curso de História do Departamento de História do Centro de Ciências Humanas e Artes da Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

SOARES, Beatriz R. *Habitação e produção do espaço em Uberlândia*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1988.

SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo. *Produção do espaço e evolução urbana da área central de Uberlândia*. Dissertação de Mestrado em arquitetura e urbanismo - UNB, Brasília/DF, 1998.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro – A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro, Graal, 1992.

SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e Anarcossindicalismo*. São Paulo, Ática, 1987.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e Urbanização – Coleção Repensando a Geografia*, São Paulo, Contexto, 1988.

TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central. História da Criação do município de Uberlândia. 1º Vol. 1ª edição – Uberlândia, 1970.*

TOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros. Trad. Waltencir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 198.*

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa. Trad. Denise Bottmasnn. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1981.*

_____. *Senhores e Caçadores. Trad. Denise Bootmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.*

_____. *Costumes em comum. – Estudos sobre a cultura popular tradicional – Trad. Rosaura Eichenberg – São Paulo – Companhia das Letras – 1998.*

TOMPSON, Paul. *A Voz do Passado – História Oral – Trad. Lólio Lourenço de Oliveira – Rio de Janeiro – Paz e Terra – 1992.*

VARGAS, Pepe. A cidade que queremos, in: *Governo e Cidadania – Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar. Org. MAGALHÃES, Inês, BARRETO, Luiz, TREVAS, Vicente. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.*

VASCONCELLOS, Maria Helena Falcão. *Dias de violência – O Quebra*. Campinas/SP, Ed. UNICAMP, 1999.

WARREN, Ilse Scherer. *Redes de Movimentos Sociais. Coleção Estudos Brasileiros, São Paulo Edições Loyola, 1993.*

WEFFORT, Francisco C. *Os clássicos da política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, O Federalista. Volume 1, Editora Ática, São Paulo/SP, 1998.*

WILLIAMS, Raymond. *Cultura. Trad. Lólio L. de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1992.*

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio de Almeida

Prof.^a Dra. Estefânia Knotz C. Faria

Prof.^a Dra. Karla Adriana Bessa

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)